



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VIII Legislatura

Número: 40

II Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 6 de Abril de 2006

Presidente: *Deputado Fernando Menezes (Substituído pelo Vice-Presidente, Deputado Costa Pereira)*

Secretários: *Deputados António Loura e Cláudio Lopes*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 15 minutos.

Período de informação parlamentar:

Não havendo nenhuma correspondência nem a apresentação de votos, entrou-se de imediato no período destinado às intervenções de interesse político para a Região, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Henrique Ventura (*PS*), Maria José Duarte (*PSD*) e Osório Silva (*PS*).

Na sequência das intervenções acima referidas usaram da palavra os Srs. Deputados Ana Isabel Moniz (*PS*), Paulo Gusmão (*Indep.*), Mariana Matos (*PS*), Catarina Furtado (*PS*), Piedade Lalanda (*PS*), Maria José Duarte (*PSD*), José Fernando Gomes (*PSD*), António Ventura (*PSD*), José Gaspar (*PS*), António Toste (*PS*), Cláudia Cardoso (*PS*), Osório Silva

(PS), Artur Lima (CDS/PP), Clélio Meneses (PSD), Francisco Coelho (PS), bem como os Srs. Secretários Regionais da Economia (*Duarte Ponte*), da Habitação e Equipamentos (*José Contente*) e dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*).

Período da Agenda da Reunião:

- Perguntas ao Governo Regional nos termos do artigo 180º do Regimento, formuladas pelo Deputado Independente, Paulo Gusmão.

Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Gusmão (*Indep.*), António Marinho (PSD), José Rego (PS), Luís Paulo Alves (PS), Alberto Pereira (PSD), Clélio Meneses (PSD), Herberto Rosa (PS), Artur Lima (CDS/PP), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*) e o Sr. Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*).

- Proposta de Decreto Legislativo Regional - “Regime jurídico de utilização dos Símbolos Heráldicos da RAA”.

Após a apresentação deste diploma pelo Sr. Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*), usaram da palavra os Srs. Deputados Pedro Gomes (PSD) e Mariana Matos (PS).

Submetida à votação a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

- Proposta de Decreto Legislativo Regional - “Programa Regional de Apoio à Comunicação Social - PROMÉDIA”.

Sobre este diploma usaram da palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*), que fez a sua apresentação, e os Srs. Deputados José Manuel Bolieiro (PSD), Jaime Jorge (PSD), Mariana Matos (PS), Paulo Gusmão (*Indep.*), Alberto Pereira (PSD), Francisco Coelho (PS), Pedro Gomes (PSD), Helder Silva (PS) e Catarina Furtado (PS).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Fizeram declarações de voto os Srs. Deputados Francisco Coelho (PS) e Clélio Meneses (PSD).

Para defesa da honra usou ainda da palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho (PS).

- Ante-Proposta de Lei - “Primeira alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei nº 43/2006, de 24 de Fevereiro, que equipara, entre o Continente e as

Regiões Autónomas, os preços de venda ao público de publicações não periódicas e de publicações periódicas de informação geral”.

No debate deste diploma usaram da palavra os Srs. Deputados Pedro Gomes (*PSD*), que fez a sua apresentação, Hernâni Jorge (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

- Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional - “Alteração do Decreto Legislativo Regional nº 4/2006/A, de 16 de Janeiro”.

O pedido de urgência, após a justificação por parte do Sr. Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*), foi aprovado por unanimidade.

- Proposta de Decreto Legislativo Regional - “Alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 4/2006/A, de 16 de Janeiro”.

Após a apresentação feita pelo Sr. Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*), usou da palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes (*PSD*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

- Foram aprovados por unanimidade dois pedidos de autorização para prestar depoimento na qualidade de testemunhas a Sra. Deputada Maria Fernanda Mendes e o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

- Foi também aprovada por unanimidade uma Proposta de Deliberação, apresentada pela mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, que propõe que a Assembleia declare findo o Período Legislativo de Abril.

(Os trabalhos terminaram às 21,00 horas)

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

(Eram 10 horas e 15 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alberto da Silva Costa

Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz

António Gonçalves Toste Parreira

António José Tavares de Loura

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Emanuel Frias Santos

Fernando Manuel Machado Menezes

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Helder Guerreiro Marques Silva

Henrique Correia Ventura

Hernâni Hélio Jorge

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José de Sousa Rego

José Gabriel Freitas Eduardo

José Gaspar Rosa de Lima

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Luís Paulo de Serpa Alves

Manuel Avelar Cunha Santos

Manuel Herberto Santos da Rosa

Manuel Soares da Silveira

Maria Fernanda da Silva Mendes

Maria Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano

Mariana Rego Costa de Matos

Nuno André da Costa Soares Tomé

Osório Meneses da Silva

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Maria da Silva **Gonçalves**

António Pedro Rebelo **Costa**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Jaime António da Silveira **Jorge**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Fernando Dinis **Gomes**

José Manuel Avelar **Nunes**

José Manuel Cabral Dias **Bolieiro**

Luís Henrique da **Silva**

Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos **Duarte**

Mark Silveira **Marques**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Sérgio Emanuel Bettencourt **Ferreira**

Partido Popular (PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Presidente: Estão presentes 45 Srs. Deputados. Pode entrar o público.

Queria informar-vos também que não estranhem se virem por aí alguns indivíduos desconhecidos com câmaras de televisão. São da televisão Croata que querem tirar imagens da Assembleia Regional para perceberem como é que nós funcionamos e para fazerem um trabalho sobre a Assembleia Regional.

Antes de começarmos os nossos trabalhos queria informar-vos do seguinte:

Nós temos hoje o privilégio de ter entre nós, de visita à Assembleia, o grande actor Rui de Carvalho, os seus dois filhos e mais alguns amigos. Vieram visitar a nossa Assembleia, já estiveram comigo e queria cumprimentá-los publicamente também em nome da Assembleia Legislativa da Região Autónoma.

(Aplausos a Câmara)

Não havendo correspondência nem votos, vamos passar às intervenções de interesse relevante para a Região.

Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Ventura.

Deputado Henrique Ventura (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No século XIX, com a formação de movimento cooperativo, estreitamente ligado ao movimento operário, surge a Economia Social. O seu objectivo foi, desde logo, defender os interesses dos trabalhadores perante as injustiças do mercado.

A Economia Social surge ligada à construção duma sociedade alternativa, baseada na igualdade, cooperação, solidariedade e não na competição. Paulo Singer no seu livro “Introdução à Economia Solidária” considera que a “chave está na associação entre iguais, em vez do contrato entre desiguais”, para “produzir, comerciar, consumir e poupar”.

A “Sociedade dos Verdadeiros Pioneiros de Rochdale” é por muitos considerada a primeira grande e clara iniciativa de Economia Social, cujos princípios e regras serviram de inspiração a muitas experiências referenciadas na História da Economia Social.

Criada em 1844 por um grupo de tecelões de Rochdale, perto da cidade industrial (sobretudo têxtil) de Manchester, desenvolveu uma série de actividades cooperativas para o grupo, tais como: loja de venda de produtos alimentares e vestuário, construção de casas para os membros, produção de artigos diversos e aquisição de terrenos agrícolas, que poderiam ser cultivados por membros eventualmente sem emprego. Rochdale foi uma experiência cooperativa multifuncional, que se foi alargando de tal forma que em 1878 já tinha 10.000 membros.

A valorização do bem-estar dos cidadãos e a atribuição de tarefas ao Estado nesse sentido fizeram surgir nos princípios do século XX, como resposta aos problemas sociais provocados pelas sociedades industriais, o que ficou conhecido como Questão Social. Surgiu então, nos países capitalistas, o Estado-Previdência, como expressão organizada do Estado, em que o bem-estar dos cidadãos era assegurado por uma série de mecanismos e de

intervenções do Estado, sobretudo em momentos de maiores dificuldades e vulnerabilidade social.

A Economia social abarca um conjunto de organizações sem fins lucrativos, nomeadamente cooperativas, mutualidades e associações que formam um terceiro sector da economia. É tido como o sector que mais empregos cria na União Europeia (cerca de 9.000.000), representando 7,9% do emprego civil assalariado.

Em Portugal, embora em menor escala, a economia social é responsável pela criação de 114.100 empregos, 3,5% do emprego assalariado, sendo as cooperativas com 50.000, as Mutualidades com 1.100 e as Associações com 63.000 empregos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com a Terceira Revolução Industrial, a partir dos anos oitenta, a exclusão de grande número de trabalhadores do mercado de trabalho repete-se, o que faz surgir um novo cooperativismo muito mais próximo das suas origens históricas. Novas formas institucionais de autogestão surgem e passam a ser conhecidas como “Economia Solidária”. A Economia Solidária, vinda da Economia Social, vai mais longe e assume-se como uma Economia Nova da Vida Integrada, articulando várias vertentes fundamentais.

É uma actividade económica geradora de empregos, rendimentos e satisfação de necessidades, não tem como principal objectivo o lucro, mas garante a geração de excedentes para investimento em novas iniciativas e empregos dignos e sustentáveis.

É solidária e promove a coesão social, a igualdade de oportunidades, a inserção de pessoas desfavorecidas, a cooperação e o compromisso com a comunidade envolvente. Respeita a diversidade das culturas e das identidades, surgindo como alternativa à globalização, promovendo dinamismos de desenvolvimento local.

Em 1990, para dar resposta a situações de carência e desfavorecimento em que se encontravam determinados indivíduos ou grupos sociais, quer em zonas rurais como também em zonas urbanas e suburbanas, surgiu o 1º Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza que permitiu o apoio financeiro a projectos inovadores no combate a situações de pobreza e exclusão.

A partir de 1996 são adoptadas medidas de combate constante e permanente as desigualdades sociais. A criação do Rendimento Mínimo Garantido, do Mercado Social de

Emprego, das Redes Sociais Locais, a elaboração de Planos Nacionais de Emprego e, a partir de 2001, o Plano Nacional para a Inclusão, são disso exemplo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Também na Região Autónoma dos Açores, com financiamentos vindos dos Programas Nacionais de Luta Contra a Pobreza, começaram a surgir projectos de combate à pobreza e exclusão social, tendo como principal promotor o Instituto de Acção Social.

É neste contexto que surgem as primeiras associações e cooperativas de incubação de iniciativas de Economia Solidária.

Em 1999, no âmbito do Projecto de Luta contra a pobreza “IDEIA”, surge a CRESAÇOR – Cooperativa Regional de Economia Solidária, CRL, cuja missão é a promoção do Movimento de Economia Solidária nos Açores, apoiando a criação de micro-empresas de inserção social e procedendo à promoção, valorização, comercialização e distribuição de produtos das iniciativas de economia solidária das instituições de Solidariedade Social dos Açores.

Neste sentido foi desenvolvida a marca CORES, foram certificadas as Empresas de Inserção, tendo por base uma carta de princípios, assim como a criação de um selo certificador dos Produtos de Economia Solidária.

Existem actualmente 23 IPSSs/ONGs que incubaram empresas de inserção, nas áreas de protecção do ambiente, restauração, construção civil, artesanato, reciclagem, turismo, doçaria tradicional, banhos termais, olaria, encadernação e reprografia, entre outras.

Nos anos de 2004 e 2005 as receitas destas empresas foram na ordem de 1.800.000 euros, empreguem cerca de 210 trabalhadores, foi dada formação a perto de 350 pessoas nas mais diversas áreas, inserção no mercado normal de trabalho de 110 indivíduos e acolhidos em trabalho ocupacional a favor da comunidade mais de 130 pessoas.

Um inquérito levado a cabo pela CRESAÇOR às suas associadas conclui que:

- Os indivíduos inseridos nestas empresas são: - 69,57% provenientes do RSI e 30,43% de outros grupos;
- 52,17% eram desempregados de longa duração, 34,79% jovens em risco, 26% portadores de deficiência e 26,5% de famílias mono parentais, entre outras;
- A actividade mais significativa desenvolvida por essas empresas é a formação de outros indivíduos (43,5%);

- O estabelecimento de protocolos com outras instituições locais, envolvendo a comunidade onde estão inseridas são: - 43% com as Câmaras Municipais, 38% com outros, 15% com as Câmaras do Comércio e 4% com as Santas Casas;
- Apenas 39% das empresas recorrem ao crédito Bancário;
- 30,5% do recurso ao crédito é para financiar projectos de investimento;
- O interesse na participação de um sistema de financiamento alternativo é de 100%;
- A existência de um sistema alternativo de crédito aumentaria a procura de financiamento de 39% para 61%.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional dos Açores, atento às necessidades dos Açorianos, nomeadamente dos mais desfavorecidos criou, através de Resolução aprovada em Conselho de Governo de 28 de Março do corrente ano, um Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário, cujos beneficiários serão os desempregados de longa duração e beneficiários de RSI, sem recursos económicos para o acesso ao crédito bancário pelas vias normais.

Esta medida irá garantir um aval e, até 15.000 euros, necessário à concretização de projectos de investimento viáveis economicamente, mas sem a confiança das instituições financeiras e que irão dar a possibilidade de quem, por falta de recursos próprios, não consegue iniciar uma actividade. Este é um instrumento financeiro já previsto no Plano e Orçamento de 2006 e dotado de uma verba de 250.000 euros.

Mas esta medida, pela sua natureza e montante, não resolve a falta de financiamento sentida pelas empresas de Economia Solidária. A CRESAÇOR, em representação das suas associadas, propôs ao GRA a criação de um Fundo Financeiro que, segundo determinados critérios, sirva de meio de garantia a Instituições de Economia Solidária e Desenvolvimento Local, com projectos de base comunitária aprovados. Esse Fundo seria, conforme a proposta da CRESAÇOR, assumido pelo Governo Regional, IPSSs, Bancos, Câmara do Comércio, entre outras.

Atendendo à importância da existência destas Instituições, ao trabalho que desenvolvem junto das suas comunidades, ao que representam no combate à pobreza e exclusão social devem ser acarinhadas por todos nós.

O Governo Regional dos Açores, ao anunciar, através da Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social, a sua intenção de criar um Fundo Solidário, mais uma

vez demonstra a atenção que lhe merecem os mais desfavorecidos desta Região e as instituições que têm preocupações nessa área.

Da nossa parte aplaudimos a atitude responsável do Governo Regional dos Açores e pensamos que, connosco, todos os Açorianos que, de uma forma ou de outra, tenham a preocupação da solidariedade.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Está aberto o debate sobre esta intervenção.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de saudar aqui o Deputado Henrique Ventura por esta intervenção tão pertinente, sobre um tema que tem sido esquecido nesta casa.

Pelos vistos parece que não gera qualquer interesse por parte das bancadas da oposição, uma vez que mantêm o silêncio.

Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Eu já não tenho tempo.

A Oradora: Devem estar muito satisfeitos, tal como eu e como a bancada do Grupo Parlamentar do PS, relativamente às iniciativas do Governo Regional nesta matéria.

Trata-se de iniciativas muito importantes que representam, em termos de emprego, uma parcela significativa na nossa Região.

Esta iniciativa da criação dum instrumento financeiro regional de apoio ao micro-crédito, é uma iniciativa inovadora nesta legislatura que penso que merece ser algo de realce neste momento.

É certo que, tal como disse o Deputado Henrique Ventura, o montante de 250 mil euros que está inscrito no Plano para 2006 não é muito elevado, mas é um ponto de partida para se ver qual será a adesão destas instituições a este novo instrumento financeiro.

Penso que estas iniciativas são de louvar, uma vez que atendem à integração dos mais desfavorecidos da nossa sociedade. São programas muito importantes de luta contra a pobreza, que visam a inserção social de pessoas desfavorecidas, tal como foi referido aqui

nesta intervenção, pessoas que têm beneficiado do Rendimento Social de Inserção, pessoas portadoras de deficiência, pessoas que vêm de famílias monoparentais, que muitas vezes são excluídas noutras oportunidades, que a nível local têm uma grande importância.

Estão a produzir produtos com alguns critérios de qualidade.

Há um selo que certifica e reconhece essa qualidade dos produtos.

Os produtos, se calhar, neste momento ainda não estão a ser distribuídos de uma forma muito ampla, mas de acordo com as informações que nós temos tido acesso há experiências de grande sucesso, os produtos estão a ser levados, muitas vezes, para fora dessas localidades e representam uma criação de riqueza para estas populações, para esses grupos que muitas vezes são esquecidos e que aqui foram uma vez mais lembrados e muito bem.

Saúdo mais uma vez o nosso deputado e colega Henrique Ventura.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Maria José Duarte.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao falarmos de Manifestações Culturais, estamos necessariamente a falar de tudo aquilo que não é natural, ou seja, tudo aquilo que é construído pelo homem e do qual este tira uma mais valia. Uma Manifestação Cultural é tanto um cesto de vimes, como uma canção popular, uma variedade linguística, uma dança de carnaval, um concerto por uma filarmónica, um balho à antiga, uma peça de louça tradicional, a culinária, ou uma obra artística ou literária ou ainda uma peça de teatro que podem ter tanta importância patrimonial como uma igreja, um forte, um moinho de vento ou uma ruína do século XVI ou ainda, um edifício vanguardista do século XXI.

A Cultura só se pode manter por ela própria e para isso tem que ter agentes activos.

E é o gosto, o empenho e o espírito de sacrifício de muita e muita gente, açorianos ou não, que por estas 9 ilhas fazem com que, por um lado, a modernidade chegue também a estes 9 rochedos perdidos no meio do Atlântico Norte e que por outro, as nossas tradições, os nossos costumes, a nossa história se mantenham vivas até aos nossos dias.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Hoje elegemos o livro e o teatro como temas da nossa intervenção. Não é por acaso que o faremos. No passado dia 22 de Março comemorou-se o Dia do Teatro Amador e no dia 27 o Dia Mundial do Teatro, enquanto que nos dias 21 e 26 já se tinham comemorado o Dia Mundial

da Poesia e o Dia do Livro Português, respectivamente. Em Abril, no passado dia 2 comemorou-se o Dia Internacional do Livro Infantil e no próximo dia 23 ir-se-á comemorar o Dia Mundial do Livro e dos Direitos de Autor. Como podemos ver os meses de Março e Abril são meses dedicados ao teatro e muito particularmente ao livro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Desde a independência de Portugal em 1143, desde que começou a história de Portugal como Nação e até aos nossos dias, sempre ocorreram acontecimentos, episódios ou surgiram personagens que suscitaram a criação de excelentes obras literárias, como romances, peças de teatro, poemas ou crónicas de viagens. Um foram realmente escritas por quem os viveu, ou por quem procurou reconstruir para falar dos problemas do seu tempo. Outras foram meros produtos da imaginação dos seus criadores, mera ficção. Mas, muitos dos romances baseados em situações vividas pelos seus autores tornam-se, com o passar dos anos, em romances emblemáticos do período histórico em que os seus autores viveram. Mas, se não houver leitores, os livros, a produção literária torna-se inócua e estéril. Deste modo, há que promover o gosto pela leitura, e esta promoção deverá ser feita desde o berço. Há que promover o gosto pelos livros nas crianças muito antes da idade escolar. Este gosto deve começar em casa, no seio familiar mas também, nas creches e jardins-de-infância. Existe uma quantidade de coisas que as crianças podem apreender manuseando os livros, olhando para as suas imagens, ouvindo e percebendo que existe uma história que está dividida em partes, com vários personagens que interagem entre si.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os livros deverão ser sempre vistos como um meio de difusão da língua e da cultura. Mas, se a sua promoção, se a sua divulgação e distribuição não forem convenientemente efectuadas, se o seu verdadeiro destino, se os seus verdadeiros destinatários, que são os leitores, não forem atingidos, a sua função, a sua importância tornar-se-á nula.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A produção literária nos Açores, sempre conheceu ao longo da nossa história um forte vigor.

As entidades públicas sempre acarinharam e incentivaram a produção literária dos nossos romancistas, poetas, ensaístas, etc.

O Decreto Legislativo Regional n.º 22/97/A de 4 de Novembro estabelece os apoios a conceder à edição de obras de cariz cultural, nomeadamente, ensaios e história, mas também a romances, novelas, colectâneas de contos, poesia e teatro.

Todavia, a divulgação, distribuição e comercialização da produção literária dos autores açorianos enfrenta grandes dificuldades para entrar não só no mercado dos Açores, mas também, e especialmente, no mercado livreiro do continente e das comunidades açorianas espalhadas pelo mundo.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata ciente deste problema que atinge os nossos autores, enviou ao Governo Regional um requerimento, a solicitar informação sobre quais as medidas e acções implementadas, concretizadas e desenvolvidas pelo Governo Regional no que concerne à divulgação/promoção e distribuição de obras editadas com o apoio do Governo Regional quer localmente, quer no continente português e nas nossas comunidades de imigrantes, assim como também, para conhecer as medidas e acções que o Governo Regional prevê criar e desenvolver para o corrente ano 2006, para a promoção e divulgação de obras editadas nos Açores, no continente português e nas nossas comunidades de imigrantes. Como ainda não obtivemos qualquer resposta, por parte do Governo, apesar do tempo legal previsto já ter expirado, gostaríamos de alertar o Governo para o facto de mais uma vez não cumprir com a sua obrigação de responder aos requerimentos dentro do prazo exigido e estipulado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Outro ponto que gostaríamos de realçar com o fim de alertar o Governo para a uma rápida solução é a falta de capacidade de resposta das nossas bibliotecas públicas para solicitações de leitores que necessitam de serviços de leitura em suportes especiais, com é o caso dos cegos e dos amblíopes. Temos o caso por exemplo, da Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada, que possui pouquíssimos livros em braille, número que está muito aquém das necessidades daqueles que deles realmente necessitam.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Muito há ainda para fazer para que os direitos destes cidadãos sejam garantidos e respeitados. Muito há ainda para fazer para que sejam garantidas condições de igualdade no acesso ao conhecimento. Não é só construir edifícios, não é só substituir dirigentes, é necessário também equipar condignamente as instituições, dar-lhes meios financeiros, materiais,

humanos e técnicos para que possam cumprir com o seu verdadeiro papel, para que possam servir as populações para os fins para que foram realmente criadas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como já referimos, nos dias 22 e 27 de Março comemorou-se o Dia do Teatro Amador e o Dia Mundial do Teatro, respectivamente. Um dos problemas que muito se tem debatido é o das relações do teatro com a literatura. A discussão tem tomado proporções extremas, desejando a literatura apoderar-se do teatro, desejando o teatro negar-se à literatura.

Apesar de se atribuir a Téspis, no século VI A. C., a paternidade desta fabulosa invenção, que é o teatro, que veio possibilitar a passagem da primeira forma lírica e narrativa, para uma tentativa de representação dramática, podemos dizer sem receios, que o gosto pelo teatro nasceu com o Homem. O teatro é uma arte complexa e autónoma que nasceu do rito, seja ele religioso, fúnebre, festivo, civil ou de guerra.

Nos Açores, o teatro e os grupos de teatro têm e sempre tiveram grande importância na nossa sociedade, principalmente nos meios rurais, constituindo uma das manifestações culturais mais antigas, mais ricas e com maior expressão nas nossas ilhas. Podemos dizer que o *nosso* Teatro Popular apresenta expressões estruturais inteiramente diversas, praticamente, de ilha para ilha.

Em S. Miguel temos a denominada *Comédia popular micaelense* que, e segundo o Professor Almeida Pavão, *estruturalmente é um Drama, que designaríamos, com mais propriedade, por Melodrama, no que concerne ao miolo da peça.*

Quanto ao teatro da Ilha Terceira, contido nas Danças de Entrudo, figura como um misto de pantomima e de representação, com acento predominante na sátira. Segundo Luís Ribeiro, *O teatro popular existiu também na Ilha do Pico, no lugar das Sete-Cidades, no Concelho da Madalena, integrado nas Festas do Espírito Santo, com o título de entremez, designativo dum género largamente conhecido desde as primeiras manifestações do teatro português mediéxico. As personagens usavam máscaras e, a deduzir pelos títulos, tais espectáculos assemelhar-se-iam a comédias de carácter cómico e satírico.* No que respeita aos *bandos* de S. Jorge, do Pico e do Faial, igualmente relacionados com as Festividades do Espírito Santo, parecem mais dirigir um apelo à população, para que esta nelas participe. E tal com nos diz o Professor Almeida Pavão *A sátira contida em algumas chacotas assume uma feição accidental e, tal como se verifica nas referidas Danças de Entrudo terceirenses,*

sofre uma ligeira aproximação com o que poderíamos considerar como prólogo das comédias de S. Miguel (Vilão).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se no teatro que presentemente se faz nos Açores, muitas das características do nosso Teatro Popular foram desaparecendo, se agora os *enredos* são outros, se agora os autores das peças na maior parte das vezes, são pessoas conhecidas do meio literário, são criativos de renome e já não os mais letrados da freguesia, se agora os actores são alfabetizados e já não necessitam de decorar os papéis ouvindo pacientemente ler o texto e repetindo-o, se agora os espectáculos realizam-se, na sua grande maioria, em salas confortáveis e já não ao ar livre, em adros de igreja, em praça ou terreiro ou sobre um palco improvisado, o gosto pelo teatro nas nossas gentes não desapareceu, continua pujante. Neste momento, nos Açores existem cerca de 30 grupos de teatro. Hoje em dia o teatro continua a envolver centenas de pessoas – actores, técnicos e espectadores - mas também, hoje em dia o público está mais exigente, exigindo espectáculos de qualidade, o que obriga a que todos aqueles que estão envolvidos num espectáculo de teatro, sejam os encenadores, sejam os actores, sejam os responsáveis pela iluminação, pelos desenhos de luzes, guarda-roupas, etc , tenham de ter formação adequada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Como é do conhecimento de todos nós e tal com também reconheceu o Senhor Director Regional da Cultura recentemente, numa entrevista ao *Expresso das Nove*, uma das áreas culturais mais críticas (deficitárias..) nos Açores é o teatro. Existem grupos de teatro, em número razoável, tendo em conta a nossa pequenez, mas falta formação para actores e técnicos. Em 2005, o Governo Regional criou um projecto designado por Laboratório-Escola Móvel de Teatro, com funções formativas e segundo o Senhor Director Regional da Cultura *...de modo a que todos os grupos pudessem aperfeiçoar-se na estética teatral e nas performances*. Mas infelizmente isto não aconteceu nos cursos que decorreram no ano passado, em Ponta Delgada (Formação de Actores), na Horta (Criação e Manipulação de Marionetas) e Angra do Heroísmo (Desenho de Luzes) e isto porque, nem todos os grupos de teatro puderam participar por falta de conhecimento da existência daquelas acções de formação. A Direcção Regional da Cultura enviou um ofício a informar **alguns** grupos de teatro da existência dos cursos e respectiva ficha de inscrição e a outros não. Inclusivamente há

grupos de teatro que nunca ouviram falar do Laboratório-Escola Móvel de Teatro. Agora nós perguntamos: porque é que uns grupos são informados das acções culturais promovidas pelo Governo e outros não? Agora nós perguntamos: porque é que uns são filhos e outros enteados? Além disso, as acções de formação promovidas por aquele Laboratório eram dirigidas no máximo, a 2 elementos de cada grupo, o que não está correcto nem tão pouco é viável. E isto porque cada vez mais é necessário haver polivalência nos grupos de teatro, devido à grande mobilidade dos seus elementos. A verdade é que muitos dos nossos grupos de teatro não estão contentes com as acções de formação realizadas pelo Laboratório-Escola Móvel de Teatro porque:

- O que realmente necessitam é de formação contínua dada por profissionais;
- O que realmente necessitam é de um técnico que acompanhe o trabalho do grupo, como já aconteceu há alguns anos atrás, em que uma técnica da Direcção Regional da Cultura acompanhava o trabalho grupo a grupo.
- Os nossos grupos de teatro o que realmente necessitam é que o seu trabalho seja reconhecido e, aquando da atribuição de apoios pela Direcção Regional da Cultura, haja discriminação positiva. Aqueles que mais e melhor trabalho fazem e apresentam ao longo do ano deveriam ser também os mais recompensados;
- O que realmente necessitam é que haja uma maior divulgação da Lei do Mecenato junto das várias empresas;

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Mas a verdade é que nunca ninguém se preocupou em saber o que os nossos grupos de teatro realmente necessitam. Esta é que é a verdade. Inventam-se projectos, inventam-se acções com nomes pomposos, mas muitas das vezes inconsequentes na prática e descontextualizados das verdadeiras necessidades para quem são dirigidos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para terminarmos, e a título de Post Scriptum, gostaríamos de referir que aquando da discussão do Plano e Orçamento, no passado mês de Novembro, na sequência de uma pergunta que formulámos ao Governo, o Senhor Presidente do Governo afirmou que *No primeiro trimestre do próximo ano chegarão aqui à Assembleia diplomas de revisão dos sistemas de apoio instituídos quer para as actividades culturais, consideradas relevantes, quer também na área do património em que essa legislação está a ser alterada para mais à*

frente voltar a afirmar que *...a primeira lei que a Região terá, desde sempre, e que constituirá um regime geral de arquivos e de património arquivístico regional. Essa Proposta de Decreto Legislativo Regional dará entrada nesta Assembleia Legislativa no próximo mês de Janeiro.* Agora perguntámos: Senhor Presidente o primeiro trimestre de 2006 já passou e conseqüentemente também, o mês de Janeiro já vai longe, então para quando o prometido por Vossa Excelência com tanta veemência? Será que o Senhor Presidente estaria a referir-se ao ano de 2007? Ou então ao ano de 2008, ano de eleições?

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

(Neste momento o Sr. Presidente foi substituído na mesa pelo Sr. Vice-Presidente, Deputado Costa Pereira)

Presidente: Estão inscritos o Sr. Deputado Paulo Gusmão e as Sras. Deputadas Mariana Matos, Catarina Furtado e Piedade Lalanda. Estão encerradas as inscrições.

Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para realçar a excelente intervenção que foi aqui trazida. Julgo que são dois temas que nos devem mobilizar a todos, com duas notas, sendo a primeira de apreço e a segunda acrescentando um pouco mais, para além dessa nossa vertente do chamado teatro popular, que é, no fundo, o único teatro açoriano, hoje em dia até reconheça-se, sobretudo terceirense, teatro popularizado e enquadrado entre as populações com força, mas há também o outro teatro que pode competir também ao Governo Regional alguma promoção, como se tem feito em outras áreas, em termos de selecção regional, para podermos aceder também com os nossos próprios meios a um tipo de intervenção nesta área, não desfazendo, obviamente, todo o apreço pelo teatro popular e por aquilo que são as nossas tradições que também têm que ser enquadradas em tempos passados e nos respectivos ambientes e vivências.

Dizer também, a propósito de literatura, que é essencial (julgo que todos o tentamos fazer com aqueles que temos mais ao pé do berço) que as crianças se integrem no sentido de mexer num livro e gostar de saber o princípio, o meio e o fim da história, mas isso não significa necessariamente aquilo que vamos procurar não seja a qualidade. A mim não me choca nem me aborrece, nem é de lamentar em relação ao Governo Regional, que não haja qualquer outra promoção daquilo a que alguns chamam de literatura açoriana.

Antero foi grande, porque foi grande no País. Todos serão grandes quando forem grandes na literatura portuguesa e, portanto, não há que promover mais que não seja através do próprio mercado e quando há qualidade e essa qualidade atravessa as fronteiras internas.

Julgo que hoje, é um pouco como ontem, ao falarmos da cidade de Ponta Delgada a autonomia não deve servir para nos fecharmos e olharmos uns para os outros nestas ilhas.

Portanto, está dentro do País e há contemporâneos, e Natália Correia é quase exemplo disso, e não falta exemplos de gente que vingou na nossa literatura e, aí sim, aquilo a que podemos chamar literatura açoriana, que não é mais do que aceite pelos nossos, está certamente no bom caminho.

Eram só estas duas notas.

(Neste momento o Sr. Presidente retomou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Mariana Matos.

(*) Deputada Mariana Matos (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero, em primeiro lugar, felicitar a Sra. Deputada Maria José Duarte pela sua intervenção nesta Assembleia, novamente sobre o tema da cultura.

Penso que ouvi, pela terceira vez, a Sra. Deputada citar aqui uma intervenção que já fez nesta Assembleia explicando o que é uma manifestação cultural. Eu gostava de saber se a Sra. Deputada comunga comigo neste parágrafo que citou, ou seja, se a Sra. continua a entender e vou citá-la: “A cultura é um conceito, mas também uma realidade muito complexa, muito rica que tem que ser abordada com seriedade e com respeito e não de uma forma leviana e generalista”.

Sra. Deputada, confesso - e aí penso que também seria um elogio da minha parte à Sra. Deputada - que estava à espera, desde que cheguei a esta Assembleia, que uma pessoa com as suas responsabilidades que já teve na área cultural, pudesse aqui trazer qualquer inovação. Pelo contrário, de todas as vezes que a senhora aqui intervém, falando sobre cultura nesta Assembleia, continuo a assistir um bocadinho sempre ao mesmo, levantando sempre as mesmas questões e não apresentando qualquer tipo de solução.

Era isto basicamente o que eu queria dizer e fico à espera que da próxima vez a senhora traga outro tipo de manifestações culturais, que explique o que é verdadeiramente uma manifestação cultural, além de um cesto de vimes, que também o é, o que é a identidade açoriana, o que é a cultura açoriana, o que é a literatura açoriana, se ela existe ou não, porque tudo isso são conceitos estudados há muito anos e que têm um significado.

Muito obrigada.

Deputada Maria José Duarte (PSD): A Sra. Deputada que é ligada às letras, certamente poderá trazer-nos muito sobre esta problemática.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) Deputada Catarina Furtado (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começaria por felicitar, como a Deputada Mariana Matos e o Deputado Paulo Gusmão já o fizeram, a Deputada Maria José Duarte por trazer aqui a cultura. É sempre com gáudio que isto aqui vem e especialmente da nossa parte.

Eu vou dividir isto em duas partes essenciais, tal como o fez quanto ao livro e ao teatro. Vou começar pelo livro e acabarei no teatro que me é, de facto, mais caro.

Quanto ao gosto pela leitura, acho que começou muito bem a sua intervenção ao dizer que...

Deputado Alberto Pereira (PSD): O livro é que é cada vez mais caro!

A Oradora: É cada vez mais caro.

Posso continuar?

Deputado Alberto Pereira (PSD): Peço desculpa.

A Oradora: Obrigada.

Eu dizia que começou muito bem quando falou do fomentar o gosto pela leitura e eu perguntaria a todos os Srs. Deputados aqui presentes: quantos de nós lêem às suas crianças, aos seus filhos? Quantos de nós o fazemos?

A promoção tem que começar com cada um de nós e ela está a ser feita. Todos os dias nos chegam acções de promoção das nossas bibliotecas, feitas às crianças, às creches e aos jardins-de-infância. Aí, sim, o gosto pela leitura tem que ser feito. É muito interessante dizer-se que se tem que ensinar, que se tem que fomentar e nós nunca o fazemos.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Sra. Deputada, não pus essa questão. Está a pôr na minha boca palavras que eu não disse.

A Oradora: Não estou a dizer que colocou essa questão. Já vou chegar aonde quero criticá-la e não é aí.

Eu estou apenas a dizer o que tem sido feito e este fomento tem sido feito por parte do Governo Regional, nomeadamente nas suas bibliotecas públicas, nos ATL's que têm protocolos com o Governo e, portanto, essa difusão e essa formação está a ser feita.

Quando nós passamos para a difusão do livro, permita-me que aí discorde de si, porque tudo o que é tradicional, tudo o que é popular e tudo o que é nosso nos é, de facto, muito caro, no sentido de estima e não de dinheiro. Aqui discordo um pouco de si, porque em relação a esta difusão a Sra. Deputada saberá tão bem quanto eu que as editoras, e estamos a falar de uma forma universal, se debatem e se degladiam com a questão da promoção dos livros. Nós sabemos que os mais promovidos nem sempre são os melhores. É uma questão de muito marketing, de muito investimento financeiro.

Cabe ao Governo Regional fomentar, apoiar as edições e fazer esta nossa promoção.

A difusão de uma forma competitiva em termos de edição e estar à disposição nas livrarias, isso tem de ser feito pelas editoras em causa e aí, como sabe, por vezes o mercado é muito competitivo. Eu estou de acordo com o Deputado Paulo Gusmão quando diz que quando a qualidade se impõe, impõe-se em qualquer sítio. Aí não é a questão na regionalização ou de estarmos a dizer que temos que impor, porque é nosso, porque é tradicional, é popular, é bom e é açoriano. Penso que ao dizermos isto, estamos a reduzir-nos muito à nossa pequenez. Nós somos pequeninos geograficamente, não temos de o ser intelectualmente.

Quanto ao teatro julgo que tem muito a ver com o conceito de direito em termos de cultura. Isto faz-me lembrar um artigo do Mega Ferreira sobre o conceito de direita e de esquerda

relativamente à cultura: a direita tem mais tendência a ser conservadora, apego ao tradicional ou popular; a esquerda é mais inovadora, mais ousada, mais contemporânea.

Relativamente ao teatro a Sra. Deputada falou em todas as formas de expressão teatral que nos são populares, que nos são tradicionais, abordando também a parte contemporânea.

Permita-me dizer-lhe que há muitos grupos por esta Região fora, e posso falar, pelo menos, pela minha ilha ou pelo meu concelho, ...

Presidente: Agradecia que concluísse, Sra. Deputada.

A Oradora: Concluo já, Sr. Presidente.

... que se preocupam em fazer formação, que se preocupam em estar actualizados, que se preocupam em inovar e em fazer a articulação entre o que é tradicional e o que é novo.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Onde é que está essa formação?

A Oradora: Esta formação está quando é solicitada pelos próprios grupos que fazem projectos como, por exemplo, escolinhas de teatro do grupo de teatro “A Pontilha”, que funciona há quatro anos a esta parte, apoiado pela Direcção Regional da Cultura, com serviço feito.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Só alguns grupos é que têm apoio da Direcção Regional da Cultura.

A Oradora: Eu respondo-lhe a seguir.

Obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada, pela sua compreensão.

Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalande.

(* **Deputada Piedade Lalande (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria reforçar uma nota que a Deputada Mariana Matos disse, porque realmente quando a Sra. Deputada Maria José Duarte começou a falar, eu disse cá para mim: eu já vi este filme.

É a terceira vez que refere que a manifestação cultural não é só um cesto de vimes, é uma canção popular, uma variedade linguística, uma dança de Carnaval, um concerto, etc., etc...

Deputado Nuno Tomé (PS): Tirando os requerimentos.

A Oradora: ... no dia 10 de Maio, no dia 22 de Fevereiro e agora no dia 6 de Abril.

Acho que seria engraçado começar os seus textos com uma nova frase e não fazer *copy e paste* do mesmo parágrafo de intervenções anteriores.

Em relação à questão do teatro, eu não vou reforçar o que já foi dito pelas minhas colegas, mas há aqui uma frase que disse que me parece sintomática quando afirma que: nunca ninguém se preocupou em saber o que os nossos grupos de teatro necessitam, mas, entretanto, já tinha falado do laboratório móvel.

Eu acho que, mesmo considerando a deficitária cobertura que assinalou do laboratório móvel, não deixa de ser uma resposta. Pode ser uma resposta deficitária, mas é uma resposta.

A questão que se coloca sempre é que nós criticamos e, aliás, a bancada do PSD no ano anterior chegou a abordar a questão do Rendimento Social de Inserção e, em parte, o grande problema do Rendimento Social de Inserção é a subsidiodependência e a própria medida tem evoluído no sentido das contrapartidas que as pessoas que recebem algum apoio do Estado para suprir as suas necessidades, sejam motivadas a investirem na sua promoção social e a libertarem-se desse apoio financeiro.

A Sra. Deputada falou do teatro, mas é evidente que há grupos de danças, grupos de cantares, grupos de música, grupos de violas e o importante é o espaço cultural que esses grupos ocupam nas comunidades e aí o apoio das autarquias também é extremamente importante.

Esses apoios devem vir na medida, como a Sra. Deputada Catarina falou, de projectos de melhoramento de investimento, porque senão caímos outra vez no vício de que os grupos só existem se tiverem uma sede, se tiverem o subsídio, se tiverem o apoio para comprar o material, se tiverem os instrumentos musicais oferecidos, ou seja, “se não me pagarem eu não tenho nenhuma actividade cultural”.

Há que recrear o espírito original e genuíno do teatro popular que é uma necessidade da própria população fazer teatro, porque, no fundo, é uma espécie de terapia social, é um espaço lúdico, é um espaço de compensação. Eu penso que isso é que é importante e não é fazer do subsídio a razão de ser dos grupos. Os subsídios e os apoios devem vir como formas de ajudar os grupos a crescer e, portanto, não podem ser todos, mas aqueles que demonstram que têm projectos para crescer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Maria José Duarte.

(* **Deputada Maria José Duarte (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais queria agradecer as palavras de felicitação e de apreço que tive de alguns dos Srs. Deputados.

Sras. Deputadas, a minha intervenção, como certamente se aperceberam, é uma intervenção clara e, sobretudo, objectiva.

Todas as preocupações que aqui vos trouxe não me surgiram à mente numa noite de insónia, foram resultado de inúmeras reuniões que tive com agentes culturais, com dirigentes de instituições e associações relativamente aos assuntos que aqui vos trouxe.

O que aqui vos trouxe não foram as minhas próprias preocupações, foram preocupações de inúmeras pessoas, foi o que inúmeras pessoas me pediram para transmitir aqui e agora nesta Assembleia, porque eu entendo que nós deputados se aqui estamos foi porque o povo nos elegeu e é nossa obrigação sermos aqui nesta casa a voz deste povo. É isto que eu tenho feito e vou continuar a fazer e a ter como preocupação em todas as minhas intervenções.

Portanto, se as Sras. Deputadas têm dúvidas acerca disto ou daquilo, aconselho-as, se me permitem, a reunirem com essas pessoas e a ouvirem o que elas têm para vos dizer.

Começando pela Sra. Deputada Piedade Lalanda, e peço desculpa, eu não admito que a senhora me venha dizer como é que eu devo ou não iniciar as minhas intervenções. Eu quero e pretendo mesmo iniciar as minhas intervenções culturais desta maneira e ninguém tem nada a ver com isso. Eu quero e vou continuar a iniciar as minhas intervenções desta maneira e ponto final. Estamos entendidos neste aspecto.

Sra. Deputada Catarina, eu gostaria de lhe perguntar se sabe quantas crianças e quantos pais acompanham os seus filhos às iniciativas da Biblioteca Pública? Pouquíssimas! Eu sei, porque costumo ir com os meus filhos. Não sei se é por falta de divulgação por parte do Governo das iniciativas da Biblioteca, mas o que eu sei é que estão a ir pouquíssimas pessoas com os seus filhos.

Sobre o teor do nosso requerimento, como deve calcular, não vou falar sobre ele.

Deputada Catarina Furtado (PS): Não é para mim!

A Oradora: É para si, porque falou...

Deputada Catarina Furtado (PS): Falei?!

A Oradora: ... na distribuição e na promoção do livro, só que entendi não entrar neste assunto até que o Governo nos responda.

Sra. Deputada Mariana Matos, a senhora que é uma pessoa ligada à cultura, uma escritora de grande talento, que admiro e, sinceramente, felicito-a, por que é que também não traz aqui a esta Assembleia problemas, preocupações culturais de maior nível?

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

A Oradora: Eu, por exemplo, já trouxe inúmeras, desde património móvel, património imóvel, o livro, o teatro, etc., etc. Ainda não me apercebi que a senhora tenha trazido nenhum assunto de peso a esta Assembleia, em termos culturais.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu já percebi que é um assunto entre senhoras, mas aqui na minha bancada não há senhora e, portanto, eu é que vou ter que falar sobre isto e que tem a ver com uma nota final que deixou a Sra. Deputada Catarina sobre o conceito que a direita tem sobre estas coisas da cultura.

Uma coisa é tradição, outra coisa é querer recuperar aquilo que já não se encontra como dado adquirido.

Eu já disse aqui que, por exemplo, os bailinhos da Terceira não têm, certamente, nada a ver com aquilo que era há 50 anos atrás, mas é bom que não tenha e eu estou em desacordo profundo com quem acha que se deve voltar ao genuíno, porque a tradição passou a ser essa, essa é que foi a adaptação.

Portanto, a direita defende as tradições na medida em que estão enquadradas na vivência das populações e não é ir recuperar hábitos ancestrais que já não têm enquadramento.

Estou em desacordo com quem defende entre o Adão e a Eva procurar elementos decorativos para fazer recriações que, passe a expressão, às vezes até custa a essas vivências e, portanto, essa, sim, é que é uma filosofia que não vou dizer se é de esquerda ou se é de direita, mas uma filosofia entre a inovação e o genuíno que nada tem a ver com o conservador de direita que acha que aquilo que são as nossas vivências, vivências que as pessoas têm no seu dia-a-dia, essas, sim, é que devem ser apoiadas pela sua qualidade e não apenas porque sempre foram assim.

Muito obrigado.

Presidente. Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Respondendo, em primeiro lugar, ao Deputado Paulo Gusmão devo dizer que não tinha qualquer intenção de menosprezo na minha frase. O que eu constatei ou comungo da ideia, pelo que li do Mega Ferreira, é de que a direita é conservadora nesse aspecto, o que não quer dizer que não tenha a ver com a qualidade do que é de preservar.

Quando se ouve música clássica que tem dois séculos, ela continua a ser boa, se for bem tocada.

Portanto, não é a qualidade da preservação, a questão é depois não ficar apenas agarrado a esses conceitos e nos esquecermos da inovação, da ousadia, da criatividade, da imaginação, do actual, da busca da inquietação interior de cada um.

Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Isso já é outra coisa!

A Oradora: Aí, se me permite, eu acho que esta inquietação, que esta ousadia normalmente é mais associada à esquerda. Se calhar estou a puxar apenas a “brasa à minha sardinha”. É possível. Peço desculpa, mas que não tem a ver com critérios de qualidade, com critérios de preservação, não tem.

O que não se pode é querer, como o Sr. Deputado disse, fazer hoje coisas como se faziam há 200 anos, porque estas foram feitas às 200 anos, nomeadamente a arquitectura que a mim me custa imenso que se façam casas no século XXI, pretendendo ser casas de há 200 anos atrás, quando elas não são. Outra coisa é preservar imóveis que vêm desde essa altura. Sra. Deputada, eu ainda esta semana vi na internet uma reportagem sobre a orquestra das palavras e não me parecia que estivessem lá tão poucas crianças. Estava lá um grupo de crianças dum colégio ou de uma escola extremamente animadas...

Deputada Maria José Duarte (PSD): De uma escola ou colégio?!

A Oradora: Sim, das escolas, porque estas coisas também são feitas ao nível das escolas. A Sra. Deputada logo no início disse que era importante fomentar isso nas creches e nos jardins-de-infância. Creio que as escolas estão neste leque de abrangência.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Mas falou dos pais!

A Oradora: Falei, mas a questão dos pais passa-se por aquilo que eu comecei por dizer na intervenção passada que é: quantos de nós fazemos isso? A senhora faz, eu também faço, agora não vamos puxar aqui dos galões de quem faz ou não faz. Aquilo que eu disse era um apelo à consciência.

A verdade é que se há crianças que precisam que este gosto seja fomentado, elas dependem de uma geração anterior. Eu tenho colegas e a senhora certamente também conhecerá gente que acha que para fomentar a leitura nos filhos compra-lhes um livro. Eu acho que é mais fácil ler-lhes uma história, mas isto são conceitos diferentes.

Se essas crianças que os pais não têm hábitos de leitura, mas acham que para ser modernos também é preciso ler, que é preciso fomentar, nós ou o Governo como instituição, com deveres nesta matéria, temos que fazer a nível da formação e não podemos ir buscar os pais a casa. Os pais vão mais ou vão menos, mas as escolas de certo que vão e é importante elas irem. Isto para falarmos da leitura.

Eu há bocadinho não acabei a parte do teatro.

Em relação ao teatro é o Decreto 22/97/A que regula a formação e estes projectos feitos aos agentes culturais que os procuram.

Quanto ao laboratório móvel experimental de teatro eu acho muito estranho que todos os grupos não tenham tido conhecimento. Eu tive pelo jornal. Eu li no jornal os prazos que iriam decorrer de inscrição para a participação nessa formação.

Instituições culturais há em que é preciso que as pessoas lhes vão dar de bandeja, já pronto, a cultura para elas fazerem, grupos há que buscam de uma forma inquieta e incessante estas mesmas novidades e essa formação.

Deixe-me só que lhe diga que a senhora quando reúne com uma instituição está a cumprir o seu papel, agora não pode é dizer que os outros não reúnem. Não parta desse princípio.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Eu não disse isso.

A Oradora: Indirectamente a senhora disse: as senhoras façam como eu, reúnam.

A senhora não parta do princípio que nós não o fazemos. É presunção a mais.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Maria José Duarte.

(*) **Deputada Maria José Duarte (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não foi um grupo, nem dois, nem três que não tiveram conhecimento e não receberam o tal ofício da Direcção Regional da Cultura. Posso-lhe dizer que um dos grupos tem 15 anos de existência, tem apresentado trabalho e tem estado sempre em actividade.

A Sra. Deputada também há-de compreender que, infelizmente, nem toda a gente lê os jornais.

Portanto, eu penso que se do Governo tem a atenção, e acho muito bem, de dirigir um ofício aos grupos a informar da existência de acções de formação, inclusivamente com a ficha de inscrição em anexo, obviamente que deve fazer a todos. Por que é que há-de fazer a uns e não fazer a outros?

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

A Oradora: Sra. Deputada Catarina Furtado, eu não entendi se realmente a senhora concorda ou não com aquilo que eu disse aqui sobre as reais e as verdadeiras necessidades e dificuldades dos nossos grupos de teatro. Realmente não entendi e gostaria de saber se a senhora concorda ou não sobre o que aqui foi dito.

Deputado Paulo Gusmão (Indep.): E a direita?!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A resposta não pode ser sim ou não,...

Deputada Maria José Duarte (PSD): É talvez!

A Oradora: ... concordo ou deixo de concordar. Não, Sra. Deputada. Sejam sérios na abordagem desse tema.

Para saber as necessidades reais e as expectativas dos nossos grupos de teatro, primeiro precisávamos de saber de que grupos estamos a falar.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Estamos a falar dos grupos dos Açores.

A Oradora: A senhora sabe tão bem quanto eu que há uma grande heterogeneidade de grupos de teatro espalhados por essa Região e as necessidades são várias e diferentes de grupo para grupo, em função do tipo de teatro que cada um faz, há quanto tempo o faz e que tipo de formação tem tido.

A senhora está à espera que lhe responda do sucesso ou insucesso labo-móvel. É esta a sua preocupação?

Repondo-lhe muito honestamente: acho que foi óptimo como resposta experimental, mas acho que tem coisas que têm que ser reequacionadas para que, ao ser experimentado numa próxima vez, corresponda mais e melhor às expectativas e às necessidades de cada grupo. Eu não lhe posso dizer que foi bom ou foi mau, porque não é assim que se analisam essas coisas. Foi muito bem como resposta, foi muito bom como elemento novo de formação, foi mais uma valência de formação dada às instituições culturais.

De certo que, também fruto disso, na sua avaliação haverão aspectos a estudar e a limar.

Eu pessoalmente sei de algumas situações, e não gosto muito de pessoalizar nem de formalizar, que precisam de ser revistas, exactamente em função dessa heterogeneidade que eu lhe falava dos grupos e das necessidades existentes nos grupos de teatro dos Açores.

Portanto, as coisas não se põem: sim, não; bom, mau. Nós falamos numa forma séria...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Todos somos sérios. Não tenha a presunção de ser mais sério do que os outros.

A Oradora: ... para reflectirmos, para abordarmos essas questões, para as pensarmos numa forma séria e honesta. Vamos fazer isso desta forma.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Maria José Duarte.

(*) **Deputada Maria José Duarte (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Deputada Catarina Furtado:

Gostaria de dizer a V. Exa. que reuni com diversos grupos de teatro, uns de grande qualidade e outros, como a senhora diz, que não apresentam tanto trabalho.

Deputada Catarina Furtado (PS): Eu não disse isso.

A Oradora: Vamos falar honestamente. Há grupos melhores e grupos piores. Eu reuni com os melhores e com os piores e todos eles foram unânimes em dizer que necessitavam de formação contínua, que necessitavam de um técnico para acompanhar o grupo e que achavam, até como meio de incentivo, que os apoios da Direcção Regional da Cultura deviam ser dados e atribuídos com discriminação positiva, ou seja, aqueles que mais trabalhassem e que melhor trabalho apresentavam deviam ser mais recompensados.

Também referiram que há uma falta de divulgação da lei do mecenato junto das nossas empresas.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós vamos parar, para darmos a vez a outro.

A única coisa que lhe quero dizer é que a formação é contínua e traz também ela problemas, Sra. Deputada. Eu tenho experiência de que a formação contínua, com um técnico permanente junto dum grupo, sendo ele amador, também tem questões que são difíceis de resolver, nomeadamente o ritmo de ensaios altera-se profundamente com a presença de um técnico.

A senhora sabe se vier alguém dar formação, não pode ficar durante 6 meses encenando uma peça, porque não há, de facto, situação financeira que suporte isso, tanto da parte da instituição cultural como da parte do Governo, ou seja, quando há um técnico a fazer formação contínua, o tempo de encenação reduz para um ou dois meses. Três meses já é esticar um bocado a corda, como dizem os nossos jovens.

Portanto, é necessária a formação, mas é necessário que essa formação seja feita por forma a que depois haja uma dinâmica própria dentro de cada grupo.

Como a senhora há pouco falou na sua intervenção, é necessário uma formação muito alargada e que os membros tenham formação a todos os níveis, desde a luminotécnica ou encenação ou há coreografia. Isso não pode ser feito dessa forma leviana, porque senão não há especialização nenhuma.

Agora, o que tem que haver é os próprios grupos, as próprias instituições criarem uma dinâmica, um enraizamento que permita ter uma abrangência que justifique essa formação, que justifique um ritmo contínuo e não só duas ou três pessoas que permanecem durante anos e os outros são voláteis e alteram-se, porque vão estudar para fora, mudam-se, vêm trabalhar por um ano e depois vão-se embora e há dois ou três “carolas”, desculpem o termo, que ficam e esses, sim, têm que perceber, desde pregar o prego ou pôr a luz, até a encenar ou ser director de actores. Isto não é trabalhar de uma forma séria, Sra. Deputada.

Portanto, a formação contínua também tem que ser pensada numa forma que seja possível equacionar com o tempo e a disponibilidade, enquanto só tivermos teatro amador que se coadune com as necessidades dos grupos.

Obrigada.

Presidente: Parece que posso dar por concluído este debate.

Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Osório Silva.

Deputado Osório Silva (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se num dos dias com que amavelmente a vida nos presenteia, despendermos algum do nosso precioso tempo rebuscando num passado não muito longínquo memórias daquela que era a nossa realidade tempo atrás, salta-nos à vista a ideia de que a região se depara, hoje, com uma nova realidade e com um novo contexto económico, social, e cultural.

Uma conclusão que adiante se fundamentará e que extravasa, em nosso entender, aquela que é a dimensão patente no normal fluir dos tempos, pois dever-se-á em muito à competência e esforço, que desde 1997 a esta parte, tem vindo a ser desencadeada pela acção política do Governo Regional Socialista de todos os Açorianos.

Os governos regionais do Partido Socialista tem vindo a assumir e a privilegiar como uma das prioridades da sua acção governativa, políticas assentes nos mais diversos vectores visando, sempre, o crescimento e desenvolvimento harmonizado de toda a região, compreendendo sempre e sem nunca passar ao lado das condicionantes da ultraperifericidade ou dispersão geográfica das nossas ilhas.

Felizmente, esta realidade não se tem restringido ao que tem sido idealizado nas páginas do programa de Governo, muito pelo contrário é real, e é um aspecto cada vez mais saliente de que foi bem empregue a confiança que os açorianos depositaram no nosso partido.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós socialistas congratulamo-nos por constatar que o plano do Governo, em execução, dá continuidade a uma estratégia bem definida para a política de investimentos a implementar na Ilha Terceira.

Verificando-se um claro reforço e aperfeiçoamento da acção governativa nesta ilha. Assim sendo, continuamos a defender, como sempre e cada vez mais, a materialização dos compromissos eleitorais, bem como respostas rápidas e eficazes às necessidades e anseios dos cidadãos, reforçando-se, sempre que a interacção com a sociedade donde emanamos dê mostras dessa necessidade, as políticas e áreas de intervenção, como sejam as políticas de habitação, estradas, infra-estruturas portuárias e aeroportuárias, educação, administração

pública, agricultura, juventude/desporto, emprego, ambiente, turismo, assuntos sociais, entre muitas outras.

Sem recorrer a quaisquer artificialismos de retórica ou à componente da nossa memória, não é de todo difícil concluir que a estratégia está a ser acertada e que a ilha Terceira professe no rumo e no ritmo de um novo conceito de desenvolvimento activo.

Contrariamente ao que qual “Velho do Restelo” tenta profetizar a nossa muito estimada oposição, cada vez mais vivemos numa região e no caso em particular numa ilha, caracterizada pela existência de políticas concertadas que visam dar continuidade ao rumo do progresso. Esta realidade fica demonstrada, por exemplo, pelos actuais investimentos estruturantes que se encontram em execução nos dois concelhos, em diversos sectores, de grande importância para a actividade económico e social da Ilha Terceira, irrefutável é prova disso:

- A Aerogare das Lajes, que se encontra na segunda fase de execução, estando previsto para breve o lançamento do concurso para a terceira fase, orçada em 18 milhões de euros;
- O Porto da Praia da Vitória, recuperação, ampliação, construção da gare de passageiros e reordenamento encontra-se em bom ritmo, orçado em 27 milhões de euros, bem como o financiamento do parque de combustíveis que já se encontra em execução;
- O Parque de Exposições da Ilha Terceira, verá o termo dos projectos de especialidade este ano, sendo lançado o concurso público para a sua construção, no próximo ano;
- Apoio no valor de 1,3 milhões de euros para a requalificação do clube de golfe da Ilha Terceira;
- Em execução, Plano Estratégico de Animação Turística para a Ilha Terceira, pela Associação Regional do Turismo, financiado em 700 mil euros;
- A construção em curso da Escola de São Carlos, estando prevista a sua conclusão em 2007, orçada em 26 milhões de euros;
- A segunda fase da construção da nova Escola Francisco Ornelas da Câmara, Decorrer, a bom ritmo, estando prevista a sua conclusão para 2007, orçada em 14,5 milhões de euros;
- A Piscina da Escola Vitorino Nemésio, se encontra em execução, orçada em 2 milhões de euros;
- A Requalificação do Porto das Pipas, estando prevista a sua conclusão para o mês de Outubro do corrente ano, orçada em 6 milhões de euros;

- Os diversos Postos de Atendimento ao Cidadão, nas Freguesias São Sebastião, Posto Santo, Lajes, prevendo-se a curto trecho a abertura de um na Freguesia dos Altares, Porto Judeu entre outras;
- A Reconstrução, reabilitação da sede da AFARIT bem como a construção do ATL, estando prevista a sua conclusão em Maio do corrente ano, obra esta financiado em 300 mil euros;
- Está, já, em fase de conclusão a construção e ampliação da creche e jardim-de-infância da Confederação Operária Terceirense, financiado em 1,3 milhões de euros;
- Encontra-se em fase de licenciamento a remodelação e ampliação do edifício da creche e jardim-de-infância da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento, orçado em 350 mil euros;
- Existe a probabilidade de iniciar no decorrer deste ano a construção das novas instalações do Centro Ocupacional da Associação Cristã da Mocidade, num financiamento de 2 milhões de euros;
- Encontra-se já definida a localização do novo Hospital de Angra do Heroísmo, existindo grande probabilidade de lançar ainda este ano o concurso para a construção da nova unidade hospitalar, obra de importância fulcral para a qualidade de vida da população do Grupo Central;
- Será apresentado brevemente o projecto e de seguida lançado o concurso público para reconstruir e adaptar o Claustro Sul do acolhimento de São Gonçalo, orçado em mais de 3 milhões de euros;
- Foi inaugurado recentemente no porto de pescas da Praia da Vitória, o estaleiro para a construção e reparação de embarcações de pesca, devendo ser adquirido no próximo ano um “travel lift” para o mesmo porto;
- Está prevista para o próximo ano a requalificação e ampliação dos portos de São Mateus, Vila Nova e Santa Catarina no Porto Martins, bem como a construção de casas de aprestos em São Mateus, Vila Nova e Porto das Pipas;
- Foi iniciada a construção do Observatório Científico Ambiental, na antiga casa do peixe, obra orçada em 1,4 milhões de euros;

- Requalificação da orla costeira do Porto Martins, com a primeira fase já concluída, obra esta orçada em 225 mil euros, estando a decorrer o processo para o lançamento do concurso da segunda fase, orçada em 500 mil euros;
- Dando-se início as obras de requalificação paisagística das furnas de enxofre, no valor de 140 mil euros;
- Está em execução a exportação de óleo dos últimos 20 anos, que se encontra no aterro sanitário, orçado em 20 mil euros, encontrando-se de igual modo em curso a exportação do passivo ambiental de pneus;
- No que a habitação diz respeito, foi já adjudicada a construção para a habitação a custos controlados e auto construção nas freguesias dos Biscoitos e São Brás, encontrando-se em fase de conclusão esta mesma tipologia de construção na freguesia de São Bento, orçado em mais de 800 mil euros. Estando já a decorrer o processo para a requalificação dos bairros da Terra Chã e Bairro de Nossa Senhora de Fátima, mais conhecido por bairro do Joaquim Alves;
- Encontram-se em execução caminhos agrícolas, principais e secundários no Paul, Altares/Raminho, Cume/Agualva, no valor de 1,6 milhões de euros;
- Em relação ao abastecimento de água à lavoura está em execução a Conduto tapete, ginjal e barraca, encontrando-se na 3ª fase a distribuição das Cinco Ribeiras/Sta Bárbara, com um custo superior a 2 milhões de euros;
- A electrificação Cinco Ribeiras/Santa Barbara, sala de ordenha na Abelheira e electrificação da ETA e do reservatório lagoa das Cinco Ribeiras, bem como de duas salas de ordenha nos Altares/Raminho, orçado em 104 mil euros;

No que concerne às estradas regionais:

- Está prevista para o dia 18 do corrente mês a abertura das propostas para a remodelação e requalificação da Via Vitorino Nemésio, numa extensão de 22 km, orçada em 25 milhões de euros;
- Está, também, já a decorrer a construção do acesso ao porto da Praia da Vitória, orçado em 1,4 milhões de euros;
- A decorrer encontra-se de igual modo a reabilitação da estrada Regional Angra – Praia pelas freguesias, como o ramal de acesso ao Porto Martins, numa extensão de 24 km, orçada em 1,1 milhões de euros;

- Encontra-se em fase de audiência prévia a reabilitação do troço da Estrada Regional, entre as Doze Ribeiras/Cabrito/Via rápida, num total de 25 Km, orçado em 1,1 milhões de euros;
- E execução a reabilitação da Estrada Regional 3-2ª, São Sebastião/Barraca e Canada do Tapete, obra a decorrer, orçada em 500 mil euros;

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao longo dos anos, na acção governativa e tendo em conta quer a conjuntura de âmbito regional, quer nacional, terá por vezes eventualmente existido alguma necessidade de contenção em alguns investimentos, dada a existência de outras prioridades para a curto ou médio prazo na nossa terra. Tal realidade nunca fez com que deixássemos de defender os compromissos assumidos e desejados pelos nossos cidadãos. No entanto, nós não vivemos obcecados pelos números, vivemos, antes, sempre preocupados em defender intransigentemente a perspectiva do cumprimento e resposta às necessidades e anseios dos terceirenses e açorianos nas áreas de maior vitalidade para a sua qualidade de vida.

Podemos concluir que os terceirenses não vivem de promessas, mas sim de certezas. Tal realidade deve-se ao intenso trabalho que o governo regional dos açores tem vindo a desenvolver na sua acção governativa, no caso particular das políticas fundamentais para o nosso desenvolvimento económico, mediante a implementação de políticas estruturantes cuja o objectivo é sempre, o de servir os açorianos. Outra coisa não sabemos fazer!

Disse!!!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Fernando Gomes. Tem 3 minutos.

(*) Deputado José Fernando Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aquilo que o Sr. Deputado Osório Silva veio aqui fazer foi pintar de cor-de-rosa uma realidade terceirense, sentida pelos que lá vivem, que é completamente diferente daquilo que aqui foi dito. Todas estas obras que agora foram aqui relatadas, foram mencionadas em 1996 nos manifestos eleitorais do Partido Socialista.

Refiro-me ao último troço da via rápida, à própria via rápida, à estrada regional, mais conhecida por estrada 25 de Abril, que ainda está por repavimentar, a escola de São Carlos, a piscina da Escola Secundária Vitorino Nemésio, o novo hospital, a aerogare que ainda só foi concluída a 1ª fase e mal, ...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Ainda, não! Já foi!

O Orador: ... porque tem um péssimo funcionamento, não é funcional e é um péssimo cartão de visita para quem nos visita.

Em qualquer parte do mundo os terminais do aeroporto têm os balcões de check-in, por uma questão funcional, ao fundo da sala, e todos vós sabeis que assim é, para não causar os problemas que causa esta aerogare em alturas de maior movimento, com voos regionais, inter-regionais, nacionais e internacionais, que é um autêntico pandemónio.

Por uma questão de diminuição de custos foi colocada apenas uma passadeira entre a parte dos balcões de check-in internacional, nacional ou regional e, portanto quando funciona de um lado, não pode funcionar do outro e é um péssimo cartão de visita para a ilha Terceira e para os Açores.

O Porto da Praia da Vitória ainda continua em fase de execução, mas por aquilo que parece vai ser feito exactamente aquilo que existia antes, ou seja, a sua reparação, apesar de todas as críticas que na altura foram feitas sobre a construção do porto há 20 anos atrás, é feita nos mesmos moldes e para o mesmo tipo de onda que foi feito na altura, segundo parece por uma economia de meios, mas que corremos o risco de voltar a acontecer aquilo que aconteceu há pouco tempo a esta parte.

Na ânsia de dizer que tudo foram obras do Governo Regional, até se inclui o parque de combustíveis da Ilha Terceira, que é uma obra da iniciativa privada.

Portanto, não são só as obras do próprio Governo Regional como são também as obras dos privados que passam a ser obras do Governo. Esta é uma realidade.

Admira-me outras obras que também foram anunciadas há muito anos, mas que agora desapareceram e que não se fala delas.

Deputado Osório Silva (PS): Diga quais.

O Orador: A Escola do Ramo Grande, por exemplo, a Escola de S. Sebastião, a Escola Primária da Serra do Santiago, etc.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*) e Deputado Francisco Coelho (*PS*):
Primária?!

O Orador: Estas foram, de facto, promessas que constavam do plano do Governo Regional. A Escola Primária da Serra de Santiago constou de vários planos do Governo Regional e por isso não é de admirar, Sr. Deputado Francisco Coelho, que se fale nesta escola.

Deputado Francisco Coelho (*PS*): Não é primária, Sr. Deputado.

O Orador: É escola do 1º ciclo. O senhor percebeu, e não é por aí que as coisas deixam de ser feitas.

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo acabou.

O Orador: Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

Deputada Ana Isabel Moniz (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Fernando Gomes:

Eu gostaria de dizer que, embora não seja a pessoa mais habilitada para falar da Praia da Vitória aqui perante um ex-autarca que tem um conhecimento do terreno como eu não tenho, a construção do parque de combustíveis da Praia da Vitória não é, efectivamente, uma obra do Governo Regional...

Deputados José Fernando Gomes (*PSD*) e **Artur Lima** (*CDS/PP*): Ah!

A Oradora: ... mas é necessário realçar que foi através da conciliação de interesses privados que o Governo Regional agilizou e que foi possível fazer essa transferência do parque de combustíveis de Angra para a Praia da Vitória.

Na cerimónia do lançamento da primeira pedra desta obra é natural que o Sr. Secretário estivesse presente, uma vez que foi um projecto candidato a sistema de incentivos e esta situação só foi possível através da reformulação do subsistema de prémios SIDEP. Possivelmente se não houvesse este empenho do Governo Regional e esta conciliação de interesses privados não se teria conseguido fazer uma coisa que era desejada já há muito tempo.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(* **Deputado António Ventura** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para complementar as declarações do meu colega José Fernando Gomes sobre as obras anunciadas há 10 anos e ainda não realizadas muitas delas, (10 anos é muito tempo) acresce na ilha Terceira um sentimento de alma negativa e alguma depressão não só das pessoas do PSD, mas das própria pessoas do PS.

Deputado Nuno Tomé (*PS*): Sim, porque as do PSD na Terceira são poucas.

O Orador: Recordo, por exemplo, algumas declarações do Dr. Cunha de Oliveira em que diz que: “O tempo da autonomia também é feito de desilusões para a Terceira”. Diz também que : “O Porto da Praia é o resultado insignificante para quem tinha pensado fazer um porto conforme a utilidade que ele tivesse para o interesse do mundo”.

Por exemplo, o Dr. Elavai diz o seguinte: “A Terceira tem que ganhar população e em simultâneo tem que conquistar alguma coisa para que se inverta o sentimento de perda colectiva que a ilha vive”.

Portanto, não somos só nós a criticar e a dizer que a obra não é feita e que alguma coisa se passa na Terceira e que cria esse sentimento de desilusão, mas também pessoas que tiveram responsabilidades governativas no Governo do PS que admitem essa situação. Se não acreditam em nós, pelo menos acreditem nas pessoas do vosso partido, como o Dr. Augusto Elavai, que foi deputado nesta casa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Gaspar.

(* **Deputado José Gaspar Lima** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, em princípio, só é cego quem não vê e os Srs. Deputados não vêem ou não querem ver as obras que se anda a fazer na Terceira e que estão a ser feitas por este Governo e que durante os anos que os senhores foram governo nunca foram feitas. O problema é esse e os senhores não querem ver de maneira nenhuma e nunca chegam a ver, porque os senhores andam, nessa óptica, constantemente ceguinhos.

A desilusão que os terceirenses têm relativamente ao PS e ao Governo do Partido Socialista é sempre dada nas urnas com 60% dos votos da população da Ilha Terceira. Aí é que está a desilusão e por isso é que a ilha é cor-de-rosa e há-de continuar a sê-lo.

As obras que o Deputado Osório Silva veio aqui trazer e informar, algumas delas estão a ser concluídas, outras estão a ser feitas e outras estão a ter o seu início. Não são obras no papel, são obras reais. Os açorianos sabem isso e os terceirenses sabem também que essas obras estão a ser feitas e estão a ser cumpridas. É por isso que o nosso manifesto está a ser cumprido, havemos de continuar a cumprir e havemos de trazer aqui à lembrança todas as vezes que forem necessárias as obras que o Governo do Partido Socialista está a fazer pelos Açores fora.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia. Dispõe de três minutos.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Sras. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os investimentos feitos na Terceira nos últimos 4 anos não têm paralelo na história da Ilha Terceira.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): 4?!

Deputado Mark Marques (PSD): E os outros 6, dão de barato?

O Orador: 27 milhões no Porto da Praia da Vitória. Esta é uma obra de grande dimensão e estamos a terminar 200 metros de cais acostável que não existiam.

Houve, de facto, uma grande tempestade que danificou imenso o Porto da Praia da Vitória e não foi fácil fazer esta obra. Foi preciso encontrar os recursos financeiros.

São 27 milhões de euros que estão neste momento a ser investidos na Praia da Vitória, mas esta obra não termina quando terminar esta empreitada, vai continuar. Esta empreitada vai terminar no próximo ano e vamos iniciar, no IV Quadro Comunitário de Apoio, mais investimentos no Porto da Praia da Vitória.

Para além disso, nós estamos a investir 18 milhões de euros na aerogare civil das Lajes e deixe-me dizer-lhe que o projecto da aerogare foi feito por arquitectos da ANA e o Sr. Deputado, deixe-me que lhe diga, não é arquitecto.

O Sr. Deputado vem dizer que só existe uma passadeira, mas quando a obra terminar podem existir três passadeiras.

A questão não está na localização do check-in, está agora no entrosamento das pessoas. O serviço está a ser remodelado e a ser melhorado e não é pelo facto de estar no canto que

ficaria melhor. A profundidade é superior à que existe em Ponta Delgada que apenas tem 17 metros entre o check-in e a porta de entrada e ali são de 27 metros.

Não é por aí, Sr. Deputado.

Deputado José Fernando Gomes (PSD): Isso é lateral.

O Orador: Não é lateral, Sr. Deputado, porque dum lado tem 17 e do outro tem 27 metros.

Sr. Deputado, as coisas são como elas são e não como nós queremos fazer.

Houve erros no processo de funcionamento, mas estão a ser corrigidos e ainda estamos no final da 2ª fase e vamos fazer uma 3ª.

Portanto, 27 milhões de investimento do Porto, mais 18 na Aerogare e mais 30 milhões no Parque de Combustíveis, são 75 milhões de investimento tudo no seu concelho, Sr. Deputado, só nas áreas que dizem um pouco respeito à Secretaria Regional da Economia.

É verdade que são privados que estão a fazer o Parque de Combustíveis, mas é a Região que lhes dá os incentivos, foi a Região que lhes deu os terrenos e lhes fez o projecto.

Portanto, trata-se de 75 milhões de euros para resolver um problema na Ilha Terceira que tem dezenas de anos e, finalmente, vai ficar resolvido de forma definitiva.

Também nestes últimos 4 anos na Terceira, os privados investiram 84 milhões de euros em diversos sistemas de incentivos, nomeadamente no SIDEL, no SIDET, no SIDEPE, no SIME, no URBCOM. Basta ver o que se passa com as diversas unidades hoteleiras. Neste sector há uma revolução completa na Ilha Terceira.

Em 2000 nós tínhamos na Terceira 67.000 dormidas. O ano passado tivemos 136.000. Duplicámos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): E os números na Terceira baixam!

O Orador: Em 2005 crescemos 1,2% e o Sr. Deputado esquece-se que em 2004 crescemos 28,6 % na Terceira e em 2001 crescemos 31,5 %. São estes números que contam e não apenas os números de um ano. Em 5 anos duplicámos o número de dormidas. É muito importante pôr estes números.

O que é que falta à Terceira em termos de turismo, Sr. Deputado? Falta aumentar a sua estada média que neste momento anda à volta de dois dias e meio. Se tiver a mesma estada média que tiver S. Miguel, nós temos a mesma taxa de ocupação que neste momento existe. É isso que estamos a fazer.

Sr. Deputado, não se pode duplicar a oferta hoteleira em 5 anos e ao mesmo tempo aumentar a taxa de ocupação. Isso não é possível e ninguém consegue fazer isso.

Os Srs. Deputados têm neste momento na Terceira a mesma taxa de ocupação que tinham quando tinham 600 e tal camas. Isto é claro como água.

É evidente que duplicámos o número de camas e não conseguimos aumentar a taxa de ocupação. Isso é normal e vamos aumentar com o tempo, mas a taxa de ocupação que temos neste momento é a mesma que tínhamos no passado. Temos que ser claros neste processo.

A Terceira está a passar por uma grande fase de investimento e eu estou só a falar dos investimentos sob a tutela da Secretaria Regional da Economia e não estou a falar dos transportes e das estradas onde também se está a fazer um investimento incalculável nestes próximos tempos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

(* **Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não me vou referir ao período antes de 96. Aliás, nem tinha nada para dizer em matéria de estradas antes disso, ...

(Aplausos do PSD)

O Orador: ... porque não tinha nada para dizer, em matéria de estradas na Terceira, antes de 96, mas depois de 96, de facto, a rede viária da Terceira sofreu uma grande modificação e nesta legislatura está tendo investimento na ordem dos 31,8 milhões de euros...

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): E a taxa de esforço qual é?

O Orador: ... numa extensão de 86,5 km e porquê? Porque não estava feito, porque nessa matéria de estradas regionais a Terceira estava, de facto, no século XIX.

Efectivamente, a Terceira no final desta legislatura fica com uma rede viária das melhores dos Açores em termos de qualidade, mas também em termos de quantidade. É preciso realçar isto aqui no quadro do investimento global dos Açores, mas que na Terceira tem uma importância acrescida.

Só para falar numa obra que no próximo dia 18 vai ter a sua abertura de propostas, a chamada via rápida Angra/Praia, que tem uma grande transformação, ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quem é que paga isso? É a SPHRI,SA ou é o senhor?

O Orador: ... três nós desnivelados, no Aeroporto, na Barraca e na zona industrial do Cabrito; tem um separador central; entre a Terra Alta e a Barraca há saídas e entradas na mão; há passagens desniveladas para gado; há caminhos paralelos para gado; existirão vedações ao longo de toda a via e todo o pavimento será reabilitado, numa extensão de 22 km.

Portanto, esta é uma grande intervenção estruturante da ilha Terceira.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): *Muito bem!*

O Orador: Em matéria de estradas regionais este Governo Regional só tem um sentimento que é de grande orgulho das obras que já fez e da que fará nesta legislatura.

Gostaria de dizer também que a única estrada que foi falada aqui e que ainda não sofreu intervenção, a estrada 25 de Abril, está à espera do saneamento que será feito pela Câmara Municipal da Praia e só a partir daí, como o Sr. Deputado José Fernando Gomes sabe, é que se poderá proceder à sua reabilitação.

Portanto, o Governo Regional não precisa anunciar obras de outras empresas para mostrar obras na Ilha Terceira. Tem muita obra na Ilha Terceira, como ficou aqui demonstrado, e não faz, ao contrário do que existe em algumas câmaras que anunciam 400 e 500 casas de particulares, que é que as fazem em termos de empresas privadas e é que as pagam também. Essa é outra história para outro momento.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de dizer que, de facto, é conhecido que a rede de estradas na Ilha Terceira, tal como em S. Miguel, sendo que aí só não sabeis nem o dia nem a hora, vai levar um impulso que é significativo.

Quero dizer também, relativamente ao Porto da Praia, que a primeira conclusão que deve ser tirada é que o Porto da Praia é uma vergonha para a autonomia. É uma vergonha, porque existem outros portos, até centenários, que foram feitos de uma forma muito mais duradoura e, portanto, essa deve ser a reflexão.

Nos 30 segundos que me restam, quero dizer que aqui está a prova de que quando dizemos que o futuro duma terra não é só o cimento armado e não são só as obras. É este o debate que se faz.

A Terceira hoje, é reconhecido por todos, sobretudo por aqueles que lá vivem, está a perder o seu prestígio, está a perder o seu espaço no contexto regional e a verdade é que aquilo que se discute nesta Assembleia é saber se vão gastar mais milhões em obra, se vão gastar menos milhões, se já se fez ou não fez, se há mais ou menos cimento armado.

Onde é que está a Angra da cultura, onde é que está a Terceira com o seu prestígio político, onde está a Terceira que já foi um centro a nível nacional no tempo das Cortes, onde é que está nos tempos de hoje o prestígio de uma ilha que também no turismo deveria aproveitar aquilo que tem como diferença, que vem também desses tempos, na sua arquitectura, nos seus hábitos, aquilo que tem como diferença na sua cultura.

Qual é o debate que é feito nesta casa? É saber quantos milhares mais já estão feitos. Portanto, é o “turismo ao metro”. Aliás, esse princípio de ao metro serve para muita coisa. Eu teria mais para dizer, mas o minuto já acabou.

Muito obrigado.

Deputado Gaspar Lima (PS): Se não houver investimento não há desenvolvimento, Sr. Deputado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste.

(*) Deputado António Toste (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É interessante o debate sobre a Ilha Terceira e mais concretamente aos deputados da oposição, do PSD.

Eu fico sem saber o que é que eles pretendem, porque quando se demonstra que se faz obra, quando há obra feita, obra em curso, dá-me a impressão que estão contra as obras.

Quando o PSD diz que defende os açorianos, isso não é verdade. Eles defendem apenas e só o PSD, senão não estavam contra aquilo que aqui foi dito.

Deputado Clélio Meneses (PSD): É descaramento!

O Orador: Descaramento é o senhor estar aí sentado e se quiser saber porquê eu digo-lhe depois.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não posso estar aqui sentado?

O Orador: Pode, mas depois fale comigo que eu digo-lhe porquê.

A impressão que eu tenho é que os deputados do PSD, especialmente da Terceira, quando a gente abre a página do jornal só vemos requerimentos e perguntas ao Governo e pensam que os requerimentos é que são o trabalho feito, quando não é verdade. O trabalho feito é em comissões, é em plenário e é em visitas.

Em relação ao Porto da Praia da Vitória gostava de responder aqui ao Sr. Deputado José Fernando Gomes o seguinte:

Numa visita que foi feita por nós, deputados do PS, à Praia foi-nos dito pelos técnicos que o molhe do Porto da Praia estava reforçado em relação ao antigo e que nada garante, nem é previsível quantificar o que é que é necessário fazer-se para uma intempérie qualquer.

Portanto, dentro na normalidade, o porto tem segurança e dizer-se que nada mais se fez, não é verdade, porque o cais cresce em mais 250 metros e será construída uma gare para 400 passageiros, porque, como sabe, os passageiros hoje em dia não podem estar misturados com a carga.

Quando o senhor diz que está tudo na mesma, não é verdade.

Em relação ao Sr. Deputado António Ventura que diz que as pessoas estão descontentes, que está tudo mal e nada está bem para si. Eu já percebi da sua parte que só está tudo bem e muito lindo é nas vésperas das eleições em que o senhor diz que vai ganhar, que vai fazer e vai acontecer. Depois está tudo mal.

O senhor nas legislativas estava optimista, que ia ganhar e foi o que se viu e nas últimas autárquicas em que o senhor dizia que onde há mudança de um candidato, normalmente muda-se de côr e que era agora que iam ganhar, não foi o que aconteceu. Mudou-se de côr e, por sinal, a tarefa ainda foi maior.

Mudou-se de candidato na Praia da Vitória em relação ao PS, mas também mudou o candidato do PSD e, por sinal, o PS ganhou.

Portanto, na Câmara de Angra continuamos a ganhar e na Praia da Vitória fomos ganhar, quando o senhor pensava que ia ganhar.

O senhor devia fazer essa pergunta ao Sr. Deputado Clélio Meneses para saber qual foi a razão.

Tenho dito.

Deputado Mark Marques (PSD): Na Ribeirinha alguém mudou de partido nos últimos anos?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso. Dispõe de três minutos.

(*) Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Intervir num debate e ouvir falar sobre a Terceira é sempre bom, principalmente neste momento em que a Terceira tem tanto em que se falar.

Em primeiro lugar gostaria de dizer, e fazendo justiça à intervenção do Sr. Deputado Osório Silva, que foi uma intervenção realista e descritiva das diversas intervenções, muitas em curso, algumas a iniciar-se e outras já previstas daquilo que será o verdadeiro volume de investimentos que a Terceira irá ter e, portanto, penso que não houve, ao contrário do que se tentou fazer pensar na intervenção do Sr. Deputado, nenhuma tentativa de alteração da realidade, houve, sim, uma descrição daquilo que está a acontecer e essa descrição que me espanta que não seja também de acordo doutros deputados desta casa, porque, aliás, não só fez parte dos nossos manifestos eleitorais, como também do manifesto eleitoral desses senhores deputados.

Quanto à questão de se pintar a ilha de cor-de-rosa, nós não temos problema nenhum nesta matéria, porque não somos nós que precisamos de pintar a ilha cor-de-rosa, aliás, desde 1988 que ela já vem sendo sucessivamente pintada nas urnas pelo nosso povo e, portanto, nessa matéria nós temos a consciência perfeitamente tranquila. Não forçamos ao voto, são os terceirenses que percebem, desde 1988, volto a referir, quem é que, de facto, tem cumprido com aquilo que promete.

Em relação à questão dos estados de alma, eu tenho alguma dificuldade em acreditar nessa coisa dos estados de alma, supostamente colectivos, e em que pseudo-pensadores possam eventualmente falar pelo colectivo da população. Procurou-se bodes expiatórios para esses estados de alma e os três bodes expiatórios que se encontraram foram os próprios terceirenses pela sua apatia, da qual se falou e que eu discordo completamente, os privados que não investem na ilha e o investimento público também desinveste, como dizem os

pensadores. Nenhum desses bodes expiatórios mostra nenhuma forma de descontentamento nem de pessimismo.

Pela parte do investimento público, em termos comparativos, a Ilha Terceira neste momento, por aquilo que foi enumerado e pelo que os Membros do Governo já disseram, é das ilhas que tem maior volume de investimento na Região. É mesmo a que tem um investimento maior, se virmos “per capita”, comparativamente com a Ilha de S. Miguel.

Em termos do investimento privado nunca antes a Ilha Terceira teve um volume tão grande. Nunca se construíram tantos hotéis, alguns de investidores externos à Região e, portanto, é sinal de que não só os nossos investidores continuam a investir, como conseguimos captar investimento nacional e estrangeiro.

Do ponto de vista dos terceirenses, meus senhores, só tenho a dizer que nada daquilo que aqueles seis senhores disseram na reportagem, que o Sr. Deputado referiu, corresponde à realidade.

Nunca se realizaram tantas touradas na Ilha Terceira, tantos bailinhos de Carnaval e o povo da Terceira continua a dar sinais de que desse pessimismo não sofre.

Portanto, quem pode estar deprimido na Ilha Terceira são, compreensivelmente, os deputados do PSD, porque de derrota em derrota continuam a perder. Nós compreendemos isso e estamos solidários com a vossa depressão e queremos, aliás, que continuem a ter o discurso que têm tido, porque é desse discurso que também se fazem as nossas vitórias.

Muito obrigado.

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva.

(*) Deputado Osório Silva (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como primeiro interveniente neste debate sobre os investimentos na Terceira, como é óbvio, não poderia passar sem deixar aqui nesta Assembleia algumas considerações sobre o que está a ser executado pelo Governo Regional.

Respondendo a algumas questões que foram aqui colocadas, devo dizer que assumimos o que fazemos para o bem, mas também assumimos aquilo que não fazemos e, portanto, em relação a algumas obras e a alguns compromissos que, infelizmente, na altura comprometidos e que não foram executados, e tive o cuidado de dizer na minha intervenção, atendendo à própria conjuntura regional e nacional e atendendo às próprias calamidades, o Governo Regional teve que definir prioridades em relação às situações que na altura ocorreram.

Infelizmente algumas dessas obras não foram executadas no seu tempo devido e na altura assumimos, como assumimos no nosso manifesto eleitoral, que chegou a casa dos terceirenses, que dizia o que prometemos, o que cumprimos e o porquê de não cumprirmos algumas promessas eleitorais de então. A realidade é que essas promessas estão a ser cumpridas, como se pode constatar no programa eleitoral do Partido Socialista, em relação à Terceira.

Estava à espera que o PSD lançasse aqui o desafio sobre outras obras que estão no manifesto eleitoral e que não fez qualquer referência, nomeadamente em relação à Biblioteca Pública da Ilha Terceira, que será construída - e gostaria de, desde já, dar esta informação à oposição - nos terrenos adjacentes aos edifícios Silveira e Paulo, tendo-se já iniciado o seu processo para a sua construção.

Em relação à Escola Francisco Drumond, o Governo já adquiria 90% dos terrenos, estando previsto, nos próximos seis meses, o lançamento do seu respectivo concurso.

Em relação ao Quartel de Bombeiros, o processo ainda não foi iniciado, porque é necessário que a Associação de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo se pronuncie.

Relativamente ao Laboratório Veterinário, será lançado este ano o concurso público para a sua respectiva construção.

Em relação à Escola da Serra de Santiago, neste momento não consta da Carta Escolar e, portanto, não é uma prioridade, atendendo a uma estratégia que já foi anteriormente aqui assumida pelo Governo Regional.

Em relação à Via Rápida, esta obra que já em 1990, em Conselho de Ilha, se dizia que era necessário concluir aquele empreendimento que já vinha há muitos anos em execução, a verdade é que já foram criadas as condições por parte do Governo Regional para melhorar

aquela via e ir ao encontro daquilo que são os anseios da população, como hoje podemos constatar num meio de comunicação social da Ilha Terceira que diz que aquela via, de facto, se encontra em mau estado. No dia 18 do corrente mês serão abertas as propostas relativamente àquela obra.

De facto, esta é uma nova realidade que se vive na Ilha Terceira, uma nova conjuntura, uma conjuntura de esperança, mas também de certezas, porque assim demonstram os números, demonstra a obra efectiva e demonstra também que o Governo Regional não só irá cumprir o que consta do seu manifesto, mas também outros anseios que vão surgindo e gostaria de lançar um deles nesta Assembleia, de como é, por exemplo, a necessidade de construir uma nova escola profissional na Praia da Vitória, dado a lotação que existe na actual escola.

Essa é, de facto, uma das obras que não consta no plano do Partido Socialista, nas nós assumimos aqui nesta Assembleia o trabalho e o empenho que teremos para que se construa naquele concelho essa nova infra-estrutura.

Disse.

Deputado Gaspar Lima (PS): *Muito bem!*

Presidente: Ao abrigo da tal cláusula de salvaguarda, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima como representante do PP.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Parece-me que o Governo Socialista com todos os milhões que aqui anunciou que vai investir na Terceira, vai mudar o nome à Ilha Terceira. Vai mudar o nome para “Ilha das Rosas” ou para “Ilha do Oásis”, porque realmente é só milhões que a gente vê.

O Sr. Secretário da Economia reconheceu aqui o fracasso da política de turismo da Terceira.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não é fracasso!

O Orador: Foi o senhor que o disse. Aliás, é a Câmara de Angra que diz: “temos camas, não temos gente”. O senhor também o disse.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Eu quero é fazer melhor.

O Orador: O Sr. Vice-Presidente do Governo também reconhece o fracasso da política turística do Governo. Foi fazer uma reunião na Terceira com os empresários turísticos,

porque reconheceu que o turismo na Terceira estava mal e está mal, porque temos camas e não temos gente.

O Secretário Regional da Economia reconhece aqui o fracasso.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não é nenhum fracasso!

O Orador: Não há gente devido a muita coisa, porque a política do turismo está orientada para um determinado sítio.

Dou-lhe o exemplo dos cruzeiros. A vergonha é o Porto da Praia e a outra vergonha é que não podem ter cruzeiros, porque não têm um porto. Veja dos 32 que estão programados, quantos tocam na Terceira.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O porto está a ser feito.

O Orador: O porto está a ser feito há muito tempo, Sr. Vice-Presidente. O Porto já caiu há muitos anos e se não viesse aqueles dinheirinhos de fora, e o Sr. Secretário ainda não disse de onde é que vinha o dinheiro, o porto ainda não era feito. A gare de passageiros há quantos anos está prometida? O porto ainda estava em funcionamento e não havia gare de passageiros. Há quanto tempo? Cada obra na Terceira tem uma penalização de 10 anos. Carimbo 10! Veja as obras que os senhores estão a inaugurar, tirando as tais de iniciativa privada.

Sr. Secretário José Contente, o senhor corre o risco de se aproximar rapidamente das médias que o senhor tanto critica antes de 96.

O senhor quando fizer a continha a respeito da via rápida, não sei se a diferença vai ser muita antes de 96. Quando ela estiver pronta, o senhor vai ver quantos anos levou a reabilitar a via rápida. De 1996 a 2008 é, no mínimo, 12 anos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Quem é que disse que ia fazer em 96?

O Orador: Carimbo 10, mais 2 em cima.

Não venham com as demagogias de que agora vão fazer tudo, porque os senhores têm 10 anos de passado que não se podem esquecer dele.

A Aerogare das Lajes é outra coisa espantosa. Sr. Secretário Regional da Economia, eu acho que é a única ilha dos Açores que não tem uma aerogare de raiz.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Porque não pode ser feita naquele sítio.

O Orador: Era uma nova.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Onde?

O Orador: Onde?! Há terrenos quantos queira, Sr. Secretário. Pôr aquela a baixo e construir outra mais acima. Os senhores não puseram a Aerogare da Flores a baixo?

A importância que os senhores dão à Terceira é que põem ferro velho em obra concertada. Obra remendada e nunca fica coisa de jeito, mas eu dou-lhe o benefício da dúvida e estou à espera que a obra fique feita.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Os senhores são todos arquitectos.

O Orador: A Terceira é a única ilha dos Açores, Srs. Deputado do Partido Socialista, que não tem uma aerogare feita de raiz. Na Terceira põe-se remendos. Aquilo que os senhores estão a recuperar era um antigo armazém.

Quanto ao turismo estamos conversados.

Deputado Francisco Coelho (PS): Não estamos

O Orador: Estamos, Sr. Deputado.

Em relação ao Porto da Praia dizer-se que em condições normais oferece segurança, esta é de se abrir o chão ... Vivemos numa Região de tempestades...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem que concluir.

O Orador: Concluo já, Sr. Presidente.

Então a firma de engenharia não dá garantias para as ondas de 9, 10 ou 12 metros? Não há estudos hidrodinâmicos?

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Quem disse que não havia?

O Orador: O Sr. Deputado disse que não havia.

Só mais uma questão.

Hospital de Angra prometido para 2011. Não é para se fazer nada no actual? E as obras no serviço de urgência prometidas e orçamentadas há anos?

É uma vergonha as condições em que trabalham os médicos no serviço de urgência do Hospital de Angra.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Atrevo-me a dizer inclusivamente que não tem condições, em termos de segurança, de instalações eléctrica, etc. Quando chove na rua, chove na urgência. É para

não fazer nada até 2011? Não acredito que fique pronto em 2011. O Sr. Secretário é que disse que ficava pronto em 2011.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(* **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, como é perceptível, para a defesa da honra, porque foi afirmado por um Sr. Deputado de que era um descaramento eu estar aqui sentado.

Se não fosse conhecido o nível, o estilo e a forma de actuar desse Sr. Deputado teria ficado, de facto, muito surpreendido. No entanto, infelizmente para a autonomia e para a dignidade deste órgão, começa a ser conhecido já esse estilo.

Mas quero dizer, obviamente, aquilo que todos sabem, que é com muita legitimidade e com a cara e a cabeça bem levantada que eu me sento aqui, que falo, que intervenho e que defendo aquilo que são os valores que me motivam como cidadão com a responsabilidade que tenho de ter sido eleito e têm tanta legitimidade aqueles que são eleitos directamente, como é o meu caso, como aqueles que não tendo sido eleitos directamente, estão aqui a substituir outros deputados que, esses sim, foram eleitos.

Deputado Gaspar Lima (PS): Isso é que é falta de personalidade. O senhor devia ter vergonha na cara. Isso não é argumento para aqui.

O Orador: Por isso mesmo, estou a dizer que têm tanta legitimidade uns, como outros.

Todos nós somos deputados regionais, todos somos eleitos, todos temos a mesma legitimidade, quer uns, quer outros. O que ninguém pode pôr em causa é a legitimidade para estarmos aqui ou não sentados.

Por isso, assumo claramente, com frontalidade, com a cabeça, com a cara e com tudo, de acordo com a minha consciência, de que de facto sou eleito deputado e tenho essa legitimidade.

Relativamente ao discurso sobre a Terceira, é um discurso que tem ocupado muitas e muitas horas neste plenário.

Muito se tem discutido à volta da Terceira e durante 10 anos o PSD denunciou um conjunto de iniciativas, de investimentos, de projectos para a Terceira e mereceu sempre da parte do Partido Socialista um conjunto de ataques, quase mais ou menos no mesmo estilo, mas o

que é curioso é que agora vem dizer: que agora é que vai ser, ou seja, dando razão quando nós dizíamos que não estava a ser feito.

Foi este o discurso do PSD que teve de denunciar algumas coisas para a Terceira e o que é certo é que agora a sociedade civil terceirense também vem manifestando esta preocupação sobre o lugar que a Terceira está e esta preocupação é suportada em números. Quando vêm dizer que nestes 10 anos foi tudo um mar de rosas para a Terceira, não é isso que sentimos, ...

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Ninguém disse isso.

O Orador: ... não é isso que se sente e, sobretudo, não são esses os números oficiais.

O Tribunal de Contas em 2001 assumia que a Terceira teve a mais baixa taxa de execução de investimentos.

Deputado Nuno Tomé (PS): Isso é defesa da honra?

O Orador: Eu pedi a palavra para defesa da honra e para intervir no debate, conforme anunciei no início da minha intervenção.

Percebo que as minhas palavras podem incomodar, ...

Deputado Nuno Tomé (PS): Não incomodam nada.

O Orador: ... mas vão ser sempre com legitimidade, com serenidade e com vontade de contribuir. Então ouçam.

Em 2001 o Tribunal de Contas afirmava que a Terceira teve a mais baixa taxa de execução dos Açores. Em 2000 a Terceira teve a mais baixa taxa de execução dos Açores e o mais baixo investimento *per capita* das nove ilhas dos Açores foi na Terceira. Em 2001 a Terceira ficou apenas à frente do Corvo, em investimento *per capita*, nas nove ilhas dos Açores. São números oficiais do Tribunal de Contas.

Relativamente às promessas, é curioso, se não fosse repetido, vermos deputados do Partido Socialista, eleitos pelos terceirenses, a defender que está tudo muito bem. Ora isto foi dito desde 1996. Há aqui investimentos que estão previstos desde 1996, ou seja, com 10 anos de atraso como, por exemplo, a Escola de S. Carlos ainda não está pronta,...

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Essa tem mais de 10 anos.

O Orador: ... a Escola do Ramo Grande desde 2000 não se vislumbra, a Escola Ferreira Drumond desde 2000 nada se vê. A Biblioteca Pública prevista desde 1996 também não se vislumbra e já passaram 10 anos.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Faz parte da realidade virtual.

O Orador: A nova praça do gado da Terceira, prevista desde 1996; a via Rápida, que é vergonhoso para a Terceira o estado em que se encontra, prometida desde 1996 e ainda não concluída.

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que concluisse.

O Orador: Concluo já, Sr. Presidente.

Em relação aos números do turismo é caricato que algo que é apresentado como uma grande aposta, aposta estratégica do Governo Regional para os Açores, tenha, relativamente à Terceira, números de decréscimo. A Terceira está a perder, relativamente ao ano anterior, em termos de entradas, dormidas e em termos de lucros e até em termos de pessoas a trabalhar no sector.

Eu percebo o incómodo que causou ao Governo Regional, e que o Sr. Deputado Artur Lima referiu aqui, o Vice-Presidente do Governo ultrapassar as competências do Secretário Regional de Economia quando reuniu com os empresários da Terceira na área do turismo. De facto, isto revela todo o incómodo sobre o sector.

Em relação à aerogare civil, e que está no estado que todos conhecem, eu vou citar o Sr. Secretário Regional da Economia, que em 26 de Novembro de 1997 dizia o seguinte e cito: “Em relação à aerogare civil das Lajes haverá verbas em 99 e 2000. O ano de 1998 é o ano em que se vai fazer o projecto para reestruturação da própria aerogare, fazendo concurso e andar com as obras nos anos de 99 e 2000. Penso que, para quem esperou tantos anos não haverá, com certeza, qualquer problema esperar seis meses, ou coisa do género, para que se possa efectivamente passar à fase de concurso e à fase do lançamento de empreitada.”

Sr. Secretário, não passou seis meses, está a passar seis anos. Acreditem que isto também nos incomoda e temos a legitimidade e o dever de denunciar isto, sempre com a consciência tranquila, sempre com a cabeça levantada. É a nossa responsabilidade e é isso que fazemos.

Presidente. Sr. Deputado, eu estou com uma benevolência extraordinária.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Devo dizer que, se calhar, estamos mal habituados com a benevolência de ontem.

Relativamente ao Porto da Praia da Vitória os deputados do PSD denunciaram que era necessário aumentar o porto, conforme está. Na altura os Deputados do PS disseram que era

ridículo fazermos isso, quando denunciámos a gare de passageiros. Depois vieram emendar a mão e assumir aquilo que está a ser feito.

Finalizando digo só que, se calhar, não queriam que falássemos. Pelos vistos, alguns, se calhar, não queriam que estivéssemos aqui sentados.

O PSD vai continuar a denunciar aquilo que não está certo, vai continuar a dizer aquilo que é melhor para a Terceira, também estando conscientes que cada vez que denunciámos alguma coisa que não está bem, estamos a contribuir para que isso possa ficar bem. Cada vez que criticamos e que não está bem, estamos a contribuir para que se faça. É este o dever da oposição, é este o dever do poder. Mas fazer isso sempre com educação e com o nível e a correcção que as coisas merecem.

Uns têm, outros, infelizmente, não têm.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Deputado Paulo Gusmão, gostaria de dizer, relativamente à sua intervenção, que me parece que invocou que nos estávamos a esquecer do papel central da Ilha Terceira, em termos do seu património edificado, em termos do turismo e não só, que a Directora Regional do Turismo anunciou recentemente, aquando da apresentação do Plano de Ordenamento Turístico dos Açores, que neste momento está em fase de apreciação pelos parceiros do sector, o seguinte:

“A Terceira tem a vincá-lo o património edificado ou não fosse a capital, Angra do Heroísmo, cidade património mundial. A Terceira dispõe, por isso, de preferência, as condições para potenciar vertentes que fazem parte do seu dia-a-dia, como sejam, as suas manifestações culturais e históricas, o Espírito Santo, incluindo a vinha, a gastronomia”.

Isto é para realçar que este plano de ordenamento faz destas particularidades de cada ilha a sua mascote e, portanto, esta é uma consideração que está a ser feita, penso eu, através

desta política de turismo, destas particularidades. Acho que nós não estamos a esquecer esse património e essa cultura própria, característica da Ilha Terceira.

Este é um ponto forte, está a ser explorado e penso que vai continuar a sê-lo.

Relativamente aos números, aos investimentos e aos milhões, o Sr. Deputado Artur Lima veio aqui dizer que o Governo agora tinha reconhecido que as coisas não estavam a correr bem.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Um fracasso.

A Oradora: No final do ano de 2004 o Sr. Secretário Regional da Economia deslocou-se a várias ilhas do arquipélago para fazer workshops, para dinamizar a animação turística em várias ilhas. Não foi só na Terceira.

Houve um calendário de acções em que, entre as quais, houve uma presença na Terceira. Quando ouviu o Sr. Secretário dizer que o ano de 2003 foi excelente em termos de crescimento de dormidas na Terceira, o ano de 2004 ainda foi melhor.

Em 2005, a taxa de crescimento foi só de 1,2%. Para os senhores parece que foi pouco, mas se forem ver as estatísticas nacionais a maior parte das regiões do País teve decréscimos.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Isso é um disparate enorme.

A Oradora: Portanto, eu também concordo que 1,2% não é muito, mas também não é de desprezar, porque houve um crescimento. Se tivesse havido uma redução de 20%, aí os senhores podiam dizer que efectivamente havia uma quebra drástica no turismo. Cresceu pouco, mas estamos a analisar um crescimento ao longo de vários anos, em que a taxa é um pouco maior nuns anos e noutros é um pouco menor, mas está a crescer.

Estava eu a dizer, houve estes workshops para dinamizar a animação turística, fazendo convites aos empresários e às associações empresariais para dinamizarem essas acções. Ao fim de um ano o Sr. Secretário Regional vai novamente à Terceira e faz a apresentação do plano estratégico de animação turística para a Ilha Terceira.

Em Outubro de 2005 apresenta um plano, convida mais uma vez os empresários e as entidades do sector a dinamizarem projectos nesta área.

Diz aqui que a Terceira é muito rica em animação, animação feita pelos terceirenses e para eles próprios, incluindo aqui os emigrantes que vêm às festas de Verão, mas agora é preciso criar uma nova animação diversificada, entre as quais fala nas empresas de *whale watching* e os privados também têm que mostrar aqui alguma capacidade de iniciativa para dinamizar

estas acções. Isso já foi dito há muito tempo e até agora, que eu saiba, ainda não vi nenhuma candidatura nessas áreas.

Temos aqui outras áreas sugeridas pelo Sr. Secretário Regional, que são sugestões aos privados e não uma imposição. Ele sugeriu aqui exploração do potencial histórico, outras actividades ligadas ao mar e temos como exemplo o Faial e o Pico que têm dinamizado imenso os produtos ligados ao mar e a Terceira também pode fazer isso, porque as baleias também passam por lá.

O Sr. Secretário, em Fevereiro de 2006, anuncia que vai apoiar a Associação Regional do Turismo, que abarca as ilhas do Grupo Central, com quatro milhões de euros para apoiar actividades de promoção e animação e o Sr. Deputado Artur Lima vem criticar. Afinal eu não estou a perceber o que é que quer que se faça mais.

É necessário consciencializar os empresários do seu papel e não é ao Governo que compete fazer a animação. Eu não estou a perceber o que é que o senhor pretende.

Os incentivos e apoios estão aqui, agora também é preciso que se veja algum dinamismo da parte dos empresários.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Ana Isabel Moniz:

Para haver animação turística é preciso haver turistas e nós não temos turistas na Terceira. Os senhores andaram a fazer *show-off* pelas ilhas. Os senhores haviam de fazer era animação das camas, porque elas estão lá e estão vazias e turistas não temos.

(Risos da bancada do PSD)

Era uma boa animação, Sr. Deputado Francisco Coelho.

Não temos turistas e é aí que está o problema, Sra. Deputada. Reconhece a Câmara de Angra e cito: “Temos camas, não temos turistas”. Portanto a única coisa que os senhores podem animar são as camas. Ficamos descansados nessa matéria.

Relativamente ao Arquivo, é mais uma obra que vai ser enxertada naquele sítio. Não tinham outro sítio para fazer o Arquivo de Angra? É suficiente aquele espaço? É uma obra

para o futuro? Está bem programada ou é para daqui a 10 anos andarmos a dizer que ficou apertadinha e voltarmos outra vez para um armazém na Terra-Chã, onde as coisas estão lá mal armazenadas? Será que é para irmos outra vez, daqui a uns aninhos, para a Terra-Chã? Vê-se a importância que o Governo dá à Terceira nessa matéria, quando levou a Direcção Regional para S. Miguel.

Sr. Secretário da Saúde, pergunto-lhe pelas obras de urgência no Hospital de Angra? Nem que a voz me doa, como alguém dizia, vou perguntar-lhe hoje 500 vezes.

Era para ser num contentor que custava 70 mil contos, o contentor foi para trás, porque era muito caro e agora como é que vai ser? Aquilo precisa de obras e eu pergunto para quando o início das obras da urgência do Hospital de Angra? Isso é que tem que ficar bem esclarecido.

Para terminar, Sr. Deputado Osório Silva, fiquei a saber por V. Exa. que a via rápida Vitorino Nemésio é uma via de comunicação social. Aprendemos hoje aqui mais uma coisa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste.

Deputado António Toste (PS): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu sei, Sr. Deputado Artur Lima, que V. Exa. não ia perder este nicho do mercado. Com certeza que não, embora correndo o risco, para mim e não certamente para si, de me fazer lembrar o seu antecessor, mas também se pode dizer que isto é coerência.

Em relação à aerogare, Sr. Deputado Artur Lima, pode não parecer, porque nós continuamos a usá-la, mas uma das dificuldades do que está a acontecer na Aerogare Civil das Lajes, para a respectiva empresa, é exactamente fazer uma aerogare absolutamente nova com ela em funcionamento. É isso que está a acontecer, porque, tirando uns ferrinhos reforçados que ficam no interior, é tudo absolutamente novo e extremamente funcional, como se verá quando a obra acabar.

Aliás, eu não sei se hei-de rir ou se hei-de chorar quando me vêm falar, sobretudo o PSD, na Aerogare Civil das Lajes, porque em 2000, noutras funções, fui encarregue no Governo

Regional dos Açores de ver se a Aerogare Civil das Lajes não era fechada por uma acção de despejo, porque o terreno era particular.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): *Muito bem!*

O Orador: Havia uma senhora que queria pôr o pessoal a andar de lá para fora, porque aquilo foi arrendado à Força Aérea como um serradinho para vacas. Até o terreno não era da Região e até isso este Governo Regional teve naturalmente que fazer. Fê-lo e está fazendo uma excelente obra, uma aerogare que irá servir convenientemente a Terceira e que brevemente estará concluída com qualidade e funcionalidade.

Em relação à Escola de São Carlos, Srs. Deputados do PSD, não é há 10 anos que se fala daquela escola, é há muito mais.

Eu lembro-me do Secretário Regional da Educação e Cultura, Aurélio da Fonseca, dizer num jornal, em 90 ou 91, que ela em 95 estaria pronta. E que seria inaugurada.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Isso não é verdade!

O Orador: Eu posso-lhe mostrar o jornal.

Não foi em 95 e também não foi em 2005, mas será, com certeza, em 2007 e, apesar das muitas escolas de qualidade que temos, será seguramente uma das melhores escolas da Região, que irá servir a Terceira, a educação e os alunos da ilha Terceira.

Sr. Deputado, o que é que nós tínhamos antes em turismo? O que é que fez o PSD?

Andámos quase 20 anos com um buraco na Praça Velha, a zona mais nobre de Angra, num terreno que foi comprado para um hotel e que nunca mais o resolvia.

O buraco da Praça Velha, o PSD, como outros, nunca o resolveu e foi, passados mais de 20 anos, este Governo que veio resolver este problema.

Não é verdade que o Sr. Secretário Regional da Economia - e é uma deturpação dos seus números - tenha dito que o turismo na Terceira está no mesmo, porque se duplicou o número de camas e se se mantém a mesma taxa, em termos absolutos só pode ter duplicado o número de turistas. Isso é óbvio.

(Aplausos da bancada do PS e Governo)

Eu nem sequer preciso de pedir conselho ao Sr. Deputado António Marinho, em questões de números, para saber que isto é verdade e ele concordará comigo nesta matéria.

Portanto, o turismo na Terceira não existia. Agora existe, vê-se obra, vê-se animação, vê-se os empresários confiantes em investir e o turismo na Terceira começa a existir, porque antes não havia nada, Sr. Deputado.

A Terceira está no bom caminho, os terceirenses sabem disso e por isso é que esse discurso miserabilista é sempre feito cirurgicamente quando convém. Foi exaustivamente feito em 2004, - nessa altura o Sr. Deputado Artur Lima estava mal casado, mas ainda se lembra - só que os terceirenses deram a resposta certa, os terceirenses sabem ver, sabem analisar e sabem premiar quem trabalha pela Terceira.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva.

(*) Deputado Osório Silva (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Clélio Meneses gostaria de dizer que, da minha parte, vejo toda a legitimidade que aqui esteja, como estão todos os outros deputados, inclusive o nosso deputado independente.

Também gostaria de dizer com toda frontalidade, e faço votos que assim seja, que o Sr. Deputado Clélio Meneses continue durante muitos anos como responsável máximo pelo PPD/PSD da Terceira e como líder do Grupo Parlamentar do PSD.

Em relação ao debate aqui em questão, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Artur Lima que nas nossas intervenções convém que sejamos também sérios.

Relativamente à reunião que houve entre os operadores e o Sr. Vice-Presidente do Governo e como é noticiado na comunicação social, ao contrário daquilo que o senhor disse aqui, foi para aperfeiçoar o sector do turismo da Ilha Terceira.

Ao contrário daquilo que a oposição também tenta transparecer para a opinião pública em que há uma divisão entre o sector privado e o Governo Regional, gostaria de lhe dizer que a realidade é bem diferente e é diferente através dum plano que está em execução e que, pelos vistos, a oposição ainda não tem conhecimento ou não se dá ao trabalho para o ter,

tem a ver com o plano estratégico de animação turística para a Ilha Terceira. É uma realidade e está em execução.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Como é que o senhor tem isso?

O Orador: Eu tenho isso, porque reuni com a Associação Regional do Turismo e o senhor também pode fazê-lo enquanto deputado e como dirigente político.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Em relação ao peso de investimentos na Ilha Terceira, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Clélio Meneses que os dados que eu tenho diferem daqueles que foram aqui pronunciados.

Em 2002 tivemos 25% do peso regional; em 2003, 22%; em 2004, 24% e em 2005, 30%. Ainda não temos dados de 2006.

Também gostaria de dizer aos Srs. Deputados, como já foi dito aqui pelo Sr. Deputado Francisco Coelho, que uma série de obras, anteriormente assumidas, em que seriam concluídas também nos mandatos do PSD e que não foram, tais como o núcleo de pescas da Praia da Vitória, entreposto frigorífico da Praia da Vitória, ampliação do Hospital de Angra do Heroísmo e solução para um hotel na área de Angra do Heroísmo. Tudo isto foi anunciado no comunicado do Conselho do Governo em 1990.

Centro de Saúde da Praia da Vitória fomos nós que fizemos; cooperação técnica e financeira com as câmaras de Angra e Praia para a execução dos Planos Directores Municipais; via rápida Angra/Praia em que se podia o máximo de urgência para que a mesma fosse concluída; estudos de ordenamento da zona do Porto da Praia, limitação e sua articulação com a Praia da Vitória; transportes aéreos entre a Terceira e S. Miguel; plano de desenvolvimento turístico para a ilha Terceira; parque desportivo da Praia da Vitória; plano específico para terminar com o alojamento precário dos casos ainda existentes nalguns meios rurais; matadouro industrial.

Deputado Clélio Meneses (PSD): E o Estádio Municipal?

O Orador: É da Câmara Municipal e eu estava a referir-me a investimentos do Governo Regional e não da Câmara Municipal

Aquilo que eu posso referir em relação à Câmara Municipal, que é lamentável, e o senhor como autarca também tinha responsabilidades, foi o facto de em 95...

Deputado Clélio Meneses (PSD): 95? Diga a verdade.

O Orador: ... ter assinado um protocolo de 140 casas de habitação social e só cumpriram 93 casas em 11 anos. Esta é a realidade que os senhores não conseguem desmentir e que não trazia custos para a Câmara Municipal.

Tenho dito.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à Aerogare Civil das Lajes, pus os arquitectos a estudar o local (eu não sou arquitecto) e aquela foi a única solução, a mais económica e mais vantajosa por várias razões...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Económica!

O Orador: O Sr. Deputado ouça com atenção.

... e uma delas é a ampliação da placa para os aviões. O senhor não se esqueça que é preciso colocar mais placa próximo da aerogare e aquele é o local mais adequado para isso.

O Governo Regional procura resolver os assuntos de acordo com a boa gestão dos recursos financeiros e também com as boas soluções para a infra-estrutura que está aqui em causa.

Foram os técnicos que nos disseram que aquele é o melhor local e não estamos a olhar ao dispêndio de verbas. Tudo o que for feito para melhorar aquela aerogare, vamos fazê-lo dentro do plano que temos.

No último Conselho do Governo foi adjudicada a terceira fase.

Portanto, quando chegarmos ao fim vamos ver os diversos aspectos da funcionalidade desta aerogare.

Em relação ao turismo, Sr. Deputado, para que fique clarinho como água, os números são números e não enganam: em 2000, 67 mil dormidas; 2001, 88 mil dormidas, crescimento de 31,5%; 2002, 95 mil dormidas, 7,7% de crescimento; 2003, 105 mil dormidas, crescimento de 10,3%; 2004, 135 mil dormidas, crescimento 28,6%; 2005, 136 mil

dormidas, 1,2% de crescimento. De 2000 para 2005 passou de 67 mil para 136 mil dormidas. Duplicou.

Sr. Deputado, é obra, porque não basta aumentar as camas para se aumentar o número de turistas. Qualquer destino turístico para ser considerado leva tempo e não se pode automaticamente querer aumentar as camas e aumentar a taxa de ocupação. Isso ninguém faz e leva tempo a fazer-se.

Aliás, em relação à Terceira, havia uma prática que, de certo modo, ainda está arreigada em alguns operadores turísticos, que era entrar de manhã e sair à noite, porque não havia condições, ou seja, de manhã chegavam os turistas que vinham de S. Miguel e saíam ao fim do dia para o Faial, porque não havia nenhuma unidade hoteleira com condições e com qualidade na Terceira.

Foi preciso alterar essa situação, mas leva o seu tempo a demonstrar a qualidade dos hotéis, das infra-estruturas, demonstrar que essa qualidade existe nos diversos operadores turísticos e a fixar fluxos turísticos directos para a Terceira. Estamos a fazê-lo, Sr. Deputado.

Agora, que passámos do simples para o dobro, passámos em 5 anos e isto é muito para qualquer destino turístico; isto é um sucesso.

Falta muita coisa ainda, falta; é preciso aumentar o número de turistas para a Terceira, é; é preciso aumentar a estadia média dos turistas, é.

Sr. Deputado, se a estadia média da Terceira fosse igual à de S. Miguel, a taxa de ocupação da Terceira seria exactamente igual à de S. Miguel. O que é que é preciso fazer para que isso aconteça? Não é falta de animação, porque ela existe na Terceira, agora não está é organizada e oferecida de uma forma estruturada. É nisso que estamos a trabalhar com os privados, Sr. Deputado.

Financiámos a ART para que fizesse um plano estratégico e agora vamos, de certo modo, fazer com que esse plano estratégico avance.

Não é por acaso que criámos o parque temático da Terceira. Por que é que isso foi feito? Porque existe uma necessidade clara de se aumentar, mais do que, por exemplo, em S. Miguel, a estadia média dos turistas na Terceira e o esforço deve ser dedicado a duas vertentes, uma é aumentar os fluxos turísticos para a Terceira e a outra é aumentar a estadia média e isso só se faz melhorando a animação turística na Terceira. É isso que estamos a fazer.

Continuo a repetir que a Terceira nos últimos anos sofreu um grande investimento público e privado. Em relação ao investimento público basta só falar no Plano Integrado da Baía de Angra que está lá para toda a gente ver. Grande investimento público que ali está e também agora na Praia da Vitória.

Em relação aos investimentos privados, veja-se os hotéis. Foram investidos 85 milhões de euros nos diversos sistemas de incentivos. Veja-se agora o parque de combustíveis com 30 milhões de euros de investimento. Nunca se investiu tanto na ilha Terceira pelos privados e pelos públicos e nunca se atraiu à Terceira investimento privado do exterior, como estamos neste momento a fazer.

É isso que faz a diferença e por isso a Terceira tem futuro e tem futuro com este Governo.

Deputado Francisco Coelho (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, para que a voz não lhe doa dir-lhe-ei que, em relação às obras na urgência do Hospital de Angra, houve uma inflexão na decisão.

O caderno de encargos está na fase final de elaboração, porque a actual administração, com os técnicos da Direcção Geral de Infraestruturas da Saúde, reencontrou espaços dentro do Hospital que pode reequilibrar e já não tem a necessidade de se fazer a aquisição do tal módulo, colocando-o no espaço do parque de estacionamento.

Portanto, está em fase final de elaboração do caderno de encargos, passará ao concurso, à adjudicação e construção, que prevemos que seja, dentro dos prazos normais e legais nestes processo, o mais célere possível. Apontamos para o mês de Julho deste ano o início das obras.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A inflexão não foi na decisão de construir, porque se vai construir, foi não trazer o contentor e pôr noutra sítio.

Fiquei agora a saber que se encontrou novos espaços no Hospital de Angra. Eu não sabia que eles existiam, quando se esteve tanto tempo à espera para instalar o litotritor por falta de espaço. Andaram à procura e sempre acharam um espaçozinho que estava escondido. Os senhores disseram que não havia espaço para colocar o litotritor. Depois arranjou-se esse espaço e teve de se britar as paredes.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Não foi nada disso.

O Orador: Sr. Secretário, eu ainda tenho memória, pouca, mas ainda tenho.

Sr. Secretário da Economia, em relação à placa, não é ali que se tem de aumentar a placa civil.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Então diga-nos onde é?

O Orador: É mas mais para Norte. Essa é a prova de que realmente se quer estrangular o turismo, porque aquela placa aumentada leva mais um avião, Sr. Secretário. Por onde o senhor quer aumentar, leva mais um aviãozinho.

Se o senhor quer aumentar a placa de estacionamento civil da Terceira, para as escalas técnicas, etc, etc, tem de o fazer para Norte e eu sei que há lá espaço, como o senhor também sabe que há e, portanto, se querem aumentar ali um lugarinho na placa, é a prova do estrangulamento.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E os combustíveis?

O Orador: A situação dos combustíveis é muito fácil de resolver. O senhor não conhece, porque não é da Praia, mas existe uma canadinha ao lado do aeroporto e é só pô-los lá em cima.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Por isso é que a ampliação é para aquele lado.

O Orador: Onde é que estão actualmente os combustíveis, Sr. Vice-Presidente? Estão à espera que a empresa resolva.

Sr. Deputado Francisco Coelho, tenho que reconhecer que V. Exa. é realmente um optimista.

Essa da aerogare das Lajes ser absolutamente nova, eu repito, absolutamente nova, vai ficar para a história, Sr. Deputado.

Deputado Mark Marques (PSD): Tirando os ferrinhos.

O Orador: Ficam uns ferrinhos velhinhos.

Quanto às reuniões do turismo, eu não queria falar outra vez na intromissão de pastas, mas o Sr. Deputado Osório Silva voltou a referir.

Realmente foi promovida pelo Sr. Vice-Presidente e não tenho mais nada a dizer a esse respeito. O Sr. Vice-Presidente já admitiu e, portanto, não vejo qual é o seu problema.

Deputado Osório Silva (PS): Ninguém falou em Câmara nem em reunião.

O Orador: O senhor é que disse que não tinha feito e o senhor fez a reunião.

Agora, como o Sr. Secretário disse, realmente foi a solução mais económica. Os remendos, a remodelação na aerogare foi a solução mais económica.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): 18 milhões.

O Orador: O senhor é que disse que tinha sido a solução mais económica.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Ó Sr. Deputado, tinha que ser mais dispendiosa?

O Orador: Eu reafirmo: a Terceira é a única ilha que não tem uma aerogare feita de raiz.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Fernando Gomes.

(*) Deputado José Fernando Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para responder a uma questão levantada pelo Sr. Deputado Osório Silva relativamente ao contrato feito com o INH para habitação.

Eu já expliquei várias vezes e o Sr. Deputado sabe isso muito bem, é pena que não tenha querido perceber as explicações que já por diversas vezes foram feitas, sobre esta matéria, na Câmara Municipal da Praia da Vitória e que teve com uma opção tomada pela Câmara Municipal no sentido de fazer com que os realojamentos não fossem feitos através de super bairros. Isso seria a forma mais fácil e mais imediata, mas nós entendemos que deveríamos construir pequenos bairros e ao mesmo tempo integrar as pessoas na sociedade através da aquisição de casas que estavam desabitadas, a recuperação dessas mesmas casas e a integração dessas mesmas pessoas.

Obviamente que isto leva muito tempo, porque é preciso adquirir as habitações, é preciso fazer as devidas reparações para posteriormente realojar as pessoas.

Esta é uma questão de opção de política social que é através da integração das pessoas na sociedade e não se resume a mais blocos, mais cimento e mais construção, porque através disso criam-se super bairros que depois vão trazer consequências negativas para essas mesmas pessoas e para a sociedade onde estão inseridas.

Por outro lado, como sabe, esses protocolos são 50% do INH, os outros 50% são através de empréstimos bancários e com a lei de endividamento zero não foi possível recorrer aos outros 50% de empréstimos bancários, criando alguma complicação no sentido de cumprir com esse mesmo protocolo.

Agora, o que é pena é que, quando se procedem às inaugurações e à conclusão das obras, o Governo Regional vem aproveitar-se dessa mesma obra como se fosse uma obra do Governo Regional e quando não se faz vem criticar as câmaras municipais, porque não fizeram essas mesmas obras.

Parece-me que o Governo deve ter uma única posição a favor do desenvolvimento da Região e ter uma cooperação séria e efectiva com as câmaras municipais e não aproveitar a todo o tempo, sempre que tem esta oportunidade, para tentar denegrir as câmaras municipais e o poder local nesta Região.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

(*) Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em queria dizer que o Governo Regional tem protocolado com as câmaras municipais e com o próprio INH 1310 fogos, num investimento total superior a 76 milhões de euros, cabendo ao Governo um investimento da ordem dos 46,8 milhões de euros e ao INH 33,5.

Portanto, não é, obviamente, uma questão que passe por nenhum espírito de discriminação com nenhuma das autarquias, mas, como reconheceu o Sr. Deputado José Fernando Gomes, há autarquias que têm andado mais depressa do que outras nesses protocolos. Não vou nomeá-las nem tem interesse para aqui, mas algumas têm tido mais dificuldades, ainda que outras já tenham concluído os seus protocolos.

De qualquer modo há uma coisa que gostaria de realçar desta discussão, é que, citando uma frase do Padre António Vieira que tem toda a razão de ser nesta altura, “palavras sem obras são como armas sem balas: atroam, mas não ferem”.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, foram feitas 22 intervenções neste debate sobre a Ilha Terceira.

Em termos de conferência de líderes, havia um compromisso de fazer quatro intervenções da parte da manhã, o que não foi possível, porque atingimos a hora regimental para o almoço, ficando de fora o Sr. Deputado Jaime Jorge. Entretanto temos outro compromisso que é recomeçar pelas 15 horas com as perguntas ao Governo. É isso que vai acontecer, ficando prejudicado o Sr. Deputado Jaime Jorge.

Bom almoço para todos e voltamos às 15,00 horas.

(Eram 13,00 horas)

Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 15 minutos)

Antes de começarmos, permitam-me que saúde, em nome da Assembleia Legislativa, uma turma e professores da Escola Profissional da Horta, do Curso de Técnico de Contabilidade. Sejam muito bem-vindos ao Parlamento Regional.

(Aplausos da Câmara)

Vamos passar à nossa ordem de trabalhos que tem como 1º ponto - **Perguntas ao Governo Regional, formuladas pelo Sr. Deputado Independente.**

As regras já foram estabelecidas na Conferência de Líderes e são duas horas. O processo é aquele que se encontra no artigo 181º do nosso Regimento.

O Sr. Deputado interrogante formula a pergunta, o Governo Regional responde e os outros grupos parlamentares também podem intervir, formulando perguntas.

Eu pretendia ser muito rigoroso, ou seja, ter cuidado e não permitir que extravasem do objecto da pergunta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão para formular a 1ª pergunta.

(*) **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vamos quase em metade do mandato deste Governo Regional. Se conseguirmos chegar ao fim das 50 perguntas, perceberão que elas se enquadram também neste ambiente enigmático das declarações do Sr. Presidente do Governo Regional sobre as novas políticas. As perguntas têm a ver sobretudo com duas áreas, a desorçamentação e o cumprimento do Programa do Governo.

Em relação à desorçamentação, gostaria de saber se as medidas e o esforço que está a ser feitos a nível nacional, algumas até que nem a direita faria melhor, se estão a ser acompanhados nos Açores?

Relativamente ao cumprimento do Programa do Governo, dentro daquelas que são as questões que serão colocadas, quero dizer a este propósito que as novas políticas que foram anunciadas, e que certamente os senhores saberão o que isso significa, mas nós não, exigirão, se for caso disso, um novo programa nesta casa ou então enquadram-se no programa actual e não são novas medidas.

Feita esta nota prévia e excluindo este, porque é uma sessão de perguntas, não tenciono fazer mais qualquer outro preâmbulo nem tirar aqui conclusões. Farei no próximo plenário ao abrigo artigo 76º, nº 4, uma prerrogativa que me assiste de poder fazer uma intervenção sobre as conclusões.

São perguntas concretas que exigem respostas concretas, dizendo que isto é mesmo uma sessão de perguntas e não um debate ou uma interpelação.

Serve isto para, da minha parte, também pedir que as demais perguntas tenham também essa preocupação, até pela limitação do tempo.

A esse propósito, a primeira pergunta é quase um exercício para essa habitação e que é a seguinte: qual o valor actual, por Sociedade Anónima, dos avales concedidos pelo Governo Regional?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(* **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me também, a título introdutório e em nome do Governo Regional, que nos congratulemos com esta iniciativa do Sr. Deputado Paulo Gusmão. Também queria deixar aqui, de forma convicta, o compromisso de nos esforçarmos para que as respostas sejam objectivas, concretas e que respondam ao espírito construtivo, informativo e de dignificação desta casa que presidiu a esta iniciativa do Sr. Deputado Paulo Gusmão, a qual saudamos.

Importa aqui nesta fase clarificar que se no passado era possível e foi utilizado este mecanismo para conceder também avales a empresas privadas, neste momento essa matéria já não é possível e, portanto, o contexto da resposta de enquadramento situa-se no âmbito das empresas de capital ainda maioritariamente público.

Nesse contexto, o montante de avales concedidos pela Região Autónoma dos Açores a Sociedades Anónimas ou a empresas de capital maioritariamente público, em 31 de Dezembro de 2005 era de 399.257.890,67 €.

Neste momento, tendo em conta que muitos destes financiamentos, sobre os quais incidem os avales, têm períodos de amortização já concretizados este ano, perante os mesmos avales, em 2006 serão amortizados 26.254.584,68 €, ou seja, o montante de avales, perante as responsabilidades assumidas em 31 de Dezembro de 2005, será deduzido no final de 2006 neste montante, o qual corresponderá, conseqüentemente, a um valor na diferença inferior.

Se o Sr. Deputado pretender que nós especifiquemos o montante de responsabilidade da Região por aval, a sua data e a resolução para o qual foi autorizado, e estamos a falar de avales concedidos desde 1998, o Governo Regional está disponível para, nesta casa e hoje, responder, com todo o gosto, mais pormenorizadamente a cada um dos avales.

Presidente: Muito obrigado Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, penso que o Sr. Vice-Presidente não respondeu integralmente à pergunta feita pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão, mas ele depois reagirá, uma vez que o teor da questão era qual o valor actual, por Sociedade Anónima ou por empresas, dos avales concedidos pelo Governo Regional e o Sr. Vice-Presidente falou no valor em termos globais.

De qualquer forma permito-me colocar uma questão adicional, inserida dentro do espírito da questão colocada pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão.

O Sr. Vice-Presidente falou dos valores correspondentes às amortizações a efectuar em 2006; falou na situação relativa a 31 de Dezembro de 2005 que, aliás, consta do relatório do Orçamento da Região para 2006 e, portanto, era já um valor conhecido; refere a amortização de cerca de 26,2 milhões de euros.

Quando da discussão e aprovação aqui nesta casa do Orçamento da Região para 2006 também foi aprovado um limite, a conceder ao longo deste ano de 2006, de 110 milhões de euros.

A questão que coloco ao Sr. Vice-Presidente é a seguinte: qual é, para além desta amortização, a expectativa que o Governo tem para a utilização do limite que foi autorizado?

Parece que o Sr. Vice-Presidente terá notícias a dar-nos, uma vez que ontem nos transmitiu que relativamente à SAUDAÇOR, por exemplo, vai ser zero este ano. Primeira questão: por que é que vai ser zero este ano? Segunda questão: qual é, dentro dos limites dos 110 milhões de euros, o valor que tem a expectativa de vir a ser utilizado?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila)**: Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Porque é uma sessão de 50 perguntas, para pouparmos algum tempo, se me permitirem, como é da praxe parlamentar, não cumprimentar em cada pergunta e em cada resposta

todos os membros presentes, sob pena de perdermos algum tempo das duas preciosas horas deste debate, relativamente a esta matéria.

Presidente: Eu aceito, excepcionalmente, o não cumprimento para tornar isto mais célere.

O Orador: Eu penso que o Sr. Deputado António Marinho fez duas perguntas, mas achou que em relação à pergunta anterior a resposta não tinha sido suficientemente pormenorizada. A questão que lhe coloco é se pretende que responda de forma mais pormenorizada à pergunta, identificando cada situação de aval que se vai amortizando, o que farei com todo o gosto.

Deputado António Marinho (PSD): Eu acho é que o Sr. Deputado Paulo Gusmão fez uma pergunta sobre avales, a qual deve ser respondida.

O Orador: Podemos começar por aí.

Portanto, irei descrever todos os avales concedidos e o montante que está previsto de amortização para 2006.

O aval 1/88, que foi concedido em 1988, para a construção de duas centrais hidroeléctricas, uma em S. Miguel e outra na Ilha do Pico, tinha um montante de empréstimo inicial de 8.227.571,55 €. No final de 2005 o montante ainda por pagar desse financiamento era de 1.705.158,46 €. Durante o ano de 2006 será amortizado uma parte significativa deste empréstimo, de forma que no final de 2006 a responsabilidade sobre que incide este aval na Região é de apenas 1.023.95,46 €.

Em relação ao segundo aval, o 2/89, também concedido à EDA em 1989, cujo capital inicial era 4.415.458,74 €, o montante em responsabilidade em 31 de Dezembro de 2005 era de 1.366.172,28 €. Com a amortização prevista para 2006, no final deste ano o montante deste aval estará em 1.025.140,88 €.

Presidente: Desculpe, Sr. Vice-Presidente.

O que é que o Sr. Deputado António Marinho pretende?

Deputado António Marinho (PSD): É uma interpelação à mesa.

Presidente: Faça o favor de interpelar a mesa.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** A questão é basicamente esta. Penso que fui suficientemente explícito e aquilo que referi foi que a pergunta colocada pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão não teria sido respondida pelo Sr. Vice-Presidente, uma vez que falou nos avales na globalidade, quando o Sr. Deputado Paulo Gusmão perguntou quais aos avales

concedidos por SA ou por empresa e aquilo que o Sr. Vice-Presidente está a responder, quanto me é dado entender, é aval a aval.

Portanto aquilo que se pretende é que o Sr. Vice-Presidente fale relativamente à SAUDAÇOR foram concedidos “x” alaves.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Vai chegar lá.

O Orador: Está bem, mas para que é que está a responder aval a aval, porque estamos aqui a perder tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados, não são frequentes estas sessões de perguntas, agora eu tenho que dar o direito ao Governo Regional de responder desta forma. Não posso coarctar o Governo Regional de prestar os esclarecimentos que entender.

Se a metodologia adoptada pelo Governo é explicar tudo, *tintim por tintim*, acho muito bem e até eu próprio fico mais esclarecido e, portanto, deve prosseguir.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Gusmão também quer interpelar a mesa? Faça o favor.

Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Sr. Presidente, eu não quero interpelar a mesa, mas usar o meu direito de réplica, que é anterior a todos os demais intervenientes, ao abrigo do artigo...

Presidente: Sr. Deputado, mas o Sr. Vice-Presidente não respondeu à sua pergunta.

O Orador: Desculpe, eu fiz a pergunta e vou concluindo se a pergunta está respondida ou não está e, portanto, neste caso perguntei qual era o valor por SA. Se me for possível responder, óptimo. Se não for também prescindindo disso, porque o importante desse valor por SA é para a conclusão da segunda pergunta, isto até por uma questão metodológica, senão não vamos sair da primeira pergunta.

Uso o direito de réplica para pedir ao Sr. Vice-Presidente, se for possível, qual é que é o montante dos avales por SA. Este é que era o objecto da pergunta.

Presidente: Sr. Vice-Presidente, faça o favor de continuar.

(* **Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu fiquei agora com uma dúvida, não sei se estou a responder à pergunta do Sr. Deputado Paulo Gusmão ou à pergunta do Sr. Deputado António Marinho, porque penso que o que querem são duas coisas diferentes e eu estou disponível para responder às duas. Aliás, eu

respondo a tudo o que quiserem. Se quiserem de forma mais pormenorizada, eu respondo, se quiserem por aval eu também respondo, que foi aquilo que penso que foi o espírito da pergunta do Sr. Deputado António Marinho. Se a questão for por empresa, eu também respondo por empresa.

Portanto, o Governo Regional dos Açores está disponível para responder da forma que entenderem, com o grau de pormenor que entenderem e sempre com o mesmo rigor, que é o rigor absoluto.

Neste contexto respondemos com a informação que os senhores pretenderem. Se querem por aval, nós respondemos por aval, se querem por Sociedade Anónima, nós respondemos, se querem por total, nós respondemos por total.

Srs. Deputados, maior colaboração, maior transparência é impossível.

Portanto, digam-me o que é que querem que eu responda que eu respondo.

Concretamente penso que, conciliando as duas pretensões de forma a irmos para a frente e poder dar oportunidade ao Sr. Deputado Paulo Gusmão de colocar o máximo de perguntas possíveis, que é isso que nós pretendemos, podemos responder com o nível de responsabilidades de avales.

O Sr. Deputado António Marinho disse que, em relação ao de 31 de Dezembro de 2005, já conhecia, porque estava no relatório, mas nós vamos falar em 31 de Dezembro de 2006, face aos avales já concedidos e por empresa e fazemo-lo com todo o gosto.

Deputado António Marinho (PSD): Não estou a fazer contas. Estou a tomar notas.

O Orador: - EDA, Empresa de Electricidade dos Açores, avales com responsabilidade a 31 de Dezembro de 2006, 128.612.277,77 €;

- SOGEO, Sociedade Geotérmica dos Açores, 10.000.000 €;

O Sr. Deputado Marinho não precisa fazer as contas, porque no final digo-lhe o somatório e poupo-lhe trabalho.

- SATA, 4.040.262,62 €;

- Lotaçor, SA, 997.595,80 €;

- SPRHI, SA, 68.853.180,00 €. Em 31 de Dezembro de 2005 era muito mais do que isso.

Ao longo de 2006 vai haver uma amortização superior a 15 milhões de euros da dívida da SPRHI e, portanto, no final de 2006 a dívida da SPRHI será menos 15 milhões que em 2005.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, 7.500.000 €;

- Administração dos Portos de S. Miguel e Santa Maria, 2,5 milhões de avales concedidos em 2005. No final de 2006 é zero, porque vai amortizar este ano o seu empréstimo;

- Administração dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental, SA, 5 milhões de euros;

- SAUDAÇOR, SA, 160 milhões de euros.

O total que em Dezembro de 2005 era de 399.257.890,67 €, será no final de 2006 de, em relação às responsabilidades assumidas anteriormente, 385.003.316,19 €.

Eu referi que havia uma amortização de 26.254.584,68 €.

Dirão que o diferencial entre os dois montantes não corresponde a este montante e que há aqui algo de estranho. Não há. Por isso é que eu gostaria de responder por aval para se compreender a complexidade da situação.

Há um aval concedido à EDA, Empresa de Electricidade dos Açores, no montante de 30 milhões de euros, que só tinha sido utilizado 18 milhões no final de 2005 e que no início de 2006 a EDA obteve os restantes 12 milhões de euros.

Portanto, se há uma amortização de 26 milhões, há uma utilização de 12 milhões que não tinha sido realizada em 2005, logo a redução líquida do montante de avales é de 14.254.584,68 €.

O Sr. Deputado António Marinho, relativamente à segunda pergunta dizia o seguinte: tendo sido por esta Assembleia autorizado ao Governo Regional, através do Orçamento da Região para 2006, para conceder avales até ao limite de 110 milhões de euros, qual seria o montante efectivamente autorizado em 2006? Pois, aí é que está o vosso problema.

Deputado António Marinho (PSD): É uma pergunta. Não há nenhum problema.

O Orador: É uma pergunta legítima e terei todo o gosto e satisfação em responder-lhe.

Neste momento a perspectiva do Governo Regional dos Açores é que a utilização da possibilidade de avales em 2006 não será nunca superior a 1/5 da autorização que a Assembleia nos deu, ou seja, o aumento do montante líquido de avales da Região em 2006 será apenas 1/5, no máximo, daquilo que os senhores nos autorizaram.

Sobre esta matéria podemos assegurar que a SAUDAÇOR não terá qualquer situação de aval em 2006, que o conjunto de financiamento e de investimentos a realizar em 2006 terá uma percentagem de financiamento que terá aval da Região num montante extremamente residual e que o montante a conceder em 2006 será 1/5, no máximo, daquilo que foi concedido em 2005, ou seja, se quiserem a resposta ao contrário, o montante de avales em 2006 irá reduzir 400% em relação ao montante concedido em 2005. Se isso é desorçamentação, estamos conversados.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) **Deputado Paulo Gusmão** (*Indep.*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero agradecer a resposta às perguntas e o esclarecimento sobre os 12 milhões de diferença.

Se me for permitido, uma vez que me foi dado esse pormenor a propósito da outra pergunta feita, juntaria a 2ª e a 3ª pergunta que têm a ver com o seguinte:

Desse montante de 385 milhões, dando já por adquirido que os 26 milhões serão amortizados, qual a percentagem por SA em que a Região é directamente responsável por via da sua participação em cada uma dessas sociedades? Logicamente por via da soma das diversas responsabilidades, que é equivalente à somas das participações, qual o montante actual da responsabilidade financeira da Região, através das Sociedades Anónimas?

Presidente: Antes de dar a palavra ao Sr. Vice-Presidente para responder, eu dava a palavra ao Sr. Deputado José do Rego que também estava inscrito e que, por lapso meu, não lhe dei oportunidade de falar. Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

(*) **Deputado José do Rego** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As duas questões que puseram o Sr. Deputado Paulo Gusmão e o Sr. Deputado António Marinho poderão ter uma continuação com a questão que gostaria de pôr.

Os avales têm sido um instrumento financeiro importante colocado ao serviço das empresas.

Por aquilo que vimos no final de 2005 tínhamos avales no valor de 399 milhões de euros, comparado com uma região aqui ao lado que só este ano pediu 400 milhões de euros à sua

assembleia, e tendo muitas dessas empresas investimentos que são feitos com fundos comunitários e investimentos importantes para essas empresas, eu gostaria de ir mais longe: verificamos que este ano há um decréscimo face ao que esta Assembleia no ano transacto havia dado ao Governo, uma vez que no ano passado foram autorizados 176 milhões e este ano 110. O Sr. Vice-Presidente já referiu que iríamos para 1/5 desses 110 milhões.

A questão que queria colocar é a seguinte:

Estamos no final dum quadro comunitário e sendo as empresas entidades que investem nesta Região, gostaria de saber se essa política de contenção dos avales, que a Região tem usado com parcimónia, é para continuar no próximo QCA?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores:

Ao cumprimentar assim em cada resposta, considerem-se, sem ofensa, todos cumprimentados.

Respondendo concretamente à pergunta do Sr. Deputado José do Rego, realmente é verdade que a Região tem vindo a reduzir o montante de avales solicitado à Assembleia, senão vejamos: em 2005 foi 175 milhões de euros, em 2006 foi apenas 110 e desses 110 milhões aquilo que irá implicar aumento de responsabilidades líquidas não será mais do que 1/5 desse montante.

Portanto, há claramente uma grande redução, ao contrário de algumas vezes que por vezes se ouvem, da utilização deste instrumento de financiamento das empresas, do ponto de vista de responsabilidade.

A pergunta que o Sr. Deputado José do Rego nos coloca é uma pergunta mais abrangente, ou seja, como é que se enquadra precisamente o financiamento das empresas e das sociedades participadas pela Região no contexto do próximo QCA.

Eu penso que há para os Açores, para os açorianos, para as empresas, para os empresários e para todos os agentes económicos uma grande novidade que hoje foi dada a conhecer pelo Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, em Bruxelas, à saída da audiência com o Presidente da Comissão Europeia, Dr. Durão Barroso.

Conforme o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores disse hoje, os Açores conseguiram assegurar ontem, por comunicação directa do Sr. Primeiro Ministro ao Sr.

Presidente do Governo Regional dos Açores, uma grande e enorme conquista na perspectiva de reforço da autonomia regional.

O Governo da República comunicou ontem ao Governo Regional, através do Sr. Primeiro-Ministro ao Sr. Presidente do Governo Regional que no próximo QCA os Açores terão uma autonomia global e total na gestão, concepção e aprovação de todos os programas operacionais nacionais, ou seja, aquilo que hoje, neste quadro, os empresários da Região estavam dependentes da aprovação dos seus projectos no âmbito de programas operacionais nacionais, todos os projectos de ciência e tecnologia da sociedade de informação e que estavam dependentes da sua aprovação no âmbito nacional por unidades de gestão externas à Região, bem como em tudo aquilo que a Região quiser, desde que esteja enquadrado no espírito dos programas operacionais, desde que esteja enquadrado no quadro de referência estratégico nacional, que é a correlação com os programas e as linhas de financiamento definidas pela comunidade, serão integralmente, no seu ponto de vista de concepção, de regras de elegibilidade e de aprovação, realizados nos Açores.

Esta é uma grande conquista da autonomia regional. Este é um grande passo em frente do ponto de vista de desenvolvimento e de poder de decisão da Região.

Esta conquista, que foi ontem assumida pela primeira vez e de forma inovadora pelo Sr. Primeiro-Ministro, respondendo a uma solicitação do Governo Regional, é sem dúvida uma grande notícia para a economia regional, para os empresários e para a sociedade açoriana.

Deputado Francisco Coelho (PS): *Muito bem!*

O Orador: Quando alguns se entretêm a discutir algumas percentagens, nós estamos a ir muito para além disso. O nosso objectivo é percentagens, mas o que nós já vencemos neste quadro foi claramente a batalha da nossa autonomia e da nossa capacidade integral de decisão sobre todas as verbas comunitárias.

Isto é inovador na história da autonomia e importa também ser salientado nesta casa para que a palavra “autonomia” não seja apenas algo lembrado em alguns momentos, mas concretizado no dia a dia.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: Terminou já, Sr. Presidente.

Neste contexto, as empresas, os empresários e os investidores açorianos, a Universidade dos Açores e todas essas entidades terão no próximo QCA uma segurança adicional. O mesmo será feito e decidido nos Açores. As verbas e os projectos serão aprovados nos Açores.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso tem a ver com os avales?

O Orador: Este é um passo em frente que irá gerar nos investidores uma grande confiança e conseqüentemente um grande reforço da capacidade de utilização deste fundos.

Muito obrigado.

Presidente: Para interpelar a mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu percebi que ia haver alguma seriedade neste debate e pela primeira resposta também percebi isso, agora o objecto das perguntas está entregue e isto tem a ver com a pergunta 21 - endividamento futuro.

Estamos todos certamente preocupados também com o futuro, não só necessariamente o Governo, mas nesta fase estamos vendo o passado e o presente e, portanto, eu julgo que devemos seguir o objecto.

O Sr. Presidente disse que iria ser rigoroso e estou apelando para isso e agradeço que não dê direito de réplica a quem fez uma pergunta que nada tem a ver com esse objecto.

Muito obrigado.

Agora usava da palavra para apresentar as perguntas que se seguem que são as 2 e 3.

Presidente: Faça o favor de colocar as perguntas.

O Orador: Muito obrigado.

Desse montante, que era o que estávamos a falar, qual a percentagem por SA em que a Região é directamente responsável pelo endividamento feito, na medida da sua participação? Pergunta 2.

Junto a esta também a pergunta 3.

Por via da soma das diversas responsabilidades, equivalente à soma das várias participações, qual o montante actual total da responsabilidade financeira da Região, através das SA?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores:

A questão que se coloca, penso que é uma questão de interpretação.

O aval é precisamente uma responsabilização da Região se as sociedades não corresponderem àquilo que são as suas responsabilidades.

Portanto, a Região é responsável até ao limite de 399 milhões de euros e que será no final deste ano, como foi referido, um montante inferior, de 373 milhões, se as sociedades anónimas não se responsabilizarem pelo mesmo.

As regras de responsabilização das sociedades anónimas, permita-me Sr. Deputado Paulo Gusmão, ilustre jurista, estão em legislação que enquadra as empresas e é igual para as sociedades anónimas, quer a participação seja pública ou não. O princípio de responsabilização é uma questão de direito devidamente definida.

Agora, o que importa aqui esclarecer é que a responsabilidade do Governo Regional não é até esse montante. É uma questão que não vamos esclarecer, porque referem-se à EDA e esta tem um grau de execução perfeito das suas responsabilidades.

Relativamente aos cinco primeiros avales concedidos em 1988, 1989, 1992 e os outros dois de 1993 não há problemas porque a EDA está a pagar, mas se isso não acontecesse os juristas teriam que se debruçar sobre isso.

Isto não são avales do Governo Regional dos Açores, são avales conjuntos do Governo Regional dos Açores e do Governo da República, ou seja, a responsabilidade é partilhada, logo a responsabilidade do Governo Regional é inferior a este montante, porque nos primeiros avales concedidos há uma responsabilidade partilhada em moldes não definidos entre o Governo Regional e o Governo da República.

Agora, qual é a responsabilidade do Governo Regional nesta matéria? Boa pergunta!

Até hoje, em termos práticos, foi zero. O Governo Regional nunca, até hoje, teve qualquer necessidade de executar nenhum dos seus avales. Não assumiu, não é bem verdade, porque assumiu um concedido, noutros tempos e com outras regras, pelo governo do PSD a uma empresa francesa que, pelos vistos, construiu dois hotéis em S. Miguel, que não os pagou e que o Governo Regional concedeu, com certeza com grande rigor, um aval a essa empresa e teve que pagar essa dívida.

Portanto, a única responsabilidade que a Região teve até hoje, do ponto de vista de avales, foi o ter que liquidar uma responsabilidade dum empresa privada, nos tempos em que o Estado tinha que avalizar investimentos privados para poderem ser executados. Felizmente hoje o Estado já não avaliza investimentos privados, porque os privados assumem os seus riscos. São outros tempos. No passado não era assim e o Sr. Deputado Alberto Pereira deve lembrar-se bem dessa situação.

Portanto, foi a única vez que a Região teve alguma responsabilidade nessa matéria e nessa área.

Em termos de participação do Governo Regional nesta empresas, eu posso, se o senhor assim entender e considerar útil para o debate, empresa a empresa e sociedade a sociedade em que o Governo Regional tem participação, citar o seu capital social, a sua participação, qual a sua percentagem...

Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Mais o seu endividamento.

O Orador: ... e o seu passivo total, situação que nós temos que clarificar em termos técnicos, ou seja, o que é endividamento e o que é passivo. Como sabe qualquer empresa tem um activo, passivo e uma situação líquida.

O endividamento, eventualmente, considera-se aquilo que é responsabilidades de médio e longo prazo, cuja execução não é no curto prazo.

Mas, para não perder tempo e para não se dizer que não permito fazer mais perguntas, remeto-o para a página 90 do relatório do Orçamento da Região de 2006 que tem o quadro com o activo líquido, o capital social, o capital próprio, o passivo total, o resultado líquido e número de trabalhadores de todas as empresas que a Região tem participação.

Se quiser cruzar essa informação com o nível de participação da região, remeto-o para a página 88 do referido relatório, onde está a percentagem e o montante do capital social que a Região tem nessas empresas.

Se respondesse uma a uma, isso iria tomar um tempo substancial deste debate e penso que, remetendo-o para a informação contida nessas duas páginas, repondo à sua pergunta.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) Deputado Paulo Gusmão (Indep.): O Sr. Vice-Presidente responde se quiser.

Penso que aconselhar leitura de páginas que são conhecidas, não é esse o caso e por isso mesmo juntei as perguntas 2 e 3 para evitar dizer empresa a empresa. Agora, o que é significativo é essa assumpção de que a responsabilidade só existe se o aval for necessário e, portanto, se for preciso concretizar a responsabilidade do Governo. Não é isso que é perguntado. O que eu perguntei foi qual a percentagem de endividamento ou qual é o montante, se quiser dar o global para não ir às páginas buscar e penso que, como responsável financeiro da Região, tem esse número.

Na prática é só dizer que nós Região, por exemplo, na EDA não somos donos de mais de 51%. Basta dizer que em cada uma das sociedades a Região tem uma determinada percentagem e não precisa trazer aqui esses números todos.

Eu não estou a perguntar se a dívida vai ser executada hoje, mas quanto é que deve. Eu quero é que o senhor me diga é que a Região deve x por via das sociedades. É só isso.

Eu sei que o endividamento é diferente do passivo. Eu sei isso tudo e só quero saber qual é o endividamento da Região por via das diversas participações. Só quero saber o número.

Em relação a isso não me ocupa nada, porque ainda tenho mais tempo para as outras perguntas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores:

A Região não deve absolutamente nada em relação ao endividamento das empresas. Quem deve são as empresas.

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Paulo Gusmão)

O Orador: Sr. Deputado, eu não vou lhe dar aulas de direito comercial, porque não me sinto habilitado para isso. O senhor como jurista sabe disso muito mais do que eu e não gosto de calçar a “chinela” maior que o pé que tenho e, portanto, sobre essa matéria não lhe vou dar informações, porque não tenho condições para isso.

Mas, como sabe, quem responde sobre o passivo das empresas é, em primeiro lugar, o seu activo. Isto é o princípio. A seguir é o seu capital próprio. É só isso.

Deputado Paulo Gusmão (Indep.): É só isso! Porquê?

O Orador: Se isso não foi suficiente, entra-se nas regras de gestão de direito comercial. Portanto, a Região não responde em nada. Se eu quisesse introduzir aqui neste debate um tom minimamente demagógico eu dizia-lhe que, em relação a isto, é zero.

Qual é que poderá ser a responsabilidade da Região? É única e exclusivamente sobre os avales concedidos e se esses empréstimos que geram esses avales não forem executados.

A história da Região, em 30 anos, demonstra que só houve um aval em que o empréstimo não foi executado e que a Região teve que pagar, que foi o aval sobre os famosos hotéis dos franceses.

Portanto, nos últimos 9 anos a Região não tem nenhum endividamento por via dessas sociedades. O endividamento é das sociedades que respondem. A Região poderá ter alguma responsabilidade se os avales não forem executados. Qual é a responsabilidade da Região no seu limite máximo? São no final deste ano de 2006, 373 milhões de euros, se nenhuma empresa pagar nenhum empréstimo avalizado pela Região.

Qual é o endividamento da Região? O endividamento da Região é 275.030.937, 75 €, que é a dívida directa da Região, assumida, declarada e há 4 anos mantida no mesmo valor.

É sobre isso que estamos a falar, é sobre isso que vamos responder. É esta a nossa realidade e é esta a informação disponível.

Deputado Paulo Gusmão (Indep.): É essa a vossa posição!

O Orador: Não é a minha posição, é a posição do Código de Direito Comercial, é a posição da lei...

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): De toda a natureza das sociedades.

O Orador: ... de toda a natureza das sociedades.

Eu não quero nesta casa, nem por mais autonomia que a Região tenha, alterar a interpretação sobre o direito das sociedades.

É esta a realidade e é isto que nós respondemos com todo o gosto.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Está visto que, no final de três questões, o Governo Regional, que está hoje extremamente magnânimo e diz que quer responder a tudo e tem todo o tempo do mundo, desvia-se das questões permanentemente.

Para além dessa constatação, e uma vez que o senhor não responde às questões do Sr. Deputado Paulo Gusmão, só queria saber - e não pretendo, sinceramente, que nos dê aulas - qual é a sua posição em relação a determinadas matérias comumente aceites?

Não quero recuar a velhas discussões, nas quais é difícil a conciliação das posições que existem desse lado, relativamente a este.

O senhor admitiu que a Região deve 275 milhões em termos de dívida directa, dos empréstimos que contraiu e coloco-lhe um conjunto de três questões: A região tem dívida indirecta? Se tem dívida indirecta em que é que ela se consubstancia? Se não tem dívida indirecta e não há nada na qual ela se consubstancie, o que é para o senhor dívida indirecta, dívida garantida, dívida administrativa e todos esses conceitos aceites por toda a gente?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Dou agora a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo para formular a sua pergunta e o Sr. Vice-Presidente responderá a seguir.

(* **Deputado Luís Paulo Alves (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No âmbito da temática 3, sociedades de endividamento da Região, gostaria de saber o seguinte: em que medida a avaliação feita ao nível de endividamento da Região e ao seu nível de serviço de dívida foram afectados pela criação destas sociedades e mais concretamente a posição, no ranking da Região, no sistema monetário europeu?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(* **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores:

Começando pelas questões colocadas pelo Sr. Deputado António Marinho, não querendo também reanimar debates antigos, cujas conclusões penso que já foram devidamente clarificadas, há que dizer que a dívida que a Região tem é a mesma de há 4 anos. São 175 milhões de avales que, no futuro, se podem transformar eventualmente em dívida se não forem cumpridos. Até hoje isso nunca aconteceu, mas poderá acontecer no futuro.

Que essas empresas têm património para corresponder aos mesmos ou têm contratos programas com a Administração Regional que permitirá financiar essas responsabilidades e que agora, é bom dizer, a Região não tem, felizmente, do ponto de visto do Orçamento da Região, dívida administrativa. Cumpre integralmente as suas responsabilidades dentro dos

prazos normais e com algum eventual problema que há sempre de algum processamento de alguma factura que carece de correcção, mas isso acontece em qualquer lado.

Agora, se falarem, e sei que têm conhecimentos, com os funcionários da contabilidade pública, eles podem dizer que as prateleiras que no passado foram instaladas, porque havia pilhas de facturas por pagar, estão em fase de serem cedidas, porque já não são utilizadas, porque o que entra na contabilidade pública num dia, é pago, felizmente, no dia seguinte.

Deputado António Marinho (PSD): Então responda se tem ou não tem, se há ou não dívida indirecta?

O Orador: Eu respondo-lhe directamente.

Em relação à dívida da Região eu já lhe respondi, mas eu respondo-lhe outra vez, porque percebo que por vezes temos mais pormenorizados a haver um maior nível de compreensão sobre as questões.

Sobre esta matéria devo dizer que a Região não tem, neste momento, dívida indirecta. Tem uma responsabilidade de avales no montante que referi e que se não forem correspondidos pelas empresas, em termos de responsabilidade, irá gerar uma dívida que passará a ser directa e, portanto, não tem dívida indirecta.

Deputado António Marinho (PSD): Para si o que é que é dívida indirecta?

O Orador: Nós vamos discutir isso outra vez. O senhor quer que eu diga que os avales...

Uma coisa é os meus argumentos, outra coisa é aquilo que os senhores querem que eu ponha na minha boca, que os senhores querem ouvir e que não é aquilo que é a verdade. Eu respondo a verdade e a realidade, não respondo o que os senhores querem, porque se respondesse o que os senhores querem eu estava desse lado e não deste.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Os senhores podem fazer a mesma pergunta de 50 formas que a resposta é a mesma, porque esta é a verdade.

A verdade é esta: os senhores acham que os avales são dívida indirecta. Estão no seu direito.

O Governo acha que os avales são garantias para melhorar as condições de financiamento e reforçar a segurança e só serão eventualmente dívida directa, e não indirecta, se não forem

executados. Até hoje as empresas sempre cumpriram com as suas responsabilidades. Até hoje, no histórico da Região, os avales correspondem a uma dívida indirecta de zero, porque nunca foram necessários serem executados.

Aliás, Sr. Deputado António Marinho, eu sei que não está a conseguir convencer-nos das suas ideias. Se calhar é mais fácil convencer o seu colega de bancada do que me convencer a mim.

Mas, continuando com a resposta, a questão nesta matéria tem a ver precisamente com a pergunta colocada ali pelo Sr. Deputado, a qual em respondo.

A questão não é uma questão parlamentar, não é uma questão política, é uma questão técnica, avalizada e valorizada pela maior agência internacional de notação de rating, ou seja, de classificação económica e financeira das empresas, de estados e das regiões, que na sua última classificação deu uma subida na classificação e que, neste momento, os Açores têm o mesmo nível de rating, ou seja, de grau de risco de situação financeira que tem o país.

Por exemplo, não há nenhuma região de Espanha, tais como Catalunha, Galiza, Canárias, que tenha o mesmo nível de rating que tem o país. Os Açores deve ser das poucas regiões do mundo que tem o mesmo nível de rating, a mesma situação financeira que tem o país, classificada pelas instituições internacionais e esta não é uma realidade política, não é uma realidade para discutirmos aqui, é uma realidade classificada pela maior agência internacional de notação das realidades financeiras das empresas, dos estados e das regiões. Portanto, só podemos chegar à conclusão que essa empresa internacional, qualificada pelos maiores bancos mundiais para fazerem a sua notação, que é considerada e respeitada pelos mercados, a classificação que deu à Região é a mesma que do país e é o 4º nível mais elevado a nível mundial.

Quer os senhores queiram, quer não queiram, é essa a realidade avaliada pelos mercados financeiros internacionais.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): A classificação da realidade é que pode estar mal, se não leu o manual.

O Orador: Os senhores podem ler os manuais que lerem, não podem alterar a realidade.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(* **Deputado António Marinho (PSD)**: Sr. Vice-Presidente, responda-me, se faz favor, à pergunta que lhe coloco e não comece a falar de outras coisas.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Com todo o gosto!

O Orador: Com todo o gosto, mas depois começa a falar de outras coisas e evolui para um lado e para o outro.

O que eu peço é que não saia do objecto da pergunta. Responda à pergunta que lhe coloquei.

Vou fazer dois considerandos e depois volto a colocar-lhe a mesma pergunta.

Primeiro considerando:

Eu falei em dívida indirecta, não falei em avales e o senhor de imediato começou a falar em avales, sinal de que relaciona as coisas uma com a outra, o que já é bom. É um bom princípio.

Depois também disse que, por enquanto, os avales são responsabilidades assumidas e que nunca aconteceu, mas se acontecesse, disse o senhor, transformavam-se em dívida directa.

Portanto, segundo as suas palavras, não existirá, para si, o conceito de dívida indirecta. Assim, nunca existiria dívida indirecta.

Segundo considerando:

Em todos os orçamentos da Região, entre os anos de 97 e 2004, que foram da responsabilidade do seu antecessor, Dr. Roberto Amaral, antigo Secretário Regional das Finanças e Planeamento, considerava a existência de um conceito de dívida indirecta. Este conceito desapareceu dos orçamentos da Região de 2005 e 2006.

Na sequência destes dois considerandos, coloco-lhe a seguinte questão:

O que integra, para o Sr. Vice-Presidente, o conceito de dívida indirecta?

Presidente: Srs. Deputados, estamos aqui a complicar isto tudo, porque o objecto da pergunta é endividamento e o objecto da pergunta do Sr. Deputado António Marinho é o conceito de dívida directa e indirecta.

Nós temos que estabelecer uma regra ou então eu suspendo os trabalhos, reúno a conferência de líderes para nos entendermos sobre esta matéria, porque a mesa está aqui a fazer um esforço muito grande para que isto corra bem, mas não está a ser fácil. Temos que nos entender definitivamente sobre esta matéria.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(* **Deputado António Marinho (PSD)**: Muito obrigado, Sr. Presidente:

Eu só quero esclarecer por que é que estou a colocar esta questão.

Presidente: O senhor insiste em perguntar qual é o conceito de dívida directa e indirecta.

O Orador: Eu não quero ser acusado, como eu acuso, de estar a fugir aos temas, agora temos que estar a falar na mesma coisa e para que isso aconteça, para nos entendermos precisamos de ter os conceitos perfeitamente determinados, porque se não eu coloco a questão e falo em 20, o Sr. Vice-Presidente responde com 17 e estamos a falar em coisas diferentes. Por isso eu quero conhecer, exclusivamente, qual é o conceito de dívida indirecta do Sr. Vice-Presidente.

Presidente: Sr. Deputado, eu pensei que os senhores estavam entendidos quanto aos conceitos, mas, pelos vistos, não estão.

O Sr. Vice-Presidente percebeu o conceito? Agradeço que responda no âmbito desse conceito.

(* **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila)**: Sr. Presidente, eu vou dar-lhe uma resposta que tem como único e exclusivo objectivo prosseguirmos e darmos oportunidade ao Sr. Deputado Paulo Gusmão de continuar com as perguntas e não andarmos aqui numa questão de conceitos.

Penso que já estamos todos entendidos sobre esta matéria.

O Sr. Deputado considera...

Deputado António Marinho (PSD): Diga lá o que é que é!

O Orador: Eu só vou dizer uma coisa para que todas as pessoas percebam isto.

Eu tenho que recorrer a um empréstimo bancário para comprar uma habitação ou um carro e o banco diz-me: o senhor tem que ter alguém que seja seu avalista.

Eu pergunto ao Sr. Deputado António Marinho, que é muito simpático e tenho a certeza que não me irá dizer que não, se pode ser o meu avalista do empréstimo que eu vou contrair para comprar uma casa?

A questão que coloco é a seguinte: o senhor sendo meu avalista, de forma simpática, a dívida é sua ou é minha? A questão é esta.

O senhor quer dizer que, por ser meu avalista duma dívida que eu tenho e que contraio, tem uma dívida indirecta. Se isso o faz feliz e satisfeito, o senhor tem uma dívida indirecta. É

isso que o senhor quer que eu diga? Se achar que é assim, tem uma dívida indirecta. O que eu acho que o senhor tem é um aval sobre a minha dívida.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mas o que é uma dívida para si?

O Orador: O senhor acha que é uma dívida indirecta, eu acho que é um aval. Penso que estamos todos entendidos.

Deputado António Marinho (PSD): Mas o que é para si dívida indirecta?

O Orador: Podemos a partir de agora, para não perpetuar esta discussão que não interessa a ninguém, ter aqui o seguinte descodificador: quando o Sr. Deputado António Marinho fala em dívida indirecta, eu falo em aval.

Agora, o senhor não me obrigue é a chamar uma coisa, que eu não acho que seja, àquilo que o senhor quer que eu chame. Cada uma chama a sua coisa.

O conceito é este: quando eu contrair um empréstimo para comprar uma casa e lhe pedir que me faça um aval, eu acho que o senhor é meu avalista e o senhor acha que tem uma dívida indirecta. Fica com o seu conceito e eu fico com o meu.

Deputado António Marinho (PSD): Eu, o Tribunal de Contas e o Dr. Roberto Amaral consideramos dívida indirecta. Só o senhor é que não considera.

Presidente: Sr. Deputado António Marinho, julgo que estamos a caminhar no sentido de esclarecimento de conceitos. O senhor tem um conceito e o Sr. Vice-Presidente tem outro, mas sabemos todos o que é. É ou não é verdade? O Sr. Vice-Presidente chama-lhe uma coisa e o senhor chama-lhe outra.

Eu não posso deixar continuar que este debate vá neste sentido.

O Sr. Vice-Presidente pode concluir.

O Orador: Para não ficarmos neste impasse, todos podemos concluir o seguinte:

Aquilo que o Sr. Deputado António Marinho diz que é dívida indirecta, eu digo que é um aval.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mas o que é dívida indirecta?

Deputado António Toste (PS): Ele já disse que não existe.

O Orador: Penso que esta questão está esclarecida. Isto não é propriamente a discussão do conteúdo de um dicionário, vamos é avançar e responder a preocupações concretas e legítimas que o Sr. Deputado Paulo Gusmão tem para colocar.

Se o PSD não quer que o Governo Regional responda às perguntas do Sr. Deputado Paulo Gusmão, pode continuar com essas diversões e com esses fait-divers. O que nós queremos é responder às perguntas do Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Portanto, façam o favor de me deixar responder às perguntas do Sr. Deputado Paulo Gusmão e às vossas e não estarmos aqui a discutir concepções de significados em dicionários. Essa matéria já foi “chão que deu uvas”.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mas qual é o seu conceito?

O Orador: Vamos ouvir o Sr. Deputado Paulo Gusmão e vamos esclarecer as 50 perguntas se o tempo o permitir e não vamos estar aqui com brincadeiras e a criar dificuldades, não permitindo que o Sr. Deputado Paulo Gusmão possa exercer a sua função.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Clélio Meneses pediu a palavra para?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Para interpelar a Mesa.

Presidente: Faça o favor.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Vice-Presidente do Governo fez aqui referência à actuação da bancada do Grupo Parlamentar do PSD como sendo brincadeiras.

Gostaria de questionar a interpretação do Sr. Presidente sobre o artigo 181º do Regimento que diz que é um direito de todas as bancadas dos grupos parlamentares intervir, fazendo, pelo menos, uma pergunta sobre cada assunto.

O que o Sr. Deputado António Marinho fez não foi nem mais nem menos do que perguntar qual é o entendimento que o Sr. Vice-Presidente tem sobre o conceito de endividamento indirecto.

Deputado António Toste (PS): Isso já foi esclarecido!

O Orador: Foi feita uma pergunta e o Sr. Vice-Presidente do Governo, desrespeitando claramente a pergunta feita, divaga e não responde.

É preciso que fique claro e registado que a pergunta feita é rigorosa, séria e não é nenhuma brincadeira e sabemos também fazer a interpretação sobre isso.

Presidente: O Sr. Deputado Clélio Meneses interpelou a mesa e eu devo dizer ao Sr. Deputado que a mesa entende, como está escrito no Regimento, que qualquer Grupo Parlamentar pode fazer as perguntas que quiser.

Sr. Deputado Clélio Meneses, dizer-se brincadeira não é nada de ofensivo, faz parte do discurso parlamentar e não ultrapassou qualquer regra parlamentar. As pessoas dizem muitas coisas aqui dentro e nunca ninguém se ofendeu.

Toda a gente sabe que não são brincadeiras e estamos a falar aqui numa instituição muito séria.

Portanto, cada um está a exercer os seus direitos e vai continuar a fazê-lo na plenitude.

Deputado Francisco Coelho (PS): A democracia tem destes incómodos!

Presidente: Vamos prosseguir.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Alberto Pereira que também está inscrito para formular uma pergunta, mas tem que o fazer dentro deste objecto.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que não deixaria de me ater ao objecto das perguntas.

As precisões conceituais que tenho procurado fazer são obviamente instrumentais relativamente ao objectivo de garantir a conclusividade das respostas. É apenas neste sentido que intervenho.

Nesta matéria já toda a gente percebeu - mas continua a ser importante - que os conceitos dos avales e da dívida directa e indirecta atormentam particularmente o Sr. Vice-Presidente. O que bem se compreende, aliás!

Não há dúvida nenhuma que há uma diferença entre dívida efectiva e entre responsabilidade por uma dívida que pode ou não vir a tornar-se dívida efectiva. Isto tem a ver com o conceito de aval, como já foi explicado.

Agora, Sr. Vice-Presidente, em termos muito práticos a pergunta é esta: as sociedades anónimas que estão aqui em discussão, seja a SPRHI, SAUDAÇOR, ou outra qualquer, contraem dívidas. Obviamente que as dívidas implicam despesas; para isso hão-de ser necessárias receitas e gostaria de saber quais são as receitas previsíveis destas sociedades? Qual é a fonte de receita destas sociedades?

Quando V. Exa. me responder - como espero – que a fonte é, exclusivamente, o Orçamento Regional, então confesse, finalmente, que pratica desorçamentação sistemática.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Herberto Rosa pede a palavra para?

Deputado Herberto Rosa (PS): Para uma interpelação à mesa.

Presidente: Faça o favor.

(*) **Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu não sei exactamente o que é que foi decidido em conferência, não quero pôr em causa a condução dos trabalhos de V. Exa, mas queria recordar que foi fixado um tempo global de 2 horas para 50 perguntas.

Nós não estamos num debate, mas numa figura regimental muito própria que trata de perguntas. Perguntas não é um debate sectorial, muito menos um debate global, nem um debate de conceitos sobre dívida ou sobre aval, são questões objectivas, concretas e específicas que são colocadas de forma sucinta e que merecem a resposta sucinta, que dão direito a réplica e a tréplica e que não dão direito a mais nada, porque a figura regimental prevista nos artigos 180º e 181º é para isso.

Outras figuras existem como usar o TAP ou até suscitar debates sectoriais ou gerais.

Penso, e pensa a bancada do PS, que tem que ser respeitada a génese da questão e esta figura foi suscitada pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão que tem legitimamente o direito a fazer as suas perguntas e tem que lhe ser dado as mínimas condições para isso.

Primeiro, discordamos que seja dada a palavra ao Sr. Deputado Alberto Pereira depois de ter sido dada a palavra ao Sr. Deputado António Marinho, quando há um princípio de alternância que o Regimento prevê.

Segundo, o Regimento fala em pelo menos uma pergunta e neste caso parece-nos que deve ser uma, porque se permitirmos a todos os deputados dos grupos parlamentares que façam uma pergunta, o Sr. Deputado Paulo Gusmão não passa da pergunta nº 3 e o Sr. Deputado merece respeito.

Portanto, se a conferência não acautelou, penso que devia ter acautelado, e não deveria de haver, para além do Sr. Deputado Paulo Gusmão, mais do que uma pergunta por cada grupo parlamentar.

Obrigado.

Deputado António Marinho (PSD): São duas perguntas.

Presidente: Srs. Deputados, há mais interpelações à mesa.

Este debate de perguntas ao Governo está-se a transformar num debate de interpelações à mesa e dou a palavra ao Sr. Deputado Clélio Meneses para mais uma interpelação.

(* **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo:

Não querendo transformar este debate num debate regimental, queria dar um contributo para facilitar.

O que se passou foi que o Sr. Deputado Paulo Gusmão juntou dois objectos na mesma pergunta e, nessa perspectiva, sendo que é, pelo menos, uma pergunta sobre cada objecto, e tendo oportunidade de juntar duas, a nossa interpretação é de que ao fazermos uma pergunta sobre cada objecto estamos a cumprir o Regimento.

Foi no sentido de contribuir para facilitar o desenrolar dos trabalhos que me levou a interpelar a mesa.

Presidente: Também para interpelar a mesa tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(* **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Sr. Presidente, eu não levantei qualquer questão em terem usado o tempo que é designado no Regimento da Assembleia da República de duas horas quando é uma sessão específica de perguntas.

Eu não fiz, porque sou Deputado Independente e represento muito menos do que os senhores e, portanto, é naturalíssimo.

Na Assembleia da República quando é um debate geral não tem limite de tempo.

A conferência de líderes, na qual eu não estou representado, entendeu assim e eu não levantei qualquer questão.

Acho que esse entendimento também deve ter em conta que, se vai ser para esticar isso de forma a não poder fazer as perguntas que aqui estão, (já vi que para as 50, nem que eu seja deputado mais 30 anos), ...

(Risos das bancada do PS)

... pelo menos vamos acabar esta parte das sociedades.

O Sr. Deputado Clélio vai desculpar-me, mas vir dizer que foram duas perguntas, porque eram dois objectos, isso é desculpa de mau pagador. Então para cada objecto vai o mesmo objecto, que é outra vez a mesma pergunta sobre o mesmo assunto.

Portanto, eu pedia, e não tem a ver até com o Regimento, porque o artigo 181º quando diz: “... pelo menos um pergunta sobre o mesmo objecto”, tendo dito que há tempo global, quer dizer é que no fim, mesmo que ultrapasse o tempo global, ninguém vai deixar de fazer uma pergunta sobre isso. Agora “pelo menos” não quer dizer que são todos, senão não estava aqui a regra. Esta regra é para acautelar que no fim, se ficar alguém fora do tempo global, não vai deixar de fazer a pergunta.

Portanto, eu peço é que deixem os considerandos, porque o PSD pode depois fazer interpelações, pedir debate e eu não posso fazer nada disso. Apenas posso fazer a sessão de perguntas e é isso que faço aqui e até os considerandos farei nos meus 10 minutos que me são atribuídos uma vez por ano e que exercerei no mês de Maio.

Deputado Francisco Coelho (PS): O PSD quer coarctar os seus direitos!

Presidente: O Sr. Deputado Artur Lima também quer interpelar a mesa. Eu acho que o sujeito desta sessão de perguntas sou eu.

Tem a palavra para o efeito.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, é uma coisa muito rápida.

Como se perdeu aqui um bocado de tempo com estas discussões, apelava à sua tolerância para que o Sr. Deputado Paulo Gusmão não seja prejudicado nas duas horas de tempo global.

Era só isto.

Muito obrigado.

Presidente: Não sei se consideram respondida esta parte.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Já fiz a minha réplica, os Srs. Deputados já se inscreveram e já fizeram as suas réplicas e, portanto, agora vou fazer a pergunta nº 4.

Presidente: O Sr. Deputado espere um momento, porque o Sr. Vice-Presidente ainda não respondeu ao Sr. Deputado Marinho nem ao Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Peço desculpa, mas já respondeu e já respondeu à réplica feita. Não respondeu foi à segunda pergunta do mesmo grupo parlamentar que apresentou dois deputados.

Presidente: Desculpe, Sr. Deputado, mas a mesa admitiu a segunda pergunta e, portanto, ela pode ser respondida.

(*) **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Então eu requeiro que a conferência de líderes reúna e decida qual é a interpretação que faz do artigo 181º, nº 1, do Regimento.

Presidente: Sr. Deputado, se vamos interpretar aqui publicamente o Regimento, eu também posso lhe dar muitas interpretações, como há bocado foi feita uma interpretação diferente entre os avales e dívida indirecta. Eu também sou jurista e podemos passar a tarde em interpretações.

A interpretação que nós demos, e que foi falada na conferência de líderes, foi que as pessoas podiam fazer perguntas na sequência da daquela. O termo “pelo menos” permite mais e, portanto, qualquer deputado pode fazer perguntas sobre o objecto daquela matéria. Foi isso que foi decidido e eu não posso alterar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** É para interpelar novamente a mesa.

Eu não estou representado na conferência de líderes e, portanto, tenho o maior respeito pela interpretação que tenham feito, mas é aqui o único sítio onde posso dizer qual é a minha interpretação sobre este assunto.

Podendo ser estabelecido um tempo global, isso foi feito e muito bem, mas com a garantia de que todos os grupos ou representações parlamentares possam formular, pelo menos, uma pergunta sobre o mesmo objecto. O que é que isto significa? Significa que esse “pelo menos” é a garantia que é dada para além do tempo global. Só existe essa situação na última pergunta, quando é feito num tempo global, senão não estava aqui e no nº 1 estava tão só a regra de que qualquer deputado pode fazer uma pergunta sobre a mesma temática. Não é o que diz o Regimento ou então foi filosofia que veio para o Regimento, o que eu não acredito.

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos por 30 minutos.

Vamos reunir a conferência de líderes para analisarmos esta questão. É muito mais prático reunirmos e chegarmos a uma conclusão do que estarmos aqui cada um a fazer a sua interpretação do Regimento e de conceitos.

Agradeço que se reúnam no meu gabinete de imediato.

(Eram 16 horas e 30 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para prosseguirmos com os nossos trabalhos.

(Eram 17 horas e 10 minutos)

Srs. Deputados, naturalmente será feito o respectivo desconto nas duas horas combinadas, não só no tempo perdido em interpelações como também este intervalo.

Após a conferência de líderes, e para informação do Sr. Deputado Paulo Gusmão, foi decidido que V. Exa. faz uma pergunta como deputado interpelante, o Governo responde, de seguida V. Exa. tem direito à réplica, o Governo torna a responder e cada grupo parlamentar faz apenas uma única pergunta.

Agradeço que se cinjam ao objecto da pergunta e vamos prosseguir.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(* **Deputado Paulo Gusmão** (*Indep.*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Qual o montante total actual por SA dos investimentos entretanto realizados desde o início dos avales, através de cada uma dessas sociedades?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional. Dispensoo de cumprimentar.

(* **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Muito obrigado.

Em relação à resposta, como compreende, e considerando que os avales são desde 1998, não é possível neste momento e aqui descrever todos os investimentos feitos por todas estas sociedades, mas se for desejo do Sr. Deputado ter essa informação, teremos todo o gosto

de, à posteriori, disponibilizá-la, mas o conteúdo da sua pergunta extravasa em muito aquilo que é possível disponibilizar neste momento.

O que podemos dizer concretamente, e não indo a 98, mas concretamente ao ano de 2005, é que os investimentos que se enquadram no espírito, nos objectivos e nos programas definidos no plano de investimentos da Região, ou que visam consequentemente concretizar os programas que foram definidos como estratégicos no enquadramento de planeamento de 2005/2008, são investimentos para o ano de 2006, de 233.862.250 €.

Se quiser analisar mais pormenorizadamente os investimentos de 2005, posso-lhe referir alguns de algumas empresas, mas investimentos desde 1998 de todas as empresas que tenham participação pública nós não temos aqui essa informação e é impossível, em sede deste debate, responder pormenorizadamente a esta questão. O que é possível, isso sim, se o Sr. Deputado assim o entender, é solicitar por escrito e teremos todo o gosto em fornecer-lhe essa mesma informação com a maior brevidade possível.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) **Deputado Paulo Gusmão** (*Indep.*): Sr. Presidente:

Eu penso que a questão não é assim tão complicada, mas perguntava qual o valor total dos investimentos por sociedade? Sabemos cada sociedade quanto é que tem de avales e era fazer o mesmo raciocínio em termos de investimento.

O Sr. Secretário não é obrigado a saber e eu farei essa pergunta em requerimento escrito, deixando, no entanto, uma nota de que julgo que não é um dado tão difícil de se saber.

A réplica era esta, mas como já percebi que o Sr. Vice-Presidente não sabe e não tem esse dado para me dar, não vou perguntar mais.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores:

Não é uma questão de não saber. Nós poderíamos saber, se me permite a sugestão, se quando identificasse o objecto das perguntas também identificasse o período temporal sobre o qual incidem as perguntas.

Se tivesse solicitado os investimentos dessas sociedades, por exemplo, no período de 98 a 2005, nós hoje estaríamos disponíveis para ter essa resposta, mas numa próxima sessão de perguntas ao Governo, que espero que repita, se o conteúdo e o objecto das perguntas for

mais concreto e mais preciso, (permita-me humildemente esta sugestão), irá contribuir também para que o governo possa dar respostas mais concretas e mais precisas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(* **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Faço justamente uma pergunta rápida e concreta.

Reportando-nos ao ano de 2005, aliás, ano ao qual o Sr. Vice-Presidente se referiu, referindo o montante, falo concretamente na Saudaçor à qual houve um acréscimo das responsabilidades por avales de 60 milhões de euros em 2005. Penso que estou correcto naquilo que estou a dizer e a minha questão concreta é esta: estes 60 milhões de euros destinaram-se a suportar alguns investimentos efectuados pela própria Saudaçor? Se sim, em que montante e se se destinaram apenas a financiar algumas despesas correntes pela própria Saudaçor?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(* **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Muito obrigado pela pergunta.

Primeiro quero fazer uma correcção.

O montante de avales concedidos em 2005 à Saudaçor não foram de 60, mas, sim, de 80 milhões.

Deputado António Marinho (PSD): Peço desculpa.

O Orador: Não tem que pedir desculpa, porque errar é humano e nós estamos aqui para corrigir precisamente essas informações e para as precisar.

Como sabem, isso foi identificado aquando da discussão do Orçamento para 2005 e no qual foi solicitado esse mesmo aval, esse aval à Saudaçor visa aquilo que já foi ontem devidamente clarificado e respondido aquando do debate sobre as questões da saúde, mas tenho todo o gosto em responder, sob pena de, com essa resposta, estar a repetir aquilo que já disse há dois dias e a retirar tempo ao Sr. Deputado Paulo Gusmão. Vou repetir a resposta, porque colocou essa questão.

O montante de financiamento obtido pela SAUDAÇOR em 2005 visou claramente reduzir o prazo médio de pagamentos a fornecedores, no que concerne aos pagamentos do sistema Regional de Saúde e com essa medida reduzir também os encargos decorrentes desses

financiamentos, (particularmente anulando o acordo com a Associação Nacional de Farmácias, em que os pagamentos derivados desse facto) custava 12%, para, com esse financiamento, termos atingido uma taxa eurolíber a 12 meses com um spread negativo de 7.75 pontos base, ou seja, um montante na ordem dos 2,5%, o que representa uma poupança efectiva de encargos para a Região na ordem dos 10%. Foi com esse objectivo que foi financiado.

O investimento feito pela SAUDAÇOR é todo ele financiado pelo Orçamento da Região, inscrito no Capítulo 40 do Plano e conseqüentemente com isso se demonstra que a Saudaçor não está perante um processo de desorçamentação, muito pelo contrário, todo o investimento é assegurado anualmente pelas receitas da Região, inscritas no Orçamento e é com essas receitas que a Região, a Saudaçor e o Serviço Regional de Saúde faz os seus investimentos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não sendo possível saber o valor dos investimentos desde 98, porque, de facto, no objecto não vinha aqui referido, da mesma forma que também não vinha desde quando é que era o endividamento e V. Exa. automaticamente veio dizer que era desde 98, mas reconheço que aqui não pus desde 98 em relação aos investimentos e, portanto, cingir-me-ei a 2005 na pergunta nº5 que é a que está agora em análise.

Assim sendo, em 2005, desse investimento de 233 milhões, na medida percentual da participação da Região, qual o montante por SA do investimento da Região?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Porque não me referi desde 98, o endividamento é o que existe neste momento, porque a outra parte do investimento podia ser desde 76 ou até antes, porque há sociedades não pertencentes à Região, mas pertencentes a outras entidades públicas, que são de antes de 76, algumas delas nacionalizadas e, entretanto, privatizadas.

Respondendo concretamente à sua pergunta, como compreende, nós não temos nem podemos ter neste momento dados para lhe poder responder, porque estamos a falar de empresas e as suas contas são apresentadas em assembleia geral e aprovadas até final de Maio do ano seguinte.

Permita-me dizer-lhe que o conceito de investimento, do ponto de vista contabilístico não existe em sociedades. Existe o conceito de classificação de acordo com o POC e a sua estrutura contabilística de contas vai desde a 11 até à 79 e depois a 80 são os resultados.

Portanto, temos que precisar esses conceitos, porque o que está em causa é que não se pode solicitar informação sobre sociedades que têm um nível de classificação dos custos e proveitos ou variações patrimoniais com a terminologia que é usada no Orçamento da Região.

O que tem também a ver com o objecto de outras perguntas seguintes é que as sociedades não têm receitas correntes nem de capital, as sociedades não têm saldo, as sociedades não têm fundos próprios, as sociedades têm um conjunto de indicadores que podem ser respondidos e não estão aqui, porque não estavam solicitados neste contexto, em relação à sua estrutura de classificação dos seus fluxos financeiros, dos seus custos e dos seus proveitos.

Portanto, em relação às perguntas que solicita, o Governo Regional tem toda a disponibilidade para responder num próximo debate ou, se quiser, antes de uma próxima sessão nesta Assembleia, fazer por escrito com a maior brevidade possível ou se quiser fazer oralmente numa próxima sessão para se clarificar o conceito, porque as empresas e as sociedades não têm investimento, têm variações patrimoniais, têm acréscimo de imobilizado, têm variações de custos, de proveitos, da sua situação líquida, da passagem da classe 2 para a classe 3, etc., etc.

Portanto, indo àquilo que pretendia definir e tendo em conta que os valores finais de 2005 só serão disponibilizados até 31 de Maio de 2006, - neste momento ainda é um pouco cedo para os disponibilizar - altura em que as empresas são obrigadas a apresentar as suas contas para efeitos de assembleia geral e da sua aprovação.

Posso-lhe dar o exemplo de alguns, se assim o entender, em relação a 2005 que já estão disponíveis, apesar de não serem oficiais nem validados pelas assembleias gerais de accionistas, entidades que têm competência para aprovar as contas, mas indo a um conceito de investimentos que deve ser considerado para efeitos práticos como a valorização da classe 4 no que concerne ao imobilizado corpóreo e incorpóreo, posso dizer que a SATA Internacional, que faz parte do Grupo SATA, (não vou dizer que é investimento, porque não quero que me acusem de estar a dizer um nome que não é ou dizerem que eu disse que

era investimento a uma coisa que não era, porque não há investimento) teve previsto um investimento em 2005, que será homologado em assembleia geral, de 19.843.043 €;

- a SATA Air Açores de 2.010.227 €;
- os Portos dos Açores de 6.024.631 €;
- a Administração Portuária de S. Miguel de 2.109.141 €;
- a Administração de Portos da Terceira e Graciosa de 21.007.755 €;
- Administração de Portos do Triângulo e Ocidente de 11.476.480 €;
- a Atlântic Line um investimento de 245.000 €;
- a Transmaçor, onde a Região tem uma participação de 20%, como os senhores muito bem sabem e fizeram o favor de nos publicitar e nós agradecemos, de 814.390 €;
- a Sociedade Teatro Micaelense, onde a Região tem uma participação, de 3.239.993 €;
- a SPRHI com um investimento total em 2005 de 34.500.000 €;
- a EDA um investimento em 2005, que não está ainda fechado, mas os dados que tenho de 2004 são de 57.442.000 €.

Se quisermos ir a uma outra leitura, do ponto de vista de classificação da despesa, como é classificada em termos públicos, correlacionada com os custos próprios de cada uma dessas empresas, terei todo o gosto em responder-lhe, se assim o entender e se formular também uma pergunta por escrito.

Permita-me que vá para além do conteúdo preciso da sua pergunta, e não aproveito essa situação para me restringir a isso, para lhe dizer que, naquilo que concerne ao contributo destas sociedades, do ponto de vista de investimento...

Presidente: Agradecia que concluísse.

O Orador: Concluo já, Sr. Presidente.

... para a concretização dos objectivos e programas do Governo Regional, apresentados nesta Assembleia no último plano de investimentos dos Açores, prevê-se que em 2006 seja de 233.862.250 €.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Partindo da resposta à questão anterior em que chegámos à conclusão que afinal de contas os avales, designadamente em 2005, concedidos concretamente à SAUDAÇOR se

destinaram a satisfazer responsabilidades de forma atempada, se destinaram pura e simplesmente a financiar as despesas associadas ao objecto da própria SAUDAÇOR e, portanto, não foram destinadas a quaisquer investimentos e tendo também em conta a resposta que o Sr. Vice-Presidente deu de que os investimentos desencadeados por estas sociedades eram feitos através do Orçamento da Região, eu pergunto quais os investimentos, em termos de valor global, que foram levados a cabo por intermédio, designadamente da Saudaçor e da SPRHI e concretamente através da assinatura de determinados contratos-programa?

Dos montantes totais de investimento que estão associados a esses contratos-programa, o que é que reverteu, em termos de valor, em relação a 2005?

Se posso depreender também que as despesas com determinados investimentos, designadamente com a SPRHI e com a SAUDAÇOR, mas mais em concreto com a SPRHI, são investimentos que serão feitos no prazo de 1, 2 ou 3 anos, mas revertendo os respectivos contratos-programa para posteriores orçamentos num prazo de 6, 8, 10 ou 15 anos, em termos de valor, o que me faria concluir que efectivamente há despesa que está a ser desorçamentada, despesa que corresponde a obra efectuada em 1 ou 2 anos, mas que vai ser repartida, em termos de valor, ao longo de vários anos, ao nível dos contratos-programa. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Respondo concretamente à sua pergunta, Sr. Deputado, e se quiser identificar o ano sobre o qual pretende que incida a minha resposta, fá-lo-ei com todo o gosto.

Tenho aqui os dados objectivos desde 2003 em relação à SPRHI e, neste contexto, respondo concretamente à sua pergunta, desde que me diga qual o ano que quer desde 2003 a 2006. É só dizer o ano.

A questão concreta em relação a esse mesmo conteúdo, vou-lhe responder com os dados e depois tire as suas conclusões.

Investimento da SPRHI em 2005, 34,5 milhões de euros, assim distribuídos:

- Reconstrução 20,8 milhões de euros;
- Encargos com intervenção na rede viária 10,6 milhões de euros;

- Custos com novos loteamentos 0,5 milhões de euros;
- Custos com um novo enquadramento de investimentos em estradas 2,1 milhões, o que perfaz um total de investimentos em estradas de 12,7 milhões de euros;
- Encargos com a construção da nova Escola Secundária da Horta 0,5 milhões de euros.

Tudo isto dá um total de 34,5 milhões de euros.

Esta sociedade também teve um encargo de amortização de empréstimos contraídos em anos anteriores, para financiar a reconstrução, num total de 11,4 milhões de euros.

Não me perguntou como é que eram financiadas, mas posso-lhe descrever: foram recebidas verbas do INH no valor de 17 milhões de euros, fundos comunitários e orçamento da Região, etc., etc. É esta a estrutura de investimentos, ou seja, no fundo a SPRHI investiu, em 2005, 34,5 milhões de euros.

Prevê-se que em 2006 invista 52,2 milhões de euros e posso dizer que a SPRHI tinha no final de 2005, como *cash flow* positivo, 26,3 milhões de euros. É muito importante notar que em 2005 a SPRHI não teria necessitado de qualquer recurso a endividamento tendo em conta a boa execução de outras fontes alternativas de financiamento. Este *cash flow* positivo passou para 2006 e está a financiar as obras e os empreendimentos e conseqüentemente também a contribuir para a não necessidade de concessão de novos avales em 2006.

Não vou voltar à questão dos avales, mas fui ao dicionário e tenho aqui três interpretações de conceitos de avales que depois, se quiserem, falamos disso lá fora e terei todo o gosto.

Muito obrigado.

Deputado António Marinho (PSD): Não respondeu à parte substancial da minha pergunta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente: Os investimentos quando aqui são referidos é sempre na lógica daquilo que a Região faz e, portanto, não é uma terminologia necessariamente utilizada em termos de sociedades, mas naquela que é a nossa participação. É esse o sentido das perguntas que aqui é deixado.

Se V. Exa. não me pode dar os dados entre 98 e 2005 e se dentro de 2005 só me pode dar alguns, não posso fazer as perguntas 6, 7 e 8, porque senão, é como aquele jogo de cartas que o senhor habilmente já sabe qual é que vai ser o trunfo ou a carta que tem aí para me apresentar no fim e, portanto, seria eu quase a responder, através de cada uma dessas perguntas, àquilo que pretende. Por isso mesmo o que me interessa é saber o montante

global, não apenas os dados que tem disponíveis, mas também os outros e fá-lo-ei de forma escrita, em requerimento.

Por isso, como teria o seu custo também a ver com cada um desses investimentos e outras questões que serão colocadas, requeria ao Sr. Presidente que pudesse retirar as perguntas 6, 7 e 8 e passasse à pergunta 9.

Presidente: Faça o favor de fazer a pergunta 9.

O Orador: Qual a origem dos fundos ou das receitas próprias, como lhe quiser chamar, gerados por cada uma dessas sociedades?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente da Assembleia:

Eu poderia responder mais em pormenor às questões relacionadas com os investimentos feitos até 2005, mas acho que é mais leal das duas partes que o mesmo seja respondido de forma escrita e depois possa, com essa informação, dar a utilização que considere mais eficaz e objectiva, alertando também que não existe um conceito de custo de investimento, ou seja, se é investimento, não é custo, é variação patrimonial, porque o custo tem a ver com um conjunto de rubricas que estão devidamente classificadas e que não há conotação com investimento.

Portanto, não se pode pedir o custo do investimento, porque está-se a pedir a conjugação de dois conceitos que são incompatíveis.

O fundo próprio de uma sociedade ou de uma empresa é o seu capital social e eu teria, nesta pergunta, que remeter para a identificação do capital social de cada uma das sociedades e que são:

- Empresa de Transportes Colectivos de Santa Maria, Lda., capital social 99.765,00 €. Aliás, se conhecer alguém que esteja interessado em adquirir a participação da Região, está à venda.

Estou a falar a 31 de Dezembro de 2005, porque neste momento irá haver um aumento.

- Transmaçor, capital social 425.000,00 €.

- Fábrica de Tabaco Micaelense, SA, capital social 1.471.135,00 €. A nossa participação de 10% também está à venda. Aliás, tive oportunidade de Segunda Feira convidar o Juiz José Faustino, que aceitou, para presidir ao júri que irá proceder à privatização da nossa participação.

- Pousadas da Juventude dos Açores, capital social 175.000,00 €. Participação da Região 51%.
- Empresa de Electricidade dos Açores, capital social 70 milhões de euros. A percentagem da Região é de 50,1%.
- Teatro Micaelense, capital social 10.324.393,05 €. Participação da Região 99,77%.
- Grupo SATA, capital social 16.809.000,00 €. Participação da Região 100%.
- Lotaçor, SA, capital social 4.344.350,00 €. Participação da Região 100%.
- SPRHI, SA, capital social 1 milhão de euros.
- SAUDAÇOR, capital social 50 mil euros.
- PAS, com o capital social de 150.000,00 € e que, com esse capital social, depois desenvolve as suas quatro participadas.
- INOVA, capital social 710.096,00 €. Participação da Região de 65,59%.
- Escola de Novas Tecnologias dos Açores, capital social 100.000,00 €. Participação da Região 22%.
- ARENA, capital social 1.127.535,00 €. Participação da Região 100%.
- Associação Açoriana de Formação Turística e Hoteleira, capital social 50.000,00 €. Participação da Região 50%.

Do ponto de vista de capitais próprios, ou seja, a adopção dos conceitos de fundos próprios, é esta a estrutura destas mesmas empresas e a responsabilidade que a Região tem nessa matéria é de multiplicar a sua estrutura de capital social pela sua percentagem de participação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Evidentemente que o Sr. Vice-Presidente não é obrigado a responder a nada. Aliás, eu tive o cuidado de referir a origem e, portanto, não tinha a ver com isso.

A pergunta pode ser feita de outra forma e, se me for permitido, incluo aqui as perguntas 10, 11 e 12. Vou fazer, dentro desses objectos, a pergunta de forma mais simples.

Quando são aqui trazidas as sociedades, muitas das quais votei também favoravelmente, são trazidas numa lógica de que se quer dar um dinamismo diferente em termos de organização, em termos daquilo que é a sua gestão e como em qualquer gestão, pelo menos meritória, as coisas para serem viáveis têm receitas e despesas. Chamando a isso o que se

quiser chamar, eu pergunto, não em concreto sobre cada um dos objectos, se o Sr. Vice-Presidente tem ideia, em cada uma dessas sociedades, mensalmente, anualmente, conforme entender melhor, de qual é o valor que a sociedade gera por si própria, porque foi isso que eu percebi quando as sociedades vieram aqui a esta Assembleia, percebi que não eram só para o endividamento, mas também haver um dinamismo quase empresarial e, portanto, saber se há, por elas próprias e em todas, algumas nós conhecemos, esse dinamismo? Queria saber, em concreto, se me pode ser respondido.

Portanto, as perguntas de todas as bancadas em relação à 10, 11 e 12, e replicando a 9, se o Sr. Presidente assim o deixar, cingir-se-iam a isso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Todas estas sociedades têm claramente uma coisa que nós temos que aqui clarificar, definir e objectivar.

Todas essas sociedades geram proveitos que permitem pagar aquilo que são os seus custos. Quando isso não acontecer têm situações de prejuízo. Todas elas, num conceito global, têm condições para isso.

Por exemplo, nós aguardamos, e temos todo o gosto em saber dentro de um mês ou dois, qual é a situação da relação entre os custos e os proveitos da SATA no final de 2005, o Sr. Secretário da Economia poderá falar sobre esta matéria, tendo em conta que houve uma variação acrescida dos preços do petróleo.

Por exemplo, a TAP que ia dar lucros passou a dar prejuízos.

Portanto, não são estas variações que estão aqui em causa.

Penso que a sua pergunta é pertinente em termos de se há sustentabilidade para a criação destas empresas. Isso deve ser analisado a dois níveis.

Se não houver a sustentabilidade do ponto de vista da relação custo/proveito, reduz o capital social e a estrutura base das sociedades e a sustentabilidade para fazer investimento.

Qualquer sociedade visa, como primeiro objectivo, ter uma relação equilibrada entre o custo e o proveito. Se isso não acontecer reduz o seu capital social e entra numa situação de “falência técnica”, em termos definidos na legislação normal das sociedades.

Nesse contexto posso assegurar que nenhuma sociedade destas tem uma relação entre custos e proveitos que ponha em causa o seu capital social.

Do ponto de vista de estrutura de sociedade, sobrevivência, manutenção, relação entre custo e proveito, todas elas estão perfeitamente equilibradas.

Em 2005 fizemos, com o processo de reprivatização da EDA e com as suas receitas, um reforço de estrutura de capital social de algumas sociedades que estavam claramente descapitalizadas, por via do passado. Refiro-me, por exemplo, à Lotaçor que era uma associação que estava claramente descapitalizada e que teve um grande reforço de capital, empresa que não tem, no contexto global, muita importância, mas nós fizemos questão de o fazer.

Fizemos também em relação à empresa de Transportes Colectivos de Santa Maria onde reforçámos o capital social e criámos uma empresa devidamente capitalizada e sustentável do ponto de vista de futuro e conseqüentemente passível de ser alienada para privados.

Outra coisa é o aumento do imobilizado ou a utilização operacional dessas sociedades para concretizar investimento.

Um mecanismo que existe para concretização de investimentos é claramente a forma de identificação dos investimentos que são competência directa dessas sociedades e por essa via financiadas pela própria sociedade ou aquilo que são investimentos que não fazem parte directamente da acção do dia-a-dia dessas sociedades e que, quando executam esses investimentos, carecem de enquadramento que é um contrato programa com a Administração Regional.

A Administração Regional identifica quais são os investimentos a realizar, quais os custos desses investimentos, qual a sua forma de financiamento e de responsabilidade, não onerando essas sociedades pelo investimento que é feito. Neste contexto existe claramente uma componente substancial de investimentos que são protocolados com o Governo Regional de forma a assegurar o seu investimento, porque esse investimento é feito claramente fora do âmbito da capacidade de geração de *cash flow*, ou seja, de proveitos para a actividade própria das sociedades.

Há aqui um conceito que é muito importante todos termos em conta.

Pode-se discutir, por exemplo, a questão da ampliação de um porto comercial, para sermos mais práticos e menos teóricos.

Pode-me dizer que a ampliação desse porto deve ser feita directamente pela Administração Regional ou pela Administração Portuária.

Eu tenho, como opinião, e penso que será também opinião consensual desta casa, que o mesmo deve ser feito pela Administração Portuária, até por uma questão económica.

Como sabe, as obras feitas directamente pela Região não permitem a dedução do IVA, ou seja, o encargo para a Região da ampliação de um porto é igual ao valor facturado mais o encargo de IVA que, não constituindo receita da Região, porque a Região recebe IVA por via da capitação, o IVA cobrado acresce a 100% no custo da obra e a Região só recebe 2,29% dessa receita. É claramente um mau negócio.

Se a obra for imputada e concretizada pela administração portuária, o IVA é reembolsado à administração portuária, o que quer dizer que essa obra fica, para os cofres da Região, 15% mais barata.

Portanto, há aqui também claramente, do ponto de vista económico e financeiro, uma opção que é de poupança efectiva para a Região e que algumas obras, enquadradas no espírito e no objecto dessas mesmas sociedades, sejam realizadas pelas mesmas, sem qualquer tipo de complexo ou de restrição do ponto de vista da sua execução.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Vice-Presidente do Governo tem feito nesta questão um conjunto de precisões sobre conceitos de natureza económica e contabilística que são correctas - posso reconhecer isso. Todavia, se bem interpreto a pergunta formulada pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão (e se interpreto mal, ele que me desculpe, transformo-a em pergunta minha), a referência ao conceito de “fundos próprios”, penso que tinha a ver com a indagação sobre a origem das receitas e, portanto, deve ser entendida no sentido de “receitas próprias”.

Essa pergunta tem cabimento e pertinência. Aliás, prende-se com a pergunta que formulei anteriormente e que se pode sintetizar com a formulação da seguinte questão: quais as receitas próprias resultantes da actividade das empresas, - vamos tomar como exemplo a SPRHI e a Saudaçor - para além daquelas que são provenientes do Orçamento Regional?

Nessa matéria, Sr. Vice-Presidente, convinha não escamotear mais o assunto e não recluir, se for esse o caso, reconhecer que a única fonte de receita é o Orçamento Regional. Isto é particularmente importante para chegarmos ou não à conclusão de que na verdade se pratica desorçamentação sistemática.

Nesta matéria, as coisas são muito simples: se as empresas, no exercício da sua actividade normal, não geram receitas próprias no sentido em que me estou a referir, então as dívidas que não são efectivas em termos jurídicos, que são apenas potenciais, porque, como sabe, os avales são meras garantias duma dívida, virão fatalmente a converter-se em dívidas efectivas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(* **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente:

Queria congratular-me pela pergunta do Sr. Deputado Alberto Pereira e por ter confirmado a minha interpretação sobre a questão do conceito de aval e do nível de endividamento das empresas, que eu não quero voltar a discutir, mas que saliento essa confirmação e concordância com a minha posição.

Agradeço o seu contributo para este debate e o reconhecimento da minha questão em relação a esta matéria.

Vamos ser muito claros sobre a estrutura de financiamento e de funcionamento das sociedades anónimas.

Deputado Alberto Pereira (*PSD*): Está falando da Administração Regional?

O Orador: Não há, nem nunca haverá financiamento da Administração Regional para os custos dessas mesmas sociedades que não tenham enquadramento numa lógica objectiva de prestação de serviços, enquadrados nas actividades destas sociedades. Ou seja, o Governo Regional não pode, não fez e nunca fará o financiamento dos custos de funcionamento dessas entidades.

Em relação ao investimento existe, como disse há pouco, por via de contratos programa, investimentos que são contratualizados com essas sociedades para que os executem e que são enquadrados nos objectivos e nos programas da própria Administração Regional. Isto é claríssimo.

A quem é que cabe fazer a reconstrução do Faial e do Pico? Ao Governo Regional.

Quem é que está a executar operativamente a reconstrução do Faial e do Pico? A SPRHI. Como? Através de contrato-programa. Quem é que financia a SPRHI para a concretização desse objectivo que é do Governo Regional? É o Governo Regional, através de contrato-programa. Isto é claro, objectivo e transparente.

Portanto, não vejo onde é que nesta matéria existe qualquer dúvida sobre esta situação.

Como é que essas empresas suportam o seu custo de funcionamento? Através das receitas próprias que gerem.

Vamos entender-nos sobre esta matéria.

Se não for por via do aumento do capital social das empresas, a Região não pode financiar essas empresas que não seja para a concretização de investimento e como não têm feito aumentos de capital social, para além daqueles que fizeram no âmbito da reprivatização da EDA e que essencialmente teve a ver com a SATA e com situações de estrutura e de consolidação financeira, há um equilíbrio entre uma questão e outra.

Quais são as receitas que as empresas têm? A sua forma de prestação de serviços. Essas empresas fazem, como qualquer empresa, uma prestação de serviços que constitui uma receita e um proveito para a própria empresa.

Presidente: O Sr. Deputado Alberto Pereira pode explicar-me o seu pedido para uso da palavra.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Não considero respondida a minha pergunta na parte substancial e por isso queria colocar novamente a pergunta.

Presidente: Não pode, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Eu prescindi de algumas perguntas, pedi anuência da Câmara que penso que tive e, portanto, espero que agora não seja para se falar de objectos sobre os quais eu não falei.

Obrigado.

Presidente: Tem que se cumprir a regra de uma pergunta por cada grupo parlamentar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou formular a minha 12ª pergunta.

A minha pergunta vem também na sequência do que o Sr. Deputado Alberto Pereira queria perguntar que tinha a ver com receitas próprias ou proveitos.

Não tendo o Sr. Vice-Presidente respondido em concreto àquela que era a questão de saber quais os proveitos não protocolados, daí a expressão, ainda que imprópria, de fundos

próprios, nem tendo respondido aqui, quando fiz a junção da 10ª e 11ª, e dito, por exemplo, esta empresa tem x de receitas próprias, aquela tem x, diga agora que não tem os dados ou a empresa não tem receitas próprias, mas vai ter a oportunidade de responder a isso através da 12ª pergunta que é a seguinte:

Qual é - vai dizer-me novamente que a expressão não é correcta, mas fá-la-ei mesmo assim - o saldo entre os custos que a Região tem com essa sociedade e os proveitos próprios, retirando os protocolados?

Uma vez que isto vem na sequência da anterior e que não me foi respondido quais os proveitos próprios, acredito que não será fácil responder a esta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo:

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Gusmão:

Eu tenho todo o gosto em responder a todas as suas perguntas da forma mais precisa possível, agora eu não posso responder, como compreende, a perguntas perante conceitos que não existem.

Volto a referir o mesmo: as empresas não têm receitas próprias, têm proveitos e ...

Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Então diga os proveitos.

O Orador: ... voltando à pergunta seguinte, as empresas também não têm saldos, têm lucros ou prejuízos. Quem tem saldos é o orçamento da própria Região. É este enquadramento que deve ser dito.

Eu posso dizer-lhe que não tenho os dados de 2005, porque, como sabe, não podemos ter dados que ainda não existem.

Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Pode dizer os de 2004!

O Orador: Os dados de 2004, se permite a remissão, estão na página 90 do Orçamento da Região e está lá o resultado líquido que é o que as empresas têm.

O que responde exactamente à sua pergunta é a diferença entre os proveitos e os custos.

Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Não é essa a pergunta!

O Orador: O senhor pergunta quais são os proveitos das empresas e digo-lhe qual é a diferença entre os proveitos e os custos, o que representa mais do que se está a perguntar.

Uma empresa pode ter um proveito de 100, mas se tiver um custo de 200, não lhe serve de nada ter esse proveito.

O que é lógico responder nesta matéria é a diferença entre os proveitos e os custos, que provém do resultado líquido apurado.

Como já referi, o resultado de 2005 terei todo o gosto em trazê-lo aqui na sessão de Junho, se assim o entenderem, após a aprovação das contas das sociedades de 2005, agora não podemos é debater aqui em Abril as contas das sociedades referentes a 2005, quando as mesmas não estão aprovadas, quando as mesmas, do ponto de vista legal, não existem e corria o risco de estar aqui a dar números que depois não correspondiam à verdade. Só correspondem à verdade depois de serem devidamente referenciadas e aprovadas pelos técnicos oficiais de contas, aprovadas em assembleia geral. Só a partir daí é que nós temos as contas.

Portanto, não podemos dar esses dados, porque eles não existem, não existem para as sociedades anónimas de capitais públicos, como não existirão para qualquer sociedade anónima.

É este o funcionamento da economia e do direito relacionado com as sociedades e não podemos alterar nem sermos responsabilizados por não darmos informação daquilo que neste momento não existe, porque a lei assim o diz.

Em relação a 2004, falando dos proveitos e dos custos, existiram efectivamente quatro sociedades que tiveram resultado líquido negativo - havia 5, mas uma já está totalmente privatizada, que é a Verdegolf - e as quatro que tiveram resultado negativo foram a Empresa de Transportes Colectivos de Santa Maria com um resultado líquido negativo de 36.243,01 €; Pousadas de Juventude dos Açores com 14.055,07 €; Teatro Micaelense, Centro Cultural e de Congressos com 1.863.056,10 €; Lotaçor com 1.193.828,00 €; a Portos dos Açores SGPS com 1.512.061,00 €, bem como a ARENA, Associação Regional de Energia dos Açores, em que a Região tem uma participação, com um prejuízo negativo de 3.425,00 €

As restantes sociedades tiveram lucro, nomeadamente a Transmaçor com um lucro de 23,402,00 €; Fábrica de Tabaco Micaelense com 316.215,00 €; EDA com 7.936.017,00 €; SATA com 3.987.239,00 €; SPRHI teve um resultado líquido positivo de 10.963,27 €.

Respondendo concretamente à pergunta do Sr. Deputado Alberto Pereira, os proveitos gerados pela SPRHI foram em 10.963,27 € superiores aos seus custos.

O INOVA teve um resultado líquido positivo de 107.366,00 €.

Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Eu especifiquei dentro do saldo o que é que queria.

O Orador: O saldo numa empresa é o resultado líquido e eu estou a dar-lhe o resultado líquido.

O senhor pergunta qual é o saldo e fez remissão à pergunta 12 e eu estou a dar-lhe o saldo, que não se chama saldo, mas resultado líquido.

Eu não tenho aqui a informação, mas não é irrelevante, como contributo para a reflexão, analisar os proveitos sem analisar os custos.

Presidente: Sr. Vice-Presidente, terminou o seu tempo.

O Orador: Concluo já, Sr. Presidente.

O que é que interessa estar aqui a debater se uma empresa tem um proveito de 100 e tem um custo de 150? Tem um prejuízo de 50. Interessa é a informação que é trazida a esta casa dos resultados líquidos, que é a diferença entre os proveitos e os custos. Isso é que é o essencial.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Gusmão quer replicar?

(*) **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Sr. Presidente, é só para deixar um registo.

De facto, o que eu queria saber, fosse de 2004 ou de 2005, era se o Governo tinha esse dado entre os proveitos ou receitas próprias, como entender, não os protocolados, não os que vêm através dos tais fundos, e aquelas que são as despesas correntes para efeitos de saber se são, de facto, rentáveis.

Era só saber se o Governo tem ou não esses dados? Não tem, respeito-o e exercerei outras formas para obtê-los.

Agora, pelo amor de Deus, não me leia as contas de 2004, porque eu não perguntei isso.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo:

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Se o senhor perguntou quais eram os saldos das sociedades, os saldos são estes que eu dei.

Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Eu especifiquei dentro do saldo é que é que queria.

O Orador: Sim, mas não pode ver a casa só por um lado, tem de ver pelos dois e a combinação dos dois é que dá a informação correcta.

Apesar do senhor não ter clarificado na sua pergunta, eu percebo o que é que o senhor pretende saber e o que pretende saber foi a resposta que já lhe dei.

Se aquilo que é protocolado, se aquilo que é, em exercício da actividade das sociedades, os seus proveitos, correspondem aos encargos que têm e precisamente os dados que lhe dei é a resposta a essa pergunta.

Respondendo-lhe mais concretamente sobre uma sociedade, e posso escolher por exemplo a SATA: os seus proveitos são suficientes para cobrir os seus custos, porque os proveitos foram em 3.987.000 € superiores aos seus custos.

Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Nesses proveitos está incluída a parte da Região?

O Orador: Sr. Deputado, temos que definir conceitos e não podemos estar aqui indefinidamente a falar de conceitos. Nós estamos a falar de sociedades e elas têm regras, classificações, forma de contabilização e temos de responder com essas regras que são definidas para todas as sociedades e não só para estas. Não podemos aplicar à contabilidade das sociedades lógicas que não são associadas às mesmas.

A participação do Governo nas sociedades está clarificada no âmbito do Capítulo 40 do Plano da Região, ao qual acresce, e vou usar a sua expressão, apesar de estar errada, as *receitas próprias* que as sociedades conseguem obter, como aquilo que é das competências, dos objectivos ou dos programas que têm verdadeiramente a ver com a Região, o montante está definido na coluna ao lado do Capítulo 40 do Plano.

Portanto, está aqui acção por acção, projecto por projecto, sociedade por sociedade e que se identifica, em função de cada acção, qual é a sociedade. Isto é sempre discutido, aprovado e analisado no âmbito do Orçamento e do Plano da Região.

Neste contexto, penso que o dado mais objectivo é aquele que referi e que citei, mas se quiser só a coluna dos proveitos ou só a coluna dos custos e ainda se quiser uma outra coisa que o senhor pretende saber e que não pediu, mas que, se pedir, nós teremos todo o gosto em fornecer-lhe e discutir, que é a referência ao relacionamento financeiro, do ponto de vista de investimento, entre as empresas e a Administração Regional, que está referido e inscrito no Plano de investimentos...

Presidente: Desculpe, Sr. Vice-Presidente, mas se o Sr. Deputado não pediu, agradeço que não responda e não diga mais nada.

O Orador: Eu só estou a contribuir para que este debate não fique por aqui e para aperfeiçoar o nível de perguntas, para que possamos sair todos daqui, não só esclarecidos, mas com as contas e as situações para um futuro debate sobre esta matéria.

Eu não quero, de maneira nenhuma, que depois se diga que o Governo Regional não só se disponibilizou para esclarecer o que foi solicitado, como sugeriu formas de obter mais informações.

Presidente: Não dirão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É meu entendimento que o comentário e a questão que vou formular se enquadram neste objecto, mas devo dizer, desde já, que no caso do Sr. Deputado Paulo Gusmão discordar - porque há pouco fez-me uma reprimenda que dispenso - tenho que lhe dizer que o sentido das nossas intervenções é tão só o de introduzir mais precisão nas perguntas, e contribuir para a conclusividade das respostas do Governo, coisa que não está a acontecer.

Portanto, dispenso remoques desse tipo, Sr. Deputado, porque senão terei de concluir, coisa que não quero fazer, que V. Exa. está interessado não tanto em ser esclarecido, mas apenas em monopolizar o momento parlamentar e esse direito também não o tem, nem política nem regimentalmente.

Relativamente à questão que importa e à última intervenção do Sr. Vice-Presidente, porque estas últimas três questões, como é evidente, estão relacionadas, nós entendemo-nos quanto aos conceitos, porque também não há grandes dúvidas sobre isso. Agora não nos entendemos é quanto às conclusões. Aí é que está o problema, porque V. Exa., Sr. Vice-Presidente, nunca tira todas as conclusões. Com a malícia que se lhe reconhece, é claro!

Aliás, à questão que foi formulada e que está relacionada também com a pergunta do Sr. Deputado Paulo Gusmão, V. Exa. não respondeu à parte mais importante que é a seguinte: quais eram - e dei o exemplo relativamente à SPRHI e à SAUDAÇOR - as receitas próprias resultantes da actividade normal das empresas, sabendo de antemão que há receitas provenientes do Orçamento Regional e que, aliás, por isso é que não se referiram as empresas como a SATA e como a EDA, porque essas, é obvio que têm “receitas próprias”, no sentido em que usei a expressão.

Se, de facto, a actividade normal destas empresas não gera essas “receitas próprias” e se as empresas são alimentadas exclusivamente pelo Orçamento Regional, então o Sr. Vice-Presidente, por favor, tire, por mera honestidade intelectual, a seguinte conclusão: se a

empresa não gera receitas próprias pela sua actividade normal, não poderá cumprir, por si, fatalmente, as dívidas assumidas e, portanto, os avales iriam, inevitavelmente, converter-se em dívida efectiva. Por que é que não se convertem em dívida efectiva? Porque o Governo Regional, através do Orçamento Regional, alimenta a 100% estas empresas e, na prática, garante que a dívida seja paga antes de deixar de ser cumprida.

Isto é pura engenharia, é um mero expediente técnico, ou seja, os avales são meramente formais. Na prática, são simples cartas conforto (que praticamente anulam o risco para a Banca) e é uma perfeita anedota, nesse cenário, considerar que não é dívida da Região. É dívida da Região sim, e é dívida desde o início.

Obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Portanto, eu insisto na pergunta: quais são as receitas próprias destas empresas que referi?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(* **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sr. Deputado Alberto Pereira, eu para poder ter também um esclarecimento sobre o conceito que a vossa bancada tem sobre estas matérias, se calhar deviam previamente definir quais são os conceitos - e não vou referir nada do que o Sr. Deputado António Marinho disse, porque ele não está presente, - porque não me parece que haja uma universalidade de conceitos, mas não é isso que interessa.

Respondendo concretamente à sua pergunta: quais são as receitas, por exemplo, que a SPRHI teve em 2005?

Deputado Alberto Pereira (PSD): As receitas próprias ou os proveitos.

O Orador: Eu já expliquei que as empresas não têm receitas próprias. Se me perguntar quais são as receitas próprias eu digo que são zero, porque não existem.

As empresas não têm receitas próprias, mas, sim, proveitos e custos.

Deputado Alberto Pereira (PSD): No conceito que há pouco frisámos.

O Orador: Eu ainda não percebi o que é que o senhor quer saber.

Se me pergunta quais são as receitas próprias da empresa, eu digo que nenhuma empresa tem receitas próprias. Não são as sociedades anónimas. Nenhuma empresa tem receitas próprias. Se me encontrar uma empresa no país que tenha receitas próprias, diga-me.

Eu acabei de lhe citar mais do que isso, citei-lhe os proveitos e os custos da empresa.

Eu vou fazer de conta...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não precisa de fazer de conta, tem é que responder.

O Orador: Sr. Deputado, eu não posso responder a uma coisa que não existe.

O Sr. Deputado pergunta-me uma coisa que não existe e eu não lhe posso responder. Tem é de fazer a pergunta correcta para lhe dar a resposta.

O senhor pergunta-me qual é a receita própria de uma empresa e eu digo-lhe que não há nenhuma empresa no país que tenha receitas próprias. O que é que quer que lhe diga mais?

Deputado Alberto Pereira (PSD): Proveitos resultantes da actividade própria das empresas.

O Orador: Ah, agora estar a perguntar quais os proveitos, mas a pergunta que fez foi sobre receitas próprias.

Salientamos que neste debate o Grupo Parlamentar do PSD já percebeu qual era a diferença entre receitas próprias e proveitos. É já uma evolução nesta matéria.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Na minha intervenção anterior já falei sobre isso.

O Orador: Querem os dados de 2005 da SPRHI, que são provisórios, porque, como sabem, as contas não estão aprovadas.

A SPRHI teve custos de 20,8 milhões de euros em relação à reconstrução e teve custos com despesas com pessoal, despesas normais de funcionamento de 0,6 milhões de euros, ou seja, teve custos de 21,4 milhões de euros.

Segundo o conceito que refere, teve de receitas próprias 17 milhões de euros.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Não fuja à questão.

O Orador: Portanto, teve uma diferença entre custos e proveitos de 4,2 milhões de euros, mas não são receitas próprias.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Quanto aos avales e quanto à dívida?

O Orador: Vamos voltar à primeira pergunta? Eu já respondi.

O que é que pretende saber?

Deputado Alberto Pereira (PSD): Quais são os proveitos?

O Orador: Eu já respondi, mas vou explicar-lhe melhor: os proveitos são o somatório dos valores de vendas de bens e serviços, mais os proveitos financeiros e todas as contas da classe 7, que todas somadas dão os proveitos.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Está quase a levar com um protesto. Está a brincar com as pessoas. Está a brincar com a Assembleia.

O Orador: Desculpem, mas julgo que a minha função aqui não é dar aulas, porque eu não sei, nem tenho conhecimentos mínimos de contabilidade. Não é essa a minha função.

Se os senhores perguntam coisas que não existem, eu tenho que explicar aquilo que existe.

O senhor perguntou-me quais eram os proveitos e eu respondi-lhe que eram o somatório dos valores de vendas de bens e serviços.

Presidente: O Sr. Deputado Alberto Pereira pede a palavra para?

Deputado Alberto Pereira (PSD): Para reformular a pergunta. Se não for possível, faço um protesto.

Presidente: O Sr. Deputado faz uma pergunta e o Governo responde a essa pergunta como quer e não posso obrigar o Sr. Vice-Presidente a responder de outra forma. Ninguém pode obrigar um deputado ou membro do Governo a responder como o senhor quer.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Quero fazer um protesto.

Presidente: Vou ver se, nos termos regimentais, pode fazer um protesto.

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira para um protesto.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O protesto que, lamentavelmente, me vejo obrigado a fazer nesta Assembleia dirige-se à actuação do Sr. Vice-Presidente do Governo, à sua atitude de princípio, e não, obviamente, ao teor das suas respostas, mas pelo propósito claro evidenciado, ao fim de tantas perguntas, de pura e simplesmente não responder às questões e de atentar, do meu ponto de vista, contra a dignidade desta Assembleia e dos seus Deputados.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Não é admissível que, formuladas as questões de duas ou três maneiras diferentes, à vontade do Sr. Vice-Presidente, de forma a provocar, de forma simples e honesta, uma resposta conclusiva, invariavelmente se agarre maliciosamente a conceitos de

natureza económica e contabilística para se desviar do objecto e não responder à questão, insultando dessa forma a inteligência dos interpelantes.

O Sr. Vice-Presidente, respondeu correctamente à primeira pergunta e anunciava, assim, um registo bem diferente daquele que se seguiu e que se traduz sempre neste problema, que é: podemos estar de acordo quanto aos conceitos, nunca estamos de acordo quanto às conclusões e o Sr. Vice-Presidente, seja em que circunstância for, não quer tirar conclusões.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não. O senhor quer é que a gente tire a sua conclusão.

O Orador: A questão que eu coloquei foi muito simples: quais são os proveitos resultantes de actividades próprias destas empresas, que sejam afectáveis às dívidas por elas contraídas? Se não existem, como pensamos que não existem, e se elas são exclusivamente financiadas pelo Orçamento Regional, então pedia que me acompanhasse neste raciocínio: os avales são ...

Presidente: Sr. Deputado, o senhor já extravasou o objecto do protesto e já está a fazer perguntas outra vez. O senhor tem que me ajudar, senão eu não consigo moderar esta sessão.

O Orador: A conclusão que eu peço ao Sr. Vice-Presidente de forma a restaurar a dignidade deste debate, é responder sintética,...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): É o que estamos a fazer.

O Orador: ... mas conclusivamente à questão claríssima que se pôs há pouco e não voltar a atentar da forma grosseira e primária que se tem verificado, contra a dignidade dos debates desta Assembleia e dos seus deputados. Os deputados têm o direito de fazer o que nós estamos a fazer.

Presidente: Tem a palavra ao Sr. Secretário Regional da Presidência para um contra-protesto.

(*) **Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para fazer um contra-protesto em relação a esta intervenção do Sr. Deputado Alberto Pereira, porque ao fim de três horas duma sessão de perguntas ao Sr. Vice-Presidente do Governo, acusar o Governo Regional de não querer responder, de estar a pôr em causa a dignidade dos debates desta Assembleia, ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): E é verdade.

O Orador: ... é algo que não só merece uma refutação, como merece o mais veemente contra-protesto pela atitude irreflectida e completamente despropositada que o Sr. Deputado Alberto Pereira acabou de tomar aqui nesta casa.

Portanto, o Governo Regional...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Falou de Bruxelas, de Sócrates e não responde às perguntas.

O Orador: ... já demonstrou ao longo de três horas...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Que não quer responder às perguntas.

O Orador: ... de debate e de perguntas que está disponível para responder às questões que os Srs. Deputados colocam.

O Governo Regional já foi acusado aqui hoje de responder às perguntas com demasiado detalhe.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É uma maneira de não responder.

O Orador: Portanto, não é possível aceitar que se esteja aqui nesta casa como se o Governo Regional estivesse numa prova oral, porque não está e o entendimento que o PSD deixou transparecer neste protesto e em relação à forma como tem colocado as questões, é de que o Governo Regional está numa prova oral.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mas deve explicação aos deputados!

O Orador: Muito claramente o Governo Regional tem questões para responder, mas responde da forma como entende que deve responder e os senhores fazem a leitura política que quiserem fazer. É isso que se passa aqui.

O Governo não é obrigado a responder da forma como os senhores querem, da mesma forma que os senhores não fazem a pergunta da forma como o Governo Regional quer.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mas tem que responder.

O Orador: Portanto, em termos de dignidade, Sr. Deputado Alberto Pereira, estamos conversados.

O Governo continuará aqui nesta e noutras sessões a responder às questões que os Srs. Deputados colocarem.

Agora, em relação a esta matéria, pelo menos da nossa parte, é bom que fique uma coisa perfeitamente esclarecida: não é o senhor, nem é a bancada do PSD que vão dizer quando é

que o Governo está ou não a dignificar esta Assembleia, sob pena de então entrarmos aqui todos no mesmo tipo de juízo e fazer uma análise perfeitamente negativa da forma como os senhores se têm portado neste debate.

Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Os senhores é que fazem essa avaliação. O Sr. Presidente do Governo é que faz isso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pergunta 13^a.

Fazendo só um pequeno esclarecimento ao Sr. Vice-Presidente em relação ao conselho que me deu para investir em mais uma pergunta que tem a ver com o investimento, pois é por isso mesmo que deixo de prescindir, porque entretanto a 4^a foi a tal pergunta que foi respondida só relativamente a 2005.

A pergunta 13^a é: quantos lugares de administração e nomeação existem nessas sociedades? Se sabe? Se me pode dizer?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo para responder.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Permita-me, Sr. Presidente, identificar uma pergunta concreta, bem formulada e que merece uma resposta.

O Sr. Deputado Alberto Pereira há pouco disse...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, houve um protesto e um contra-protesto e já foi colocada outra pergunta.

Presidente: Sr. Vice-Presidente, responda à pergunta do Sr. Deputado Paulo Gusmão.

O Orador: Eu respondo à pergunta dizendo que tendo dito quais eram os proveitos da SPRHI, o senhor disse que eu não respondi, porque queria era saber quais eram os proveitos de actividades próprias da empresa.

Sr. Deputado, as questões têm que ser técnicas e todo o proveito é da actividade própria da empresa. Proveito é igual a actividade própria da empresa.

Eu não queria dizer isto, mas vou ter que dizer: se o senhor não sabe os princípios mínimos de contabilidade pública e empresarial para fazer este debate, ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, o Sr. Vice-Presidente não está a responder à pergunta.

O Orador: ... se não sabe formular as perguntas, se se enganou nos conceitos, os confunde e os troca, não pode pedir que nós estejamos aqui a adivinhar aquilo que os senhores pretendiam dizer, dizendo coisas completamente contrárias. É esta a verdade.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Eu tenho tido, ao longo de três horas, o máximo de paciência, de pedagogia e de diplomacia para tentar interpretar aquilo que os senhores pretendem dizer, dizendo e utilizando conceitos errados.

Deputado Alberto Pereira (PSD): V. Exa. chegou a congratular-se com a pergunta inicial.

O Orador: O senhor disse que queria saber era os proveitos pela actividade própria da empresa e considerava um desrespeito para esta Assembleia ter respondido com os proveitos. Ora bem, todos os proveitos são de actividades próprias da empresa, porque se não fossem de actividades próprias, não eram proveitos. Isto é um princípio básico de contabilidade empresarial. Se não sabe isso, ...

Deputado Alberto Pereira (PSD): Quais são?

O Orador: ... não tem condições para formular perguntas que possam merecer uma resposta concreta sobre esta matéria. Estamos entendidos sobre isso.

Em relação à questão colocada, e muito bem, pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão, posso-lhe dizer empresa a empresa, conselho de administração a conselho de administração.

Começando pelas maiores, a EDA tem um Conselho de Administração constituído por 7 pessoas, das quais 4 são indicadas pela Região e 3 pelos accionistas privados e tem, da parte da Região, 3 administradores a tempo inteiro.

Sei que tem a seguir uma pergunta sobre vencimentos e se quiser respondo-lhe já, um a um, para pouparmos tempo, porque é uma pergunta concreta e objectiva.

Presidente do Conselho de Administração da EDA, vencimento base 4.011,48 €, despesas de representação 1.203,44 €; total de remuneração bruta mensal 5.214,92 €.

Vogais, vencimento base 3.646,80 €; despesas de representação 911,70 €.

Depois temos aqueles que são dos quadros da EDA que têm subsídio de antiguidade que é atribuído a todos os funcionários como é o caso concreto de 2 dos 6 vogais indicados pela Região, que são funcionários da própria EDA e por isso têm subsídio de antiguidade que varia entre 224,70 € para a Sra. Administradora Maria José Gil e 203,30 € para o Sr. Administrador Francisco Botelho e o Sr. Vogal, Mário Mendes tem um subsídio de antiguidade de 74,80 €. Estamos a falar da EDA.

A SATA tem um Conselho de Administração constituído por 3 administradores indicados pela Região, um presidente e dois vogais.

O vencimento base do presidente é de 4.346,00 €, com despesas de representação de 1.303,80 €, com um total de remuneração de 5.649,80 € e os vogais têm uma remuneração total bruta de 4.938,75 €.

O Presidente e esses mesmos vogais fazem parte das outras empresas participadas da SATA e na SATA Internacional o presidente e os vogais ganham zero.

Na SATA e gestão de Aeródromos o Presidente e os vogais ganham zero e em todas as outras empresas do Grupo SATA ganham zero.

Portanto, por fazerem parte das outras empresas do Grupo SATA, apenas têm um vencimento por uma empresa, com exceção da SATA Internacional que tem um vogal diferenciado que ganha 4.938,75 €, vencimento igual a todos os outros vogais.

Em relação aos Portos da Região, como os senhores sabem, eles têm uma SGPS que tem um presidente e dois vogais, dos quais um não remunerado. O presidente dos Portos dos Açores tem uma remuneração bruta mensal de 5.102,71 € e o vogal 4.460,40 €.

O Presidente da Administração Portuária da Terceira e Graciosa tem uma remuneração de 5.025,00 € e tem mais um vogal que também tem rendimento. O outro vogal não tem remuneração, porque a sua remuneração é na administração portuária da SGPS.

Na Administração dos Portos de S. Miguel e Santa Maria o seu presidente tem um vencimento também de 5.025,00 € e tem apenas um vogal remunerado que ganha 4.348,00 €.

Na Administração dos Portos das ilhas Triângulo e Ocidente, o presidente ganha 5.025,00 € por mês e tem 2 vogais que ganham 4.348,00 € cada.

A Atlântico Line, empresa do grupo, tem um conselho de administração de três pessoas, duas delas não têm vencimento, sendo apenas o presidente remunerado com um vencimento mensal de 5.025,00 €.

A empresa “Ilhas de Valor” tem apenas uma pessoa remunerada que é o presidente do conselho de administração com um vencimento ilíquido mensal de 1.268,00, o mesmo vencimento que tinha da sua remuneração base, acrescido de uma remuneração ilíquida de 1.364,00 €.

Posso continuar nas outras empresas. A Lotaçor, por exemplo, só o presidente do conselho de administração é que tem remuneração; os outros dois administradores são não executivos e não têm qualquer remuneração.

SAUDAÇOR tem um conselho de administração com três elementos e que tem referenciados como vencimento exactamente o montante de 5.025,00 € para o presidente e 4.348,00 € para cada um dos outros dois membros do conselho de administração.

A SPRHI tem um conselho de administração com três elementos, tendo o presidente um vencimento de 4.750,00 € e os vogais com 4.550,00 € cada.

Portanto, quem estava à espera de, nesta matéria, ver aqui uma panóplia de vencimentos, de remunerações, chegou à conclusão que temos “n” empresas...

Deputado Clélio Meneses (PSD): E não é?

O Orador: Eu não estou a tirar conclusões, porque quando me fazem uma pergunta o que eu tenho que fazer é responder ao que me perguntam e não concluir. Quem cabe concluir é quem pergunta e não quem responde.

Há pouco foi aqui falado por um Sr. Deputado, já não me lembro qual, que nunca tirava conclusões quando intervinha. Aquilo que é óbvio é que quem pergunta, pergunta, quem responde informa e quem pergunta tira as conclusões sobre a resposta que é dada.

Neste contexto é esta a informação objectiva, rigorosa e transparente, porque a pergunta também foi objectiva.

Penso que com isto não só respondi à pergunta 13, como à 14, 15 e 16 e, portanto, respondi a 4 em 1, de forma objectiva e concreta.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): *Muito bem!*

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Gusmão considera respondidas estas perguntas até à 16?

(*) Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Obviamente que sim e agradeço os dados concretos trazidos aqui pelo Sr. Vice-Presidente. Não estava à espera de com isso concluir que era muito ou pouco, estava à espera de ter os dados. São esses os dados e resta-me somá-los e fazer esse juízo de valor. Se V. Exa. porventura tiver essa soma já feita, agradecia que me a desse. Se não tiver fá-la-ei, porque não é só perguntar, também tenho que ter algum trabalho e a tempo concluirei.

Mas, há uma pergunta que fiz, que não me foi respondida, que era quantos lugares são ao todo e, portanto, acho que essa soma já me pode ser dada e com isso específico novamente a primeira pergunta que era sobre os lugares de administração, que já me respondeu a esses, mas também saber se há, para além desses, mais algum lugar de nomeação?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(* **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Cabe-me identificar qual a função da Administração Regional no seu relacionamento com estas sociedades.

A Administração Regional, sendo accionista, participa nas assembleias gerais e são estas que elegem o conselho de administração, que definem, no âmbito do enquadramento do Estatuto de Gestor Público Regional e dentro da baliza definida por esse instrumento legislativo, qual é o montante do vencimento e, portanto, não é uma questão de nomeação, mas de eleição.

A partir daí não há, por parte do Governo Regional, mais nenhuma nomeação de qualquer cargo, porque isto é uma competência da própria sociedade e não do Governo.

Portanto, respondendo concretamente à sua pergunta, não há mais nomeações, nem há nomeações para estes cargos, porque as pessoas que os ocupam são eleitas em assembleia geral de accionistas, que pode ter a Região como maioritária ou não.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Só nomeia. A assembleia geral elege.

Presidente: Não havendo mais esclarecimentos sobre esta matéria, vamos passar à pergunta seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(* **Deputado Paulo Gusmão** (*Indep.*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Se me fosse permitido juntaria, pelo menos para terminar a parte das sociedades, as perguntas 17 e 18 e que têm a ver com uma matéria que já foi aqui levantada, embora noutra parâmetro, pelo Sr. Deputado José do Rego.

A pergunta 17 é a seguinte: com que receita será saldado cada um dos endividamentos contraídos por parte dessas empresas?

A pergunta 18, se me é permitido juntar, é a seguinte: em que data espera o Governo saldar cada um dos outros endividamentos contraídos?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente para responder às questões colocadas.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar quero esclarecer que não cabe ao Governo saldar o endividamento destas sociedades, porque isso compete às próprias sociedades.

Se me perguntar qual é a contratualização desses financiamentos em termos de cronograma de amortizações, eu terei todo o gosto em responder-lhe, mas quero lembrar que terei de o fazer um a um. Se assim o entender, poderei começar.

Em relação ao primeiro empréstimo da EDA de 1998, foi um empréstimo de 15 anos, que já não tem período de carência. Foi iniciado em 98 e terá a sua conclusão 15 anos após esse período e tem, no final de 2006, uma responsabilidade de 1.023.000,00 €.

O empréstimo de 1989 terá a sua conclusão em 2008, ou seja, dentro de dois anos e o montante ainda em dívida é de 1.025.000,00€.

Em relação ao empréstimo de 1992 da EDA, a sua conclusão é em 2012, com um empréstimo de 20 anos. Teve 5 anos de carência e neste momento a dívida é de 1.911.208,00 €.

O empréstimo de 1993 também foi por 20 anos e a sua amortização estará concluída em 2013. Neste momento tem em dívida 1.524.000,00 €, perante um empréstimo inicial de 10.474.000,00 €.

O empréstimo de 2003 terá a sua conclusão e amortização total em 2011. Foi um empréstimo por 15 anos, tendo neste momento em dívida 2.493.989,50 €.

O empréstimo de 2001, também para financiar o plano de investimentos a EDA de 1999 a 2004, tem um prazo de 15 anos e terá a sua conclusão em 2016.

O de 2002 também tem um prazo de 15 anos e terá o seu prazo de conclusão em 2017.

O de 2003 é também um empréstimo por 15 anos e terá o seu prazo de conclusão em 2018.

O de 2005 também tem um prazo de 15 anos e terá a sua conclusão em 2020.

O empréstimo da SOGEO de 2004 terá a sua conclusão em 2007.

O empréstimo da SATA que teve início em 1998, terá a sua conclusão em 2008.

O empréstimo da Lotaçor terá a sua conclusão no próximo ano de 2007.

A SPRHI contraiu o seu primeiro empréstimo em 2003 e terá a sua conclusão em 2010; o segundo empréstimo foi contraído em 2004, com um prazo de 4 anos, e terá a sua conclusão em 2008.

A Administração Portuária da Terceira e Graciosa contraiu um empréstimo em 2004 e terá a sua conclusão em 2019.

O empréstimo da Administração Portuária de S. Miguel e de Santa Maria iniciou-se em 2004, com um prazo de 2 anos e será totalmente amortizado até ao final deste ano.

O empréstimo da Administração dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental também foi iniciado em 2004, com um prazo de 4 anos e terá a sua conclusão em 2008.

A SAUDAÇOR fez o seu primeiro empréstimo em 2004 e terá a sua conclusão de amortização em 2014; o segundo foi em 2005 e terá também a sua conclusão em 2014.

Penso que respondi à sua pergunta.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Respondida esta pergunta, e não sendo lugar de conclusões, passo à pergunta 19.

Gostaria de saber se há estudos de viabilidade de cada uma dessas sociedades? Se existem, quais e quem os fez?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Todas estas sociedades para serem constituídas foram enquadradas numa perspectiva de viabilização, feita pelos próprios serviços.

Todos os resultados líquidos que elas apresentam demonstram que as mesmas são viáveis. Não há nenhuma sociedade aqui que esteja em perca da sua situação líquida que ponha em causa a sua sobrevivência ou a sua rentabilidade, ou seja, todas as sociedades, pela sua estrutura de funcionamento, são viáveis e irão, no futuro, continuar a existir e a sobreviver.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente: Quantas sociedades tenciona o Governo Regional vir a constituir até ao fim da presente legislatura?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(* Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começo por dizer que será muito menos que algumas câmaras têm constituído nos últimos tempos.

Respondendo à questão, nós neste momento temos uma estrutura do sector público empresarial que penso que é sólida, consolidada e estruturada.

Para além daquelas que formalmente estão neste momento em constituição, como é o caso da Natureza Viva, que mudou de nome, porque o nome não podia ser aquele, apesar de eu achar um nome muito bonito, e que vem hoje aqui à Assembleia, a perspectiva de futuro não prevê a constituição de novas sociedades, para além da Agência de Promoção e Investimento dos Açores, que tem um estatuto diferente, que brevemente virá a esta Assembleia, que não é uma sociedade, mas empresa pública empresarial, e das SGPS poderem constituir, sobre o capital já existente, suas participadas ou participarem em outras empresas, mas que não têm qualquer participação social da Região.

Isto não quer dizer que nalgumas matérias que nós consideremos que existe actividades que estão a ser assumidas por institutos públicos, fundos e serviços autónomos, não possam no futuro ser constituídas sociedades que abrangem precisamente essas funções com vista à sua abertura, no futuro, ao capital privado.

Posso referir concretamente o caso dum parte da Rede Regional da Abate e outras áreas que estão nesse âmbito.

No entanto, esta é uma matéria que carece de actualização circunstancial, consoante cada momento.

É esta a perspectiva do Governo neste momento, mas poderá ter a sua evolução no futuro. Dizer não como resposta, não posso dizer, nem ninguém poderá assumir esse compromisso até ao final do mandato, mas esta é a perspectiva actual do Governo, além das sociedades que estejam eventualmente, do ponto de vista formal, a ser constituídas neste momento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Dentro das sociedades existentes, quantos avales e que montantes pretende, até ao fim da legislatura, o Governo Regional conceder?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(* **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quero chamar a atenção de que o Governo não faz avales, quando muito concede.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Quem concede avales é a Região, não é o Governo.

O Orador: Exactamente. O Sr. Deputado Pedro Gomes tem toda a razão, não é o Governo Regional que concede avales, é a Região.

O que eu gostaria de dizer sobre a questão colocada é que para 2006 há um pedido de autorização, aprovado nesta casa, de 110 milhões de euros para concessão de avales.

Referi que a intenção do Governo Regional é que o aumento líquido dos avales no final de 2006 não deverá ultrapassar 20% desse limite, o que constitui uma redução de 400% em relação ao montante de avales concedidos em 2005.

Para aqueles que diziam que a Região apontava o seu investimento para um processo de desorçamentação por via dos avales, têm aqui, de forma quantitativa, a resposta de que se enganaram mais uma vez e que a realidade não é essa e que o caminho não é esse.

O que nós temos, objectivamente, é que até ao final desta legislatura, em 2008, o montante de autorização de avales a solicitar a esta casa para que a Região possa conceder os avales, irá anualmente ser reduzido. É este o compromisso que fica hoje aqui.

Para aqueles que falavam de taxas de crescimento dos avales o que vão ter é efectivamente uma redução anual da concessão de avales por parte da Região.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): *Muito bem!*

O Orador: Portanto, aqueles que viam de um lado a desgraça, o caos, têm como resposta a redução e não o crescimento.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(* **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Penso que esta resposta merece uma pequena réplica e que é a seguinte:

Vai diminuir, proporcionalmente, em relação ao presente, mas vai continuar a existir e, portanto, penso que vai aumentar o valor global dos avales.

Se tiver enganado que me corrija ou então que confirme.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(* **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que eu disse foi que irá ser reduzido o pedido de autorização para aumento líquido de avales ao longo dos anos.

É bom lembrar que iniciámos a legislatura com um pedido de 175 milhões, este ano temos 110 milhões, mas só vamos utilizar, eventualmente, 1/5 e para o ano a subsidiação será menor e assim sucessivamente.

Também é bom lembrar que estes dois anos, e há alguns que se esquecem um pouco disso, foram os dois anos que coincidiram com o fim de um Quadro Comunitário de Apoio, onde as verbas de financiamentos comunitários tiveram objectivamente uma menor incidência sobre a estrutura orçamental da Região.

A partir de 2007 teremos um novo Quadro Comunitário de Apoio, que terá outro nome, e consequentemente aquilo que as empresas tiveram que recorrer a financiamentos externos para fazer os seus empréstimos, serão a partir de 2007 efectivamente realizados no âmbito da perspectiva do novo enquadramento financeiro de apoio comunitário.

Portanto, é esta também a razão para a redução desta componente do financiamento do investimento das empresas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como o Sr. Vice-Presidente acentua sempre o sentido estratégico e o planeamento subjacente à criação destas sociedades, fixo-me nas duas que referiu, a SPRHI e a SAUDAÇOR e faço duas perguntas numa só. A primeira é quando é que o Governo considera que estas empresas atingirão o *breack-even point*? Isso tem a ver, obviamente, com a viabilidade e com a rendibilidade da sua actividade normal e dos proveitos gerados ao longo dos vários exercícios.

A segunda, em linguagem popular, para não suscitar mais dúvidas metódicas ou conceituais, em termos económicos e contabilísticos as dívidas contraídas são para serem pagas com o dinheiro proveniente das transferências do Governo Regional? Se não são, onde é que as empresas vão buscar esses recursos? Se são, acompanhe o meu raciocínio: avales são garantias de créditos, o avalista responde com o seu património em caso de

incumprimento do devedor principal. Nos nossos casos, pelos vistos, o avalista nunca será accionado pelo credor, porque desde o início está previsto que é ele a pagar a dívida através de transferências indirectas para o devedor principal, ou seja, estes avales nem isso são, são desde o início, repito, um mero instrumento formal, repito de novo, uma carta conforto de dívida e um negócio, para a Banca, de risco zero. Daí as especiais condições de financiamento que apregoa.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Como observaram, o Sr. Deputado Alberto Pereira usou o seu tempo para não colocar uma questão relativamente ao objecto desta pergunta.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Penso que está dentro do objecto.

Presidente: Sr. Deputado, endividamento futuro é uma coisa e fez muito bem, mas não me apercebi.

Deputado Alberto Pereira (PSD): O Sr. Vice-Presidente sabe o que é o *breack-even point*. Vai saber responder.

Presidente: Não sei se o Sr. Vice-Presidente quer responder.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Agradeço esta pergunta, porque chego à conclusão que a bancada do PSD, depois de 4 horas de debate não conseguir fazer uma pergunta que pudesse dar uma resposta. Foi preciso irem lá fora, juntarem-se e escreverem num papelinho uma pergunta que tivesse coerência para vir aqui colocá-la de forma lida, fora do tema, mas que ao fim de 4 horas finalmente conseguiram fazer uma pergunta, onde acertaram nos conceitos e onde inclusivamente introduziram alguns novos nomes como o *breack-even point* e essas questões que têm a ver com rentabilidades de investimento.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Perguntas dessas faço-as a dormir. A pergunta que fiz agora foi basicamente a que fiz há pouco.

O Orador: O *basicamente* foi muito bem aplicado. Por acaso foi lida agora e devidamente pontuada e acho muito bem.

Finalmente vou responder a uma pergunta que os senhores tentaram perguntar durante toda a tarde e não souberam fazê-lo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor leia aquilo que o Sr. Secretário Regional da Presidência lhe deu.

O Orador: Do ponto de vista prático e no que concerne ao financiamento o que os senhores querem saber é como é que é financiado os contratos-programa...

Deputado Alberto Pereira (PSD): Responda à pergunta.

O Orador: ... entre a Administração Regional e as sociedades, para investimentos que são da responsabilidade da Administração Regional e que são executados pelas sociedades.

Essa resposta já podia ter sido dada há 3 horas se os senhores a tivessem feito nessa altura. Fizeram-na agora e respondemos agora.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Já foi feita e até me elogiou.

O Orador: Portanto, todos os investimentos realizados por sociedades, que são para cumprir objectivos e programas do Governo Regional, são financiados, através de contrato-programa, por receitas próprias do Governo Regional e que a sua calendarização está definida em cada contrato-programa para cada investimento.

Por exemplo, quando a SPRHI faz, e muito bem, a Escola Secundária da Horta estabeleceu um contrato-programa com o Governo Regional que define qual é o custo da escola, como é que é delegada essa competência e quanto é que recebe de financiamento.

Os senhores há pouco, só para corrigir, tentaram saber o que é que era a questão do proveito e essas receitas não são proveitos, porque as despesas não são custos dessa sociedade e porque os senhores nunca perguntaram isso é que nunca respondi a essa questão.

São situações de contratualização através de contratos-programa que visa o financiamento dessas mesmas obras.

Se me perguntarem se há um pagamento diferido por parte do Orçamento da Região em relação ao investimento das sociedades, há. Claro que existe e por existir é que ela é possível ser feita e porque também há um benefício para as pessoas, antecipado da sua realização.

Pelos vistos o Sr. Deputado Alberto Pereira não quer ouvir a resposta.

Presidente: Sr. Vice-Presidente, agradecia que concluísse.

O Orador: Se tivessem perguntado como é que são estabelecidos os contratos-programa entre a Administração Regional e as sociedades, a resposta que estou a dar agora, já a tinha dado há muito tempo.

Os investimentos feitos pelas sociedades, por competência do Governo Regional, são estabelecidos através de contratos-programa, de acordo com a lei e são financiados nos termos estabelecidos nesses contratos-programa.

Quando esse financiamento não corresponde ao montante de investimento desse ano, essas empresas solicitam financiamento externo bancário e a Região garante, com o aval, a cobertura desse financiamento. Isto é tão simples e tão transparente.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Ah!

O Orador: O senhor diz ah, porque só agora é que perguntou isso. Se tivesse perguntado isso às 4 da tarde, já tinha respondido nessa altura.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Foi a 1ª pergunta que lhe fiz e o senhor elogiou-a.

O Orador: O senhor não soube foi fazer a pergunta. A pergunta que fez foi outra.

Presidente: Srs. Deputados, terminou o tempo determinado para esta matéria.

Eu sugeria, para também descansar um pouco, que fizéssemos um intervalo de 5 minutos. Pedia aos líderes parlamentares para se reunirem comigo para combinarmos o resto dos trabalhos.

(Eram 18 horas e 55 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para continuarmos com os nossos trabalhos.

(Eram 19,00 horas)

Passamos ao ponto 2 da nossa ordem de trabalhos, **Proposta de Decreto Legislativo Regional - Regime jurídico de utilização dos símbolos heráldicos da RAA.**

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para apresentar o diploma.

(*) Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, que versa sobre o regime jurídico de utilização dos símbolos heráldicos da Região Autónoma dos Açores, visa essencialmente concretizar aquelas que são as normas de protecção que já vigoravam ao abrigo do Decreto

Regional nº 4/79/A, de 10 de Abril, nomeadamente quando refere que os símbolos heráldicos da Região Autónoma dos Açores têm direito à veneração e ao respeito de todos. Estas normas de protecção, que agora se concretizam, dizem também respeito à efectivação da titularidade dos direitos de propriedade intelectual que assistem à Região relativamente a esses símbolos.

De seguida centram-se essencialmente na área em que, no entender do Governo Regional, existe uma maior sensibilidade relativamente a esta matéria e que tem a ver com a questão da utilização de publicidade de natureza comercial destes símbolos heráldicos.

Por último, o próprio diploma acaba por fechar o círculo relativamente à protecção desses diplomas, criando um sistema de autorização e conseqüente regime de contra-ordenações para os casos em que essa autorização não seja cumprida ou sejam excedidos os seus limites.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para dizer que a bancada do Partido Social Democrata se associa também a esta iniciativa legislativa que, aliás, votará favoravelmente, partilhando das preocupações e das soluções jurídicas que ela consagra.

Os símbolos da Região merecem respeito, são tratados com dignidade enquanto símbolos da Região Autónoma dos Açores e nessa medida a solução que agora é propugnada por esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, indo mais além do que a solução que vigorava desde 1979, acautela, estamos certos, aquilo que há de acautelar, a dignidade e o respeito da simbologia da Região, a bandeira, o hino e o brasão de armas que são, no fundo, os três símbolos que identificam a Região do ponto de vista da simbologia.

Nessa medida, o Partido Social Democrata, como já disse, votará favoravelmente esta solução legislativa, associando-se também às preocupações que a solução consagra e que foram bem expressas pelo Sr. Secretário Regional da Presidência.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Mariana Matos.

(*) **Deputada Mariana Matos (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Também para exprimir o sentido de voto do Partido Socialista.

Nós entendemos que é necessário e urgente salvaguardar uma adequada reprodução e utilização dos símbolos da nossa Região, porquanto estes são também emblemas da nossa identidade.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar este diploma na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Na generalidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à especialidade.

Pergunto às várias bancadas se, em relação à especialidade, para além de um aditamento, há alguma objecção a que se ponha à votação em conjunto todos os artigos?

Tem a palavra a Sra. Deputada Mariana Matos.

(*) **Deputada Mariana Matos (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós temos, na especialidade, uma proposta de alteração ao artigo 10º, nº 2, “A aplicação das coimas e sanções acessórias compete ao Presidente do Governo Regional”. Nós entendemos que compete ao Presidente do Governo Regional, mas propomos a possibilidade de delegação dessas funções noutra membro do Governo.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência

(*) **Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer, em nome do Governo Regional, que esta proposta de alteração, na medida em que vem consagrar expressamente a possibilidade de delegação do Presidente do Governo Regional relativamente à competência para aplicação de coimas e sanções acessórias, vem efectivamente complementar o diploma e clarificá-lo de acordo com as regras do Código do Procedimento Administrativo, quando diz que, para haver essa possibilidade de delegação, terá que constar expressamente da legislação.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado pela vossa intervenção.

Assim sendo, vamos votar desde o artigo 1º até ao artigo 9º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração para o artigo 10º, apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a parte restante do artigo 10º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A parte restante do artigo 10º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vou pôr agora à votação desde o artigo 11º até ao artigo 16º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos agora votar uma proposta de aditamento de um artigo 4º-A.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Esta proposta vem da Comissão e agradecia que fizessem chegar à mesa um documento a subscrever esta proposta de aditamento.

Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional, em votação final global, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à apresentação e debate da **Proposta de Decreto Legislativo Regional - Programa Regional de Apoio à Comunicação Social - PROMÉDIA.**

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Em relação a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional eu gostaria de começar por, nesta fase, explicitar, em primeiro lugar, as razões que levam o Governo Regional a submeter à apreciação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores esta reforma do sistema de incentivos e de ajudas públicas aos órgãos de comunicação social privados e essas razões podem sumariamente resumir-se a cinco aspectos essenciais:

Em primeiro lugar a falência e ineficácia do actual sistema de apoios públicos aos órgãos de comunicação social privados.

Se constataremos aquilo que foram os debates que tiveram lugar aqui nesta Assembleia na aprovação de legislação de 1994, vemos que o então Subsecretário Regional da Comunicação Social, para além da explicitação de outras matérias, referia o seguinte e passo a citar:

“Importa adoptar medidas de fomento da racionalização e modernização das pequenas empresas jornalísticas regionais, capazes de perspectivar a sua viabilidade num quadro mais competitivo e conseqüentemente menos dependente das ajudas públicas”. Fim de citação.

A análise que, 12 anos volvidos, o Governo Regional faz da aplicação deste quadro é que no momento presente, e não contestando que ele poderá ter tido a sua utilidade em períodos anteriores, este objectivo não está a ser alcançado com a actual legislação e, por isso, impõe-se esta reforma.

Em segundo lugar, há uma nova situação, e como razão ainda para esta reforma, do entendimento da importância e da utilidade da publicidade por parte da sociedade açoriana. A situação hoje, em 2006, é substancialmente diversa daquela que se vivia em 1994. Há uma diferente sensibilidade por parte dos agentes económicos e da sociedade em geral para a importância e para a utilidade da publicidade.

Em terceiro lugar, há um novo entendimento quanto à forma como devem ser direccionados os apoios públicos a entidades que prosseguem uma finalidade económica.

É também fruto deste novo entendimento, que tem como consequência a eliminação de ajudas ao funcionamento como linha mestra deste diploma, que se procede a esta reforma.

Em quarto lugar o facto de existirem novas fontes e meios de acesso à informação, desde logo aquelas que derivam da existência de novas tecnologias.

Em quinto e último lugar, como razão justificativa do governo Regional propor à Assembleia esta reforma, o facto de se pretender imprimir uma maior clareza, por precaução, no relacionamento financeiro entre órgãos políticos e órgãos de comunicação social na vertente de sistema de incentivos públicos.

Clarificadas as razões que levam à alteração do sistema actualmente vigente, numa reforma impulsionada pelo Governo Regional, eu gostaria de referir agora de forma também sumária aquelas que são as linhas de força que presidiram a esta reforma.

Como já referi há uma reorientação de apoios públicos, há um reforço, em alguns casos, desses apoios, há uma complementaridade em relação ao sistema de apoios nacional, há, por último, a extinção de apoios ao funcionamento no total de 4, dois que têm uma extinção total e refiro-me, em concreto, à comparticipação na aquisição de papel e à comparticipação na subscrição de agências noticiosas e dois que têm aquilo que podemos considerar uma extinção parcial. Refiro-me, em concreto, à comparticipação nas despesas de comunicações telefónicas e à comparticipação nas despesas de energia eléctrica.

Porquê a razão de considerarmos que é uma extinção parcial? Porque nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, S. Jorge, Flores e Corvo continua a existir esta comparticipação.

Se é certo que se extinguem, no termos em que acabei de referir, 4 apoios, mantêm-se e reforçam-se 12 medidas de apoio à comunicação social privada na Região.

Em primeiro lugar, aquela que se consubstancia no desenvolvimento de produtos multimédia, na requalificação de produtos multimédia já existentes, na aquisição de programas e equipamentos informáticos, no transporte inter-ilhas em carga aérea das publicações candidatas, na expedição postal para assinantes na Região, na criação de edições e distribuição one-line do sinal de rádio, na manutenção do apoio à expedição postal para assinantes, respectivamente no território português ou estrangeiro, na deslocação aérea ou marítima em território nacional para formação profissional, mantêm-se também uma ajuda de custo diária, na criação da comparticipação de 50% duma eventual taxa de inscrição, na criação dum apoio à deslocação aérea de formadores para os Açores, na criação dum apoio correspondente a 50% dos honorários dos formadores, no caso em que não haja uma taxa de inscrição dos formandos.

Portanto, nós temos, por um lado, a manutenção e o reforço de 12 apoios à comunicação social privada e, por outro, a extinção total de dois apoios e a extinção parcial, nos termos em que acabei de referir, de dois apoios.

Esta é, em suma, uma forma objectiva e rápida de dar conta da reorientação de apoios que é feita à comunicação social privada.

Para além da manutenção destes 12 apoios, há ainda a manutenção, para as chamadas “Ilhas da Coesão”, da comparticipação dos custos de energia eléctrica e da comparticipação com comunicações telefónicas.

Dentro daquilo que nós podemos considerar como linhas de força desta reforma, gostaria ainda de salientar que passamos de um sistema de duração indeterminada para um programa com a duração de 3 anos.

Qual o significado de se construir um programa com a duração de 3 anos? Salientar e incentivar desta forma a capacidade de planeamento e de programação por parte dos investimentos e tornar claro e patente a necessidade objectiva de, para além da avaliação permanente que se deve fazer do funcionamento deste programa, no final destes 3 anos, com especial incidência, deve o mesmo ser avaliado no sentido do impacto que está a ter e da forma como está a ser utilizado.

Uma outra linha de força deste programa e desta reforma tem a ver com a intervenção, em sede de análise de candidatura, duma comissão de análise que é composta por 5 elementos, dos quais apenas 1 é indicado pelo Governo Regional. Os outros são indicados, um indicado pelas empresas proprietárias de publicações, um indicado pelas empresas proprietárias de radiodifusão, um indicado pela Delegação Regional do Sindicato dos Jornalistas e um indicado pela Associação de Consumidores da Região Autónoma dos Açores.

Por último, em termos de linhas de força desta reforma, também salientar o facto de se passar de um sistema de atribuição puro e simples de um apoio, para um mecanismo de contrato de concessão de apoios, em que estão clarificadas e materializadas num contrato aquelas que são as obrigações da parte da Administração Regional e aquelas que são as obrigações que cada uma das entidades beneficiárias assume no âmbito da atribuição deste apoio.

Gostaria ainda de salientar mais um aspecto de reforço desta capacidade de planeamento e de previsão que tem a ver com a instituição de calendários para a candidatura a estes apoios. É óbvio que a fixação de um prazo de candidatura tem de atender à natureza do apoio, tem de atender que há apoios que não é previsível que saiba no início do ano ou no prazo em que se faz a candidatura que vai surgir uma iniciativa que pode ser potencialmente apoiada.

Gostaria também de transmitir à câmara que o Governo Regional está desperto e interessado em atender e em considerar esta diversidade de situações.

Por último, gostaria de referir ainda o processo que conduziu à elaboração desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

O Governo Regional preparou uma ante-proposta e foi esta ante-proposta que, antes ainda de ir a Conselho do Governo, foi submetida à apreciação, ao debate e à consulta de jornais, de rádios, de revistas e de um conjunto de entidades, para além destas, que interessava recolher esta opinião.

Houve reuniões com a Associação de Consumidores da Região Autónoma dos Açores, com a Delegação dos Açores do Sindicatos dos Jornalistas e com diversas entidades, órgãos de comunicação social ou empresas proprietárias.

Esta proposta foi disponibilizada no portal do Governo.

Para além destas medidas foram solicitados pareceres a 103 entidades que têm interesse nesta área, desde jornais, rádios, empresas proprietárias, instituições que têm um relacionamento ao nível da comunicação social.

Chegados aqui e explicitado este processo, gostaria de transmitir à câmara que o Governo considera que este foi um processo extremamente útil, valioso e produtivo.

A proposta que hoje aqui se apresenta tem inegáveis e significativas melhorias entre a versão inicial, que foi colocada à discussão, e a versão que chegou a esta Assembleia.

Há aspectos que não atendíamos na versão inicial e que passámos a atender, há aspectos que reforçamos em virtude deste processo de debate e há aspectos que não foram mantidos, é também importante referi-lo, entre aquilo que era a proposta inicial e a proposta que surge nesta Assembleia. Daí a conclusão e a apreciação que o Governo Regional faz do processo de consulta e de debate que lançou no âmbito da materialização desta reforma que reputamos de muito importante para o relacionamento e a existência de um sistema de incentivos públicos aos órgãos de comunicação social privados.

Uma última questão que eu gostaria de referir tem a ver com os aspectos financeiros que envolvem este programa.

Não é objectivo desta reforma gastar menos dinheiro, mas gastar de melhor maneira o dinheiro que temos disponível e já que estamos a falar de verbas, o Governo Regional em 2005, ao abrigo da legislação actualmente em vigor, dispendeu cerca de 617 mil euros com este mecanismo de incentivo público à comunicação social privada.

Em 2006, no âmbito do PROMÉDIA, está prevista a verba de meio milhão de euros, verba que foi aprovada por esta câmara, para fazer face a estas despesas.

Em sede de apresentação da proposta, são fundamentalmente estas as questões que gostaria de transmitir à câmara.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD é contra esta Proposta de Decreto Legislativo.

Esta reforma é uma má reforma.

Estamos todos de acordo que é útil reformar-se o sistema de ajudas aos órgãos de comunicação social privados da Região. Que até já devia ter sido realizada há mais tempo, mas esta reforma é má naquilo em que pretende ser inovadora e só tem de bom o que mantém.

São os próprios órgãos de comunicação social que criticam esta proposta, alertando para o risco grave das suas consequências.

Esta reforma é má e não devia ser levada em frente porque vai prejudicar a riqueza do espectro da comunicação social na Região Autónoma dos Açores, em particular da imprensa escrita.

Se há riqueza cultural e identitária das nossas pequenas comunidades, ela expressa-se na quantidade de títulos de imprensa escrita que temos em cada um dos nossos concelhos e em cada uma das nossas ilhas. E este registo de identidade cultural é reconhecido por todos, inclusive pelo Partido Socialista e pelo Presidente do Governo Regional.

Esta reforma, é contra os órgãos de comunicação social privados de dimensão reduzida e nem sequer corresponde à vontade política expressa há pouquíssimo tempo pelo Presidente do Governo. Ela é mesmo contra a convicção do Presidente do Governo nesta matéria e expressa há 3 ou 4 anos.

Dizia o Presidente do Governo, nas Jornadas de Comunicação Social, promovidas pelo Jornal “A União”, na Praia da Vitória, a 10 de Maio de 2002: “... informar as pessoas para as formar para uma cidadania activa, é responsável. Os Açores são a região do país com

maior número de jornais *per capita*. Isto é uma riqueza cultural e de identidade das nossas ilhas, das nossas pequenas comunidades”.

Dizia a propósito do sistema de incentivos em vigor que: “As suas empresas beneficiam de apoios complementares aos incentivos nacionais devidamente regulamentados e automaticamente atribuídos”.

Portanto, não havia qualquer interferência, como reconhecia e bem o Sr. Presidente do Governo.

Ao contrário do que acabou agora de dizer o Sr. Secretário Regional da Presidência, não havia qualquer confusão na relação entre a comunicação social privada e os órgãos de comunicação social quanto ao seu acesso aos apoios.

O Sr. Presidente do Governo, se for coerente há-de considerar, ele próprio, que esta é uma má reforma, porque contraria tudo o que ele disse nessa altura. E disse mais: “Encontra-se, por isso, em fase de ultimateção, um conjunto de alterações à legislação actual sobre os apoios públicos à comunicação social privada regional e local, no sentido de lhe conferir um mais acentuado carácter de complementaridade relativa à legislação nacional, conferindo mais peso aos apoios destinados a alguns custos de produção não contemplados no sistema nacional, como o papel...”. Contrariamente a esta opção do Sr. Presidente do Governo, o Sr. Secretário Regional da Presidência acabou de dizer e mal, que uma das extinções de apoios que este diploma e esta reforma visa é o fim do apoio ao papel.

Ora, o Sr. Presidente do Governo em 2002 dizia que ia haver um reforço nesse apoio, porque ele era essencial para a sobrevivência de muitos órgãos de comunicação social nesta Região.

Se esta era uma visão acertada do Presidente do Governo Regional em 2002, ela correspondia exactamente ao quadro legal actualmente em vigor, que não mereceu críticas das empresas proprietárias da comunicação social. Um quadro normativo que nunca retirou liberdade de expressão aos órgãos de comunicação social, que garantiu a pluralidade de opinião na diversidade do espectro de comunicação social da Região Autónoma dos Açores e assegurou, pela pequenez do mercado económico em que muitas destas empresas proprietárias de órgãos de comunicação social se inserem, uma subvenção pública a uma actividade cultural, de comunicação, de liberdade de expressão e de identidade cultural.

Esta proposta, tal como está, é prejudicial para estes órgãos de comunicação social, põe em causa a sua sobrevivência e põe em causa o emprego de muitos dos jornalistas, não sei mesmo se de alguns que aqui hoje nos acompanham nestes trabalhos.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: É uma má solução, porque pode diminuir o espectro da comunicação social escrita na Região Autónoma dos Açores, põe em causa empregos e com isso diminui a pluralidade de opinião nos Açores.

Sobre a opinião dos órgãos de comunicação social, quanto a esta proposta e a esta reforma, há muito a dizer e vou citar apenas algumas frases para que fique registado o modo como vêm esta reforma muitas das nossas empresas e muitos dos nossos órgãos de comunicação social:

- “O PROMÉDIA é a eutanásia à comunicação social privada dos Açores.” É este o objectivo do Governo Regional?

- “Com esta medida, o Governo coloca na linha de morte um conjunto de jornais e de empresas”. É este o objectivo do Governo?

- “Esta reforma é contra a comunicação social que presta um serviço cultural às suas populações, quanto à liberdade de expressão, quanto à pluralidade de opinião, quanto à formação cívica das pessoas pelas nossas comunidades, através da informação local que lhes é prestada por estes pequenos órgãos de comunicação social, por estas pequenas empresas proprietárias de comunicação social, muitas delas nem sequer com carácter empresarial, mas como associação de amigos, que não podem sobreviver com este corte radical de apoios e de subvenção pública da Região Autónoma dos Açores. É inaceitável.”

Por isso, sem qualquer pejo, o PSD está contra esta reforma. Esta reforma é contra a comunicação social privada açoriana, existente nas nossas pequenas localidades, nos nossos concelhos e nas nossas pequenas ilhas.

Esta reforma atenta contra uma identidade cultural da Região quanto à variedade e à quantidade de títulos que nós temos na imprensa escrita nos Açores.

Por isso, Sr. Secretário, o PSD convictamente votará contra esta proposta.

Esta reforma era necessária para corresponder a um sistema de apoios compatível com a modernidade e com a nossa actual realidade. Estamos num novo milénio, estamos num novo século, com novas realidades em matéria tecnológica, mas esta reforma não só não

traz especialmente nada de novo nessa matéria, como aquilo que traz de novo é mau, porque extingue apoios essenciais à continuidade e à sobrevivência de muitas empresas.

Está escrito num título de um artigo de opinião, que me parece de toda a oportunidade citar, o seguinte: “Avé, César: nós que vamos morrer, te saudamos”.

A única correcção que faço é relativa ao destinatário, que é o Secretário Regional da Presidência, que passa a carrasco da pequena comunicação social privada dos Açores.

Na verdade, o Presidente do Governo, em 2002, queria coisa diferente, mas, pelos vistos, perdeu autoridade e o Sr. Secretário Regional propõe o oposto e obriga a maioria do Partido Socialista a fazê-la passar nesta casa, com a aprovação tão só da maioria.

Só podemos estar contra esta proposta, porque ela é, de facto, má.

Deputado José San-Bento (PS): Outra vez!? O senhor já disse isso três vezes.

O Orador: Era bom repetir isto até à exaustão para eventualmente as consciências poderem ir a rebate e poderem mudar o seu sentido de voto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A reforma é má, não merece o nosso apoio e vamos votar contra.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

Deputado Jaime Jorge (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Eu não posso deixar passar aqui esta oportunidade sem deixar também um registo da preocupação que me assola relativamente ao que vai acontecer aos órgãos de comunicação social no Pico. Esta preocupação, Sr. Secretário, encontra substância até na sua segunda principal razão para a apresentação deste diploma que tem a ver com a publicidade.

Como sabe, Sr. Secretário, a ilha do Pico tem seis órgãos de comunicação social: três rádios locais e três jornais.

Eu não tenho dúvidas que este diploma vai acelerar a sua insuficiência económica, vai acelerar a sua morte, como muito bem disse aqui o meu colega José Manuel Bolieiro.

Estes seis órgãos de comunicação social enquadram nas suas empresas cerca de 15 trabalhadores que vêm, com a aprovação deste diploma, o espectro do despedimento.

A Ilha do Pico é uma economia pequena de 15 mil habitantes e não é, seguramente, mercado para gerar a publicidade que poderia sustentar estas três empresas.

Portanto, deixo aqui esta minha preocupação em nome da Ilha do Pico e em nome dos órgãos de comunicação social que nós, Deputados do PSD do Pico, atempadamente ouvimos para justificar e complementar a rejeição a este diploma, que o PSD vai fazer nesta Assembleia.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Mariana Matos.

(*) **Deputada Marina Matos (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de adicionar aqui algumas coisas ao debate que me parecem bastante importantes.

Daquilo que falou aqui o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, para o PSD só existem os tipos de apoio à comunicação social que começaram em 1989,...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Já existiam desde 1984.

A Orador: ... passaram em 1994, mas sempre com o propósito de que um dia os meios de comunicação social açorianos seriam autónomos.

Lembrava, por exemplo, em 1989 as declarações do Sr. Dr. Joaquim Machado, registadas no diário das sessões da Assembleia, que dizia que estava em crer que nos próximos tempos teríamos uma comunicação social privada padronizada pelos essenciais elementos que a caracterizam neste final de século, que já virámos.

Depois outra situação, já citada também pelo Sr. Secretário Regional da Presidência quando diz: "... importa adoptar medidas de fomento da racionalização e modernização das pequenas empresas jornalísticas regionais, capazes de perspectivar a sua viabilidade num quadro mais competitivo e consequentemente menos dependente das ajudas públicas".

As reformas, Sr. Deputado, não são medidas concretas, as reformas implicam descontentamento e contentamento. Para haver reformas há sempre descontentes e contentes. Vamos ver como é que as coisas correm daqui em diante.

Ninguém vai cortar nada e andar sempre para a frente como se nada fosse.

Portanto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que esta reforma procura actualizar o quadro legal de modernização e do novo desenvolvimento da sociedade nos Açores.

Nós entendemos que o PROMÉDIA não representa a extinção dos apoios aos órgãos de comunicação social, provavelmente porque nós temos um entendimento de reforma que os Srs. Deputados do PSD não têm. É um sistema de valorização dos meios à disposição das empresas privadas da comunicação social dos Açores e por esse motivo nós vamos, naturalmente, votar a favor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(* **Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro surpreendeu-me verdadeiramente.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): O senhor não sabia que o Sr. Presidente do Governo tinha dito isso.

O Orador: “Não sabia que o Sr. Presidente do Governo tinha dito isso”, diz o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Olhe, por acaso até sabia!

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Mas não considerou, o que é mais grave.

O Orador: Vamos começar pelo princípio.

O Sr. Deputado José Manuel Bolieiro diz que o PSD está contra, porque esta é uma má reforma. Penso que o que se passa com o PSD é algo diferente.

O PSD já reconheceu que esta é uma boa reforma, tem é vergonha de assumir isso. Por que é que eu digo isto? Eu explico: o PSD anunciou na Comissão que ia apresentar uma proposta alternativa ao PROMÉDIA. Onde é que ela está? Se efectivamente houvesse necessidade teria apresentado, porque eu não ponho em dúvida que o PSD não teria apresentado se achasse que ela valeria a pena.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Isso é retórica, Sr. Secretário.

O Orador: Já agora, Sr. Presidente, há propostas de alteração do PSD a este diploma?

Neste momento nem sequer há propostas de alteração do PSD ao PROMÉDIA. Então se é uma má reforma não é obrigação do PSD, (não dignifica esta casa? não quer dizer trabalho dos deputados?) apresentar propostas para corrigir? Não, o PSD não apresenta.

Ou seja, o PSD pensa que esta é uma boa reforma, tem é vergonha de admiti-lo.

Vamos à questão da posição do Sr. Presidente do Governo.

Eu agradeço, sobretudo, o cuidado que o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro teve de referir que aquela era a posição do Sr. Presidente do Governo há 3 anos.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): E o senhor citou uma declaração de há 10.

O Orador: Está a faltar ao PSD um *aggiornamento*. Actualizem-se, senhores! Este diploma foi votado em Conselho do Governo.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): E a coerência, desapareceu?

O Orador: Não, o problema do PSD é que não admite que o Governo seja capaz de avaliar, de propor novamente, de repensar as suas próprias soluções.

Para o PSD o ideal seria, já agora utilizando uma expressão, também inglesa, semelhante à do Sr. Deputado Alberto Pereira, que o Governo fizesse o papel de *siting duck*, tivesse quieto, parado ali e não fizesse mais nada.

Srs. Deputados, eu já no primeiro dia de trabalho expliquei: o passado deste Governo e a consciência deste passado quer dizer que nós estamos constantemente a reavaliá-lo, a repensá-lo, a proceder às alterações que é necessário fazer e a conclusão que se retira daqui é que o PSD ainda não evoluiu para aquilo que nós estamos a falar neste momento e ainda está a pensar nas declarações do Sr. Presidente do Governo de há 3 anos.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): E o senhor esteve aqui a pensar em declarações feitas há 10.

O Orador: Srs. Deputados, um pouco mais de velocidade, um pouco mais de actualização não vos faz mal nenhum.

Eu gostava de esclarecer definitivamente que não esperava especialmente do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro o argumento da liberdade de expressão, porque considero que o Sr. Deputado sabe perfeitamente que não é liberdade de expressão nenhuma um governo estar a assumir custos de funcionamento de uma empresa e, portanto, do ponto de vista de liberdade de expressão, é um facto que a proposta que o Governo apresenta a esta casa é mais favorecedora da liberdade de expressão do que o sistema que actualmente está em vigor.

Mas, se isto já é assim, em função da discussão neste momento, mais curioso se torna constatar aquelas que eram as posições do PSD quando se discutiu a legislação actualmente em vigor, em que até se propunha um subsídio extraordinário aos órgãos de comunicação

social para pagar dívidas à segurança social. Portanto, em termos de liberdade de expressão estamos conversados.

Vamos àquelas que são, por aquilo que percebi, as preocupações fundamentais que o PSD apresenta neste debate e que têm a ver com a fragilidade dos órgãos de comunicação social nas comunidades mais pequenas.

O PSD não tem razão, e vou provar porque é que não tem razão quando diz que estamos a falar dum corte radical de apoios e o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro fez o seu teatro e deixou ficar o fantasma do desemprego.

Vamos então explicar por que é que o PSD não tem razão. Não tem razão por um motivo muito simples, é que nas comunidades mais pequenas os tipos de apoio que têm mais peso, em relação a estes órgãos de comunicação social, são mantidos e reforçados e passo a explicar: por exemplo o jornal “O Dever” recebeu de papel, que acaba, em 2005 3.044, 24 €; recebeu de comunicações, que acaba, 105,10 €, mas recebe em apoios em expedição total, que se mantêm e reforçam, 12.923,40 €.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Como é que reforçam?

O Orador: O senhor leia o diploma e verá que reforça, porque permite a equiparação destes jornais nas ilhas mais pequenas em relação ao sistema nacional.

Em relação, por exemplo, ao jornal do Pico recebeu de papel 697,68 € em 2005, apoio que acaba; recebeu de comunicações telefónicas 355,90 €, que também acaba, mas recebeu de expedição postal, que se mantêm, 3.603,30 €.

Portanto, a imagem que o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro quer transmitir não corresponde à verdade.

Por exemplo o jornal “Ilha Maior”, recebeu de papel em 2005, 2.316,01 €, apoio que acaba; recebeu de comunicações telefónicas 84,40 €, que também acaba, mas recebeu de expedição postal, que se mantêm, 6.179,60 €.

Por exemplo o Jornal “Correio do Norte”, recebeu de papel em 2005, 1.036,58 €, apoio que acaba; recebeu de comunicações telefónicas 13,70 €, que também acaba, mas recebeu de expedição postal, apoio que se mantêm, 3.106,26 €.

Falando agora de rádios, para não falar apenas de jornais, por exemplo o caso da “Rádio Cais” recebeu de comunicações telefónicas em 2005, 126,74 €. Também recebeu de formação profissional que não está aqui.

Para falar, por exemplo, de jornais aqui da Ilha do Faial, uma vez que foi uma das preocupações colocadas na Comissão, o Jornal “Correio da Horta” em 2005, recebeu de papel 4.166,73 €, apoio que acaba, recebeu de comunicações telefónicas 633,90, apoio que também acaba; recebeu de assinaturas de agências noticiosas 763,30 €, apoio que acaba, mas mantém-se os 17.187,80 € de expedição postal.

Deputado Jaime Jorge (PSD): Mas não deixa de ser uma redução.

O Orador: Sim, mas a questão que eu quero aqui referir é que não é o corte radical que nós estamos a falar.

O que eu gostava de transmitir à câmara é que na perspectiva do Governo...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Perspectiva que foi introduzida por si e que é muito má.

O Orador: ... naquela área em que há um grosso de apoio financeiro aos órgãos de comunicação social, esse apoio mantém-se.

Mas há mais: em relação à situação da complementaridade entre o sistema, porque é também uma medida que o PROMÉDIA introduz, existem jornais neste momento, no Pico e no Faial, que não têm, segundo o sistema nacional, apoio para expedição postal e aquilo que o PROMÉDIA faz é criar um modelo próprio em que esses órgãos de comunicação social, muito embora, em virtude das suas tiragens, não tenham possibilidade de aceder ao sistema nacional, possam aceder em igualdade de circunstâncias a apoios no âmbito do PROMÉDIA.

Portanto, com esta explicação, aquilo que eu gostaria de transmitir é que não é correcto falar num corte radical de apoios, porque, conforme ficou provado, nas áreas em que há maior apoio a estes órgãos, este apoio mantém-se.

Não contesto, porque os números também o demonstram, que há efectivamente uma redução naquelas rubricas do papel, das comunicações telefónicas e das agências noticiosas, mas gostaria também de contrapor a isto aquele que é o entendimento que o Governo Regional tem expresso que não deve ser o Governo Regional a assumir custos de funcionamento com entidades que visam prosseguir uma finalidade económica.

Portanto, aquilo que nós tentamos fazer é criar aqui um sistema de reforçar os apoios ao investimento e tentar, por esta via, introduzir uma maior racionalidade dentro deste sistema.

Presidente: Já terminou o seu tempo, Sr. Secretário.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Em relação à questão da publicidade, eu gostaria de referir ao Sr. Deputado Jaime Jorge, conforme também já foi tornado público, que o Governo tem em ultimação um diploma que versa sobre a publicidade institucional. Aliás, o PSD também já apresentou uma proposta sobre esta matéria.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Esperámos pela vossa, como deviam ter esperado pela nossa.

O Orador: Esperar pela vossa! No PROMÉDIA os senhores não têm nada.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Temos tanto quanto a publicidade institucional.

O Orador: Em relação à publicidade institucional eu gostava de dizer que esta proposta que o Governo Regional está a ultimar visa também introduzir alguma disciplina dentro desta área. É uma área delicada, nós temos consciência disso, mas de qualquer das formas entendemos que a situação presente justifica uma intervenção legislativa nessa matéria.

O diploma está em fase de ultimação e será apresentado a esta câmara no tempo em que estiver concluído.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A questão que em primeiro lugar deve ser colocada é, de facto, sabermos qual é que deve ser o rumo normal de uma sociedade evoluída, liberal em que a liberdade de expressão deve ser uma dos seus princípios fundamentais acautelada pelo dinamismo da própria sociedade. Posto este preâmbulo parece-me que, e digo isto com todo o à vontade, porque com todo o respeito pelos senhores jornalistas presentes, pelo Governo, pelo PSD, tal como todos os outros não devo nada a ninguém, o princípio de que os custos da Região com a comunicação social podem ser menos, eu acho que devem ser menos na comunicação social, como devem ser menos em muitas outras áreas.

Quanto menos intervenção tiver a Região, dentro do possível, melhor é, mas há excepções e elas são os sítios onde se justifica a discriminação pela positiva e aí parece-me que o Governo acautelou, em relação aos jornais mais pequenos, aos meios de comunicação social mais pequenos, que têm essa função social e cultural, sobretudo nas ilhas onde não

há outros meios de comunicação social, porque nas outras ou são viáveis ou não são, e naquelas onde sabemos que o mercado não permite que tenham viabilidade, é evidente que aqui ficou acautelada esta exceção para as ditas “Ilhas da Coesão” que no caso saúdo.

Agora, também não posso deixar de dizer que relativamente aos órgãos de comunicação social ditos médios, e é, sobretudo, em relação a esses que estas novas medidas, feitas de um dia para o outro, com certeza podem gerar algum mal-estar financeiro.

Portanto, a minha pergunta é se o Governo tem isto pensado, sobretudo em relação a essa área da comunicação média, dizendo também que não sou dos que acha por bem que se criem na Região grandes grupos, “quais Pintos Balsemão regionais”, à conta do erário público.

Julgo que estes casos médios também se devem desenvolver pela sua própria iniciativa, pelos seus próprios meios, mas isto não deve ser feito de um dia para o outro.

Nesse sentido apresentei uma proposta de alteração para a entrada em vigor não ser de imediato, mas dar este prazo de um ano para que as novas regras possam começar a ser aplicadas no novo ano de 2007, porque as empresas fazem as suas contas e os seus orçamentos.

Queria também realçar que há aqui alguns pareceres que, felizmente, foram feitos antes de alterações que o Governo, e bem acabou por fazer, é de saudar, nomeadamente naquelas que tinham a ver com a titularidade de alguns meios de comunicação social como se as regras não devessem ser iguais para todos, porque quando o Governo, a Região ou o Estado se predispõe a intervir na economia, não pode gerar então situações de discriminação, tirando, obviamente, as que têm a ver com alguma pequenez que já referi.

Saudando essa alteração, pergunto ao Governo, através do grupo parlamentar que o suporta, se está disponível para adiar estas medidas e dar tempo ao tempo, de forma às empresas se adaptarem?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sem prescindir, naturalmente, quanto às razões e aos fundamentos já alegados pelo Sr. Deputado José Manuel Bolieiro e que fundamentam o voto contra do PSD e a reprovação desta proposta que nos parece, como já dito, um ataque particularmente grave aos órgãos

comunicação social, sobretudo aos de menor dimensão e abrangendo todas as ilhas, embora as ilhas ditas mais pequenas sofram mais com isso, queria dizer que é também um ataque à informação de proximidade que já provou ser a preferida dos açorianos e que é particularmente importante nos ambientes culturais açorianos relativos às várias ilhas dos Açores. Era, assim, importante para a própria democracia açoriana manter um quadro de apoios à comunicação social mais próximo do actualmente em vigor.

Sem prescindir, assim, quanto a todos esses argumentos, eu queria referir uma questão mais particular e que tem a ver com o seguinte:

Desde a fase da ante-proposta até esta proposta, digamos que os apoios previstos melhoraram pouco, mas melhoraram um pouco e, designadamente, através da instituição de um regime excepcional dirigido às ditas Ilhas da Coesão, ou seja, o Governo Regional lançou mão do conceito das Ilhas de Coesão para justificar este regime de excepção. Nesse sentido dirá o Sr. Secretário Regional da Presidência que foi coerente. Pois foi. Mas a coerência também não é um valor absoluto, concordará comigo, e quando se traduz em persistir num erro, pode até ser um desvalor absoluto. É, para nós, o caso.

Com efeito, quanto à política da coesão, como é sabido, temos insistido, desde sempre, que faltam indicadores económicos e sociais para fundamentar o quadro das ilhas que integram os respectivos apoios excepcionais. Assim, neste particular, com a proposta como está neste momento, após a criação deste regime de excepção, há que acentuar um aspecto essencial, que é o seguinte: os órgãos de comunicação social das ilhas do Faial e do Pico acabam por se transformar nos alvos preferenciais das negatividades todas do sistema, ou seja, acabam por ser aqueles que são mais severamente penalizados no conjunto da Região.

Portanto, o Governo está de alguma forma a dizer às ilhas do Faial e do Pico, que são grandes demais para integrarem o elenco das Ilhas da Coesão, que são pequenas demais para beneficiar da dinâmica económica própria das ilhas maiores e está, deste modo, a colocá-las numa zona cinzenta, quase como a dizer que são terra de ninguém, à espera da avaliação que há-de surgir nos próximos tempos e que, eventualmente, determinará um novo regime de excepção. Não fundamenta, apenas pede fé no Governo.

É contra esta situação que eu queria protestar veementemente, porque é, de facto, de todo injustificado e uma penalização inaceitável.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, como dizia o outro, teve partes boas e até teve partes originais. A parte boa foi uma citação, embora pequenina e um pouco desenquadrada, do Sr. Presidente do Governo, mas é sempre bom.

Teve também partes originais, só que me parece que aqui também se aplica a outra história, Sr. Deputado, é que as partes originais não eram boas e a boa, pelo vistos, não era original, era uma citação.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Isso aplica-se à reforma.

O Orador: Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, há aqui uma coisa importante, ao nível do espírito, que está em questão e creio que o Sr. Secretário Regional da Presidência focou exactamente isso.

Temos em diversas áreas (não esquecendo, é certo, a nossa realidade) que perceber que temos que ultrapassar um certo sovietismo económico que caracterizou os Açores. Estamos noutra tempo.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O apoio à comunicação social não tem a ver com economia.

O Orador: Felizmente que os gerentes do BCA já não são nomeados nas sedes do PSD, mas o BCA está muito bem e está melhor.

Portanto, há uma respiração diferente da sociedade civil e da economia e é bom que isso também aconteça ao nível das empresas de comunicação social.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Estiveram de manhã a falar de economia solidária para agora ser isto.

O Orador: Espero que a minha intervenção não prejudique os vossos apartes, Srs. Deputados.

É certo, conforme referiu o Sr. Secretário Regional da Presidência, que houve um conjunto de auscultações e este diploma, como muito bem também referiu o Sr. Secretário, é bastante diferente e substancialmente diferente nalgumas partes importantes daquilo que foi a ante-proposta inicial do Governo. Isto significa que o Governo ouve e aceita de boa fé os contributos da sociedade civil, das empresas de comunicação social e dos jornalistas.

Em coerência com as Ilhas de Coesão e o conjunto de medidas que em várias matérias têm sido tomadas, também aqui este princípio é vertido, mas, no essencial, temos todos que fazer um esforço para que as próprias empresas de comunicação social também saibam e tenham preocupações de racionalidade, de gestão de qualidade.

Parece que estávamos todos de acordo e também já era essa a preocupação do diploma anterior, mas, se calhar, é preciso ter a coragem de proceder aqui a algum “desmame”, é preciso que as pessoas saibam ter outro espírito, outra iniciativa e este diploma aponta claramente para aí. Isso é importante e é por isso que nós vamos apoiar este diploma.

Achamos que ele foi processual e politicamente feito de forma correcta, achamos que ele é corajoso, inovador e estamos profundamente convencidos que ele terá bons efeitos ao nível do nosso mundo da comunicação social e da informação.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tudo nos afasta da opção do Governo nesta matéria de apoios à comunicação social e tudo nos afasta desta proposta, infeliz, do PROMÉDIA, porque esta proposta é uma proposta madrasta para a comunicação social açoriana.

A elaboração desta proposta é não só um acto de infelicidade, como é revelador dum enorme percurso de contradições no seio deste Governo Regional e dos responsáveis políticos do Governo e do Partido Socialista.

Para além da contradição que o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro já identificou, relacionada com o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, eu gostaria de acentuar uma outra contradição: em 2005 dizia um alto dirigente do Partido Socialista e cito: “Não se compreende que hoje em dia possa haver o pagamento ou pelo menos a previsão em termos legais, por exemplo, de que se deve subsidiar os custos telefónicos ou, por exemplo, que se deva custear os custos de acesso às fontes de informação. Isto é algo que existe na legislação de 94 e que não faz qualquer sentido.” Eu vou continuar a citar e já vou dizer quem é o autor.

“Quer isto dizer, em concreto, que no decreto de 94 havia a provisão de subsidiar chamadas telefónicas. Ao Governo não compete este tipo de financiamento.”

O autor destas declarações é o actual Secretário Regional da Presidência.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Na altura também era Secretário.

O Orador: Estas declarações são de 9 de Março de 2005, numa entrevista ao “Açoriano Oriental”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

É exactamente o actual titular desta pasta que, na proposta que entrega neste Parlamento, mantém para as Ilhas de Coesão os apoios à energia eléctrica e os apoios às comunicações, depois de no ano anterior ter dito ao contrário do que apresentou nesta Proposta de Decreto Legislativo Regional. Já não é um exemplo de há três anos, é um exemplo de há um ano quando este processo, pelos vistos, estava em discussão e em avaliação.

Os apoios à comunicação social são, de facto, um campo de contradição e de hesitações deste Governo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não se percebe a senha persecutória neste Governo Regional em relação à comunicação social dos Açores.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: É que, pasme-se: o Governo Regional vai poupar com tudo isto 200 mil euros, 40 mil contos. O Governo Regional está a abrir uma ferida profunda na comunicação social dos Açores por 40 mil contos.

Um Governo que esbanja milhões, a torto e a direito, um Governo que dá subsídios a quem quer, quando quer e como muito bem quer, é um Governo que quer poupar 40 mil contos, abrindo uma ferida profunda na comunicação social dos Açores.

Poderão alguns dos Srs. Deputados dizer que mil, dois ou três mil euros é muito pouco, talvez seja, mas para jornais que vivem com dificuldades, que lutam em comunidades pequenas como as nossas, que lutam para sobreviver, que são feitos de sacrifício, de dedicação, de empenho de profissionais, de donos de empresas, de amigos das empresas, de pequenos comerciantes que apoiam estas formas de expressão de comunicação, é muito dinheiro.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Eu sei que, se calhar, para este Governo 40 mil contos não é nada. Pudera, o Governo gasta milhões, gasta mal e desperdiça milhões, mas para a comunicação social de

dimensão reduzida, é muito dinheiro e este Governo quer poupar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, 40 mil contos, pondo em risco a sobrevivência de órgãos de comunicação social da Região.

Entre nós, essa bancada e este Governo há uma diferença fundamental e que é a seguinte:

Deputado Francisco Coelho (PS): Há várias, Sr. Deputado!

O Orador: Estou a falar de uma em particular.

Para nós as empresas de comunicação social são diferentes das outras empresas e são diferentes na nossa Região e entendemos que este tipo de apoios é essencial que se mantenha para a difusão cultural nas nossas ilhas, para o exercício da liberdade de expressão, para o exercício da livre crítica dos cidadãos, para a promoção da língua e da cultura.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fico triste quando vejo gente de cultura nesta câmara, gente que preza as letras, gente que estimula a cultura, como a Sra. Deputada Mariana Matos dizer o que disse aqui e fico triste por não ouvir a Sra. Deputada Catarina Furtado, mulher de cultura, dizer o que pensa sobre o PROMÉDIA.

Deputado Francisco Coelho (PS): A sua esperança agora é vir para aqui?!

O Orador: Não, é ouvir os que estão aí.

Também gostava de ouvir o Sr. Deputado Lizuarte Machado da Ilha do Pico, o Sr. Deputado Hélder Silva ou o Sr. Deputado Alberto Costa, de Santa Maria, ilhas que têm jornais que lutam todos os dias para sobreviver, para fazer sair uma edição, que precisam deste apoio, porque este apoio marca diferença entre a sobrevivência e a não sobrevivência e o Sr. Secretário Regional da Presidência, quer queira, quer não queira, por muito que diga que não, V. Exa. ficará para sempre associado, se calhar, à morte de muitos jornais dos Açores.

Eu espero que o futuro não me dê razão, mas se me der razão V. Exa. terá essa infeliz paternidade. Espero que a história, os açorianos e os leitores destes jornais o julguem e tirem politicamente as consequências dessa circunstância.

Deputado Clélio Meneses (PSD): E jornalistas despedidos.

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Ao fazer-se como este Governo quer fazer, de uma maneira cega alterar as regras de apoio à comunicação social, o Governo está a esquecer uma outra questão: é que a insularidade e a dupla insularidade nos Açores é que justificaram este tipo de apoios. Os tipos de apoio que ainda hoje vigoram são o reconhecimento por parte da Região de que se justifica um apoio supletivo aos meios de comunicação social, porque os custos dos factores de produção nos Açores são mais elevados do que no Continente, como acontece com o subsídio do papel que a maioria e este Governo querem agora eliminar.

O papel nos Açores, caso os Srs. Deputados da maioria não saibam, custa cerca de 20 a 30% mais do que custa no Continente e por uma simples razão: é que o papel utilizado nos Açores para a impressão de jornais não vem para os Açores em bobines, ao contrário do que acontece no Continente, tem que ser cortado e transportado para os Açores e representa um custo agravado e por isso é que havia um apoio para o papel e que agora desaparece para o Governo Regional poder poupar 268.604 €.

Deputado Francisco Coelho (PS): O Governo e o Grupo Parlamentar do PS já disseram que a preocupação não é a poupança!

O Orador: Sr. Deputado Francisco Coelho, o senhor tem uma maneira estranha de levar estes debates. O senhor faz um gracejo a propósito de tudo. Estamos a discutir isto com seriedade.

Isso é poupar, porque se desaparece o apoio ao papel está a poupar e não gasta no papel.

Portanto, desaparece o apoio ao papel, apoio fundamental para a comunicação social impressa nos Açores. É impossível ignorar esta circunstância, é impossível ignorar este facto, como faz, aliás, a maioria e o Governo Regional.

Não tenho esperança que os senhores mudem de opinião, porque já está declarado que vão apoiar esta iniciativa legislativa, mas gostava, pelos menos, por uma questão de coerência, que os Srs. Deputados da maioria que estão aí sentados se considerem desafiados a pronunciar-se sobre esta matéria para que fique registado no diário da sessões qual é a vossa posição para que possamos fazer um julgamento político no futuro.

Assumam com clareza as dúvidas que, em surdina, espalharam pelos corredores deste parlamento, que expressem com clareza nesta câmara as dúvidas que expressaram em vários sítios e que aqui, por uma questão de disciplina partidária cega, não querem expressar, calam e consentem.

Considerem-se desafiados a assumirem aqui, porque, afinal, os senhores estão cá, como eu estou, para defender os interesses das vossas ilhas e representar os Açores.

Deputado Francisco Coelho (PS): Isso é arrogância.

O Orador: Não é arrogância, é preocupação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Este PROMÉDIA não é um PROMÉDIA, é um “CONTRAMÉDIA” que vem impor uma lei do garrote financeiro aos órgãos de comunicação social e ficamos tristes que isto aconteça e se esta proposta for aprovada, hoje será um dia triste para a comunicação social dos Açores.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

Deputado Jaime Jorge (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, não quero deixar de agradecer aqui as suas explicações e o esforço que fez em me provar que os meus receios relativamente aos órgãos de comunicação social do Pico não eram fundamentados, mas eu acho que o senhor acabou exactamente por justificar os meus piores receios, porque acabou por falar em três ou quatro tipos de apoios que actualmente os órgãos de comunicação social recebem, nomeadamente o apoio ao papel, o apoio à energia, o apoio à comunicação e o apoio aos portes pagos.

O que o Sr. Secretário me confirmou foi que três deles desaparecem e mantém-se apenas um e a minha conclusão é a seguinte: ao fim e ao cabo acaba por haver uma redução substancial nos apoios que os órgãos de comunicação social da Ilha do Pico recebiam, porque desaparecem três e nestes três está incluído, apenas e só, o mais importante de todos, que é o do papel, no caso da imprensa escrita. É de facto o maior apoio, é aquilo que garante a sustentabilidade destes órgãos de comunicação social.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Não é o maior apoio. Acabei de explicar que não era o maior.

O Orador: Dos três apoios que desaparecem, é o maior.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Qual é o jornal em concreto?

O Orador: Por exemplo para o “Ilha Maior”, mantém-se um apoio que ele já tinha.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Que é o maior. São 6.179 €.

O Orador: Sr. Secretário, mas dos três apoios que desaparecem, o apoio ao papel é o maior.

Presidente: Agradecia que não entrassem em diálogo. Os senhores vão ter oportunidade de poder esclarecer isso.

O Orador: De qualquer forma em gostava de dizer, Sr. Secretário, que há, de facto, duas economias distintas nos Açores e a da ilha do Pico não se pode comparar à economia da Terceira e à economia de S. Miguel, que são mercados que geram publicidade, que provavelmente podem sustentar órgãos de comunicação social. O Pico não tem essa capacidade, nem é com o esforço, que eu saúdo aqui, das novas regras de publicidade institucional, que essa questão se vai resolver e vamos ver isso no futuro.

É evidente que esta regulamentação vigora apenas e só por três anos e estou convencido que esses três anos vão ser suficientes para a extinção de algum órgão de comunicação social escrita na Ilha do Pico.

Portanto, Sr. Secretário, acabo por não sair daqui descansado com as suas explicações. Muito obrigado.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para clarificar.

Eu penso pessoalmente o que digo e digo o que penso. Se falo em representação do Grupo Parlamentar do PSD, o Grupo Parlamentar do PSD pensou o que eu declararia e eu declarei o que o Grupo Parlamentar pensa.

Portanto, ao contrário do que o Sr. Secretário Regional da Presidência quis dizer, o Grupo Parlamentar do PSD acha má esta reforma e vai votar contra ela. Não há demagogia nem retórica que permita dizer o contrário do que eu acabei de afirmar.

Para que o Sr. Secretário não possa dizer o que disse, fazendo comédia, fique seguro que o PSD sabe o que quer e está contra esta reforma.

O senhor sabe que o PSD, em devido tempo, aquando da apresentação do orçamento que reduziu as verbas para a comunicação social, votou contra e apresentou uma proposta de

alteração, para que se mantivessem os mesmos valores de apoios financeiros à comunicação social.

Mais:

Sabe o Sr. Secretário, que além de tudo é jurista, que a oposição depois da aprovação do orçamento, por força da conhecida lei travão, não pode apresentar uma proposta no ano em curso que contrarie as despesas previstas no orçamento aprovado em 2005 e, portanto, há, de facto, um impedimento da oposição quanto à apresentação de uma proposta para entrar em vigor no ano de 2006.

Se há alguém que está atrasado, relativamente a esta matéria, é o Governo, porque desde 1996 que anuncia uma reforma, com vários ziguezagues, como eu tive oportunidade de provar, e só agora a apresentou.

Mais do que isso: se tinha a intenção de apresentar essa reforma, ela devia ter sido apresentada antes da aprovação do orçamento, mas atrasado fez tudo ao contrário, primeiro aprovou o orçamento e só depois apresentou uma proposta que até tinha intenção de entrar em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2006, mas nem isso conseguiu.

Portanto, quem está atrasado e com trabalho de casa por fazer é o Governo e não o PSD.

Por uma questão de lealdade no processo legislativo e no debate parlamentar, o Sr. Secretário sabe que foi anunciado em sede de Comissão, pelos meus colegas deputados, membros da comissão que analisou o diploma, que o PSD apresentaria uma proposta neste contexto que acabei de referir e podia-se então ter acertado, uma análise conjunta, como, aliás, o PSD fez com a sua proposta de publicidade institucional.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Esta está apresentada e aguarda, por vontade do proponente, a proposta do Governo, que ainda não se conhece. Mais um atraso do Governo Regional.

Assim é que o debate é leal e fica a verdadeira reposição dos factos.

O PSD está contra esta proposta e não disse o que não pensou, nem pensou diferente do que disse.

Uma nota ao Sr. Deputado Francisco Coelho:

Na verdade é a reforma que o Governo do PS apresenta neste Parlamento que, verdadeiramente, no que é original não presta e no que é bom não é original. Este retrato

aplica-se exactamente a esta reforma que, no que tem de reformadora, é má e só tem de bom o que não inova.

Portanto, Sr. Líder da bancada do Partido Socialista, o seu recado é dirigido ao Governo, até porque o senhor deve estar com um problema de consciência, na medida em que começou a sua actividade como jornalista do jornal “A União” que hoje considera, com esta proposta, que pode estar em causa a sua sobrevivência. Veja lá, o senhor que foi jornalista nesse jornal!

Deputado Francisco Coelho (PS): Colaborador.

O Orador: A informação que eu tenho é que foi jornalista e não colaborador.

Este facto é relatado pelos próprios proprietários destes títulos e em análise ao diploma está em causa a sua sobrevivência.

Este processo, como dizia o meu colega Deputado Jaime Jorge, não é um processo de economia, nem de concorrência.

Apesar da intervenção do Deputado Henrique Ventura, o PS não está sensível à economia solidária. Mas nem é de economia solidária que tratamos aqui, tratamos de uma subvenção e de um apoio que deve ser assumido como essencial à formação cívica da cidadania activa e responsável dos cidadãos através da informação dos nossos pequenos jornais.

Esta acção de formação cívica merece o nosso apoio. Nos Açores batemos o recorde *per capita* do número de títulos na imprensa escrita que há no país.

Esta marca identitária da Região Autónoma dos Açores merece incentivos por parte do orçamento público da Região, até porque não é uma questão de gasto, é uma questão de investimento e de apoio na formação cultural.

E mais:

Como dizia o meu colega Deputado Pedro Gomes, estamos a falar de 40 mil contos, ou seja, 200 mil euros.

Sr. Deputado, nem é uma reorientação, nem é poupança, porque se havia eventualmente alguma desconfiança ela resolvia-se pela fiscalização da aplicação dos apoios atribuídos pelo actual sistema. Aí, sim, estávamos a procurar assegurar a correcta aplicação dos meios financeiros disponibilizados pela Região aos órgãos de comunicação social, porque eles são verdadeiramente dirigidos à comunicação social, mais do que à própria empresa

proprietária desses órgãos de comunicação social. Apenas são formalmente atribuídos às empresas proprietárias.

Por outro lado, Sr. Secretário Regional, o senhor parece, por cada afirmação que faz, tentando desmentir a preocupação dos próprios órgãos de comunicação social, manifestar o desconhecimento do seu próprio diploma, porque o senhor diz que mantém o actual sistema, apoiado, na íntegra, no apoio ao porte pago.

A sua proposta, no artigo 11º, o que diz é que o apoio à difusão consiste ainda no pagamento de 60 ou 95% das despesas de correio relativas à expedição postal.

Portanto, na verdade não só reduz vários apoios por extinção, como reduz aqueles que mantém. Há manifestamente uma redução e isso não tem a ver com racionalização, tem a ver com a perseguição cirúrgica aos órgãos de comunicação social nesta Região e isso é inaceitável.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): O senhor não está a ser sério.

O Orador: Mais:

Sr. Secretário Regional, o senhor põe em causa os órgãos de comunicação social, o emprego de muitos jornalistas que trabalham nesses órgãos de comunicação social que nem sequer têm rendimentos, e eles sabem bem do que falo, que correspondam a uma actividade económica lucrativa. O próprio pagamento dos seus vencimentos é mais simbólico por um trabalho que dão à cultura e à informação do que propriamente por um pagamento justo pelo trabalho que desenvolvem nesses órgãos de comunicação social.

Essa reforma é prejudicial e os responsáveis são o PS e o Governo.

Era interessante que cada um dos Srs. Deputados pudesse assumir essa responsabilidade, designadamente os deputados das pequenas ilhas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Foram muitas as questões, mas vou tentar responder a todas elas de uma forma rápida e, sobretudo, esclarecedora.

Começando pelo fim, eu gostava que, se me é permitido e o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro concordar, essa questão relativa ao artigo 11º ficasse para uma discussão na especialidade.

O Sr. Deputado José Manuel Bolieiro referiu o parecer do jornal “A União” dizendo que no seu parecer tinham dito que esta proposta significava o fim.

Ora bem, Sr. Deputado, em primeiro lugar a proposta do jornal “A União” foi feita em relação à versão inicial do diploma que tinha um aspecto que foi alterado que era o de dizer que qualquer jornal propriedade ou editado duma confissão religiosa não seria apoiado. Ora, isso não acontece na versão aprovada.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O parecer que eu citei é da Gráfica Açoriana, é de um artigo de chefe de redacção.

O Orador: Ah, é da Gráfica Açoriana. A proprietária do Correio dos Açores, do Diário dos Açores, do Atlântico Expresso e do Açorianíssimo.

Gostava ainda de salientar, em relação ao parecer do Jornal “A União”, que houve esta alteração exactamente tendo em conta a realidade que existe e que existem órgãos sem carácter religioso, sem carácter de promoção duma confissão religiosa e que não faria sentido estarem excluídos.

Salvaguardou-se, desta forma, a questão da laicidade neste tipo de apoios e de intervenção do Estado nesta área.

Mas, mesmo assim, eu gostava de dizer que, por exemplo, no caso do parecer do jornal “A União” admite-se a extinção dos apoios ao papel, sugerindo que deviam ser substituídos pela obrigatoriedade de toda a publicidade oficial ser publicada em todos os órgãos de comunicação social diário.

Em relação ao parecer que era da União, que agora já não é, mas da Gráfica Açoriana, estamos esclarecidos.

Relativamente ao atraso do Governo Regional, o Governo Regional não está atrasado pelo simples motivo de que o Governo não está a fazer corridas com o PSD. O Governo Regional está a fazer as reformas que entende que deve fazer.

O sentido da minha conversa relativamente à questão do PSD afinal considerar que esta era uma boa reforma e ter vergonha de o admitir, tem a ver com o facto dos senhores, terem a possibilidade, se quiserem, de apresentar proposta de alteração, porque neste caso a lei

travão não se aplica. O senhor tem uma acção no plano que diz PROMÉDIA e que está na competência desta Assembleia decidir.

Os senhores não apresentam nenhuma proposta de alteração, porque concordam com esta ou porque não têm a paciência de a fazer e esta segunda hipótese acho que não é verdade. Resta a primeira.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não é nada disso.

O Orador: Nesta medida gostava também de aproveitar para referir algumas questões do deputado Paulo Gusmão.

Esta reforma não é feita à pressa, não é feita a mater, não é apressada.

Desde finais de 2004 que se foi salientando a necessidade de se proceder à reforma neste sentido e, portanto, este argumento não colhe. Isto prende-se também com uma observação que fez o Sr. Deputado Pedro Gomes relativamente à alteração cega, o valor dos apoios ser pouco e a outra questão da poupança dos 200 mil euros.

Eu disse e reafirmo nesta casa que o objectivo do Governo Regional não é poupar 5, 10, 15, 200, 500 ou 600 mil euros.

Eu acredito que se for preciso para o ano até poderemos ter mais dinheiro no PROMÉDIA. O objectivo não é este.

Agora, há algo que escapou aqui à discussão: o PSD não disse se acha que o Estado ou a Região devem compartilhar despesas de funcionamento de órgãos de comunicação social privados.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Disse sim senhor. O senhor é que não ouviu.

O Orador: Aquilo que eu disse há um ano, disse sim senhor. Aquilo que eu digo agora é diferente? É sim senhor. Sabe por que é que é diferente? Porque, de um processo de consulta que eu desencadeei em relação a esta Proposta, recebi da parte de órgãos de comunicação social, das chamadas Ilhas da Coesão, alertas e chamadas de atenção para a utilidade de consagrar esta solução. Por isso é que ela aqui está.

Ainda em relação ao Sr. Deputado Pedro Gomes, tudo afasta o PSD da proposta do Governo, mas o PSD não quer ter o trabalho de apresentar uma proposta.

Srs. Deputados do PSD, vamos ver se nos entendemos. Os senhores têm a possibilidade, reconheço que têm a competência, reconheço que têm os meios, reconheço que têm o conhecimento para apresentar propostas de alteração a este diploma.

O Sr. Deputado não me diga que o Governo não quis esperar por ninguém, porque os senhores sabem, pelo menos, há 6 ou 10 meses que esta proposta estava em preparação e, portanto, não há aqui o problema de serem apanhados de surpresa e não terem tempo para apresentar uma proposta.

Em relação a esta matéria é importante, na perspectiva do Governo, que este assunto fique perfeitamente claro e o Governo é o primeiro a dizê-lo: o PSD tem o conhecimento, a competência a oportunidade e os meios para apresentar propostas de alteração ao PROMÉDIA. Por que é que não o faz?

Em relação ao Sr. Deputado Paulo Gusmão, eu agradeço as considerações que teceu em relação ao PROMÉDIA. Relativamente à sua sugestão eu gostava de dizer o seguinte:

O Governo não considera que este processo de reforma esteja encerrado com a aprovação do diploma, porque tem ainda uma componente fundamental que é a questão da publicidade institucional, que está a ultimar, mas também porque quer acompanhar os efeitos que esta reforma vai produzir e, portanto, por isso é que eu referi na minha intervenção inicial que uma das razões para a previsão dos três anos, é exactamente, para além duma avaliação anual daquele que é o impacto e a utilização que é dada ao PROMÉDIA, poder fazer esta avaliação.

O Governo considera que, com todo o processo de debate que houve até este momento, nós não estamos em condições de adiar por mais tempo esta reforma e, portanto, na perspectiva do Governo, entendemos que estão reunidas as condições para que o diploma seja apreciado e votado pela Assembleia, entrando em vigor na data prevista.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(*) **Deputado Helder Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Pedro Gomes lançou-me aqui um convite, que muito me honra, para apresentar aqui aquilo que é a minha posição relativamente a esta matéria, embora acompanhado de uma nota que, devo confessar, me agradou menos, quando disse que: “... por uma questão de disciplina partidária, alguns deputados desta bancada poderiam votar favoravelmente este diploma”.

Com essa nota não posso deixar de fazer duas referências: uma, desde logo e a seu tempo, apresentar as minhas razões, considerações e a apreciação que faço, neste momento, deste diploma; e a segunda fazer uma referência relativamente àquilo que foi a minha posição em sede de Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho que, como todos aqueles que estiveram presentes na Comissão hão-de reconhecer, poderá ser qualificada de várias maneiras, mas nunca de alguém que se prontifica a estar presente naquela Comissão numa postura de disciplina partidária.

O que é que eu fiz na Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho? Fiz aquilo que me compete, como deputado da ilha do Faial, embora considerando, conforme referi, que achava, e continuo a achar, que este é um bom diploma na perspectiva daquilo que são os seus objectivos, na perspectiva daquilo que são as suas linhas de força, na perspectiva daquilo que são as razões que induziram à sua alteração, eu tinha dúvidas relativamente ao impacto que este novo conjunto de regras poderia ter, particularmente, em relação às ilhas médias, não apenas por ser a ilha que represento, neste caso o Faial, mas porque a minha preocupação estendia-se também em relação à ilha do Pico. Porquê? Porque se trata, ao contrário das ilhas maiores que têm uma maior produção, nomeadamente de jornais e têm tido ao longo dos anos um acesso maior aos apoios que têm sido concedidos.

Também não se trata das ilhas mais pequenas que são aquelas que estão sujeitas às regras das designadas Ilhas da Coesão e que, portanto, têm também alguns apoios ao funcionamento.

Portanto, a preocupação que eu levantei e dirigi ao Sr. Secretário Regional da Presidência foi a seguinte: “O Sr. Secretário Regional da Presidência pode dizer-me concretamente qual é que acha que vai ser o impacto desta reforma e destas novas medidas na comunicação social nas ilhas médias como a ilha do Faial e a ilha do Pico?” Devo confessar que não tive uma resposta muito esclarecedora no âmbito da reunião que tivemos na comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Esta minha dúvida ficou um pouco no ar, mas houve, no entanto, uma observação que me deu algum descanso e que, aliás, foi reiterada agora pelo Sr. Secretário Regional e que foi a seguinte: “Este é um processo dinâmico, este é um novo diploma que vai ser reapreciado no

final deste e do próprio ano e terá uma reavaliação mais profunda dentro dum período de três anos”.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Vai aos ziguezagues.

O Orador: Isto deu-me alguma tranquilidade.

Este como qualquer diploma deve ser atendido e considerado nesta perspectiva, numa perspectiva dinâmica. A legislação hoje não é uma coisa estática, aquelas coisas que são feitas a prazos de 10, 15 ou 20 anos.

Qual é a melhor maneira que eu posso reflectir a minha posição, neste momento, relativamente a este diploma? A melhor maneira que eu tenho é pegar nas palavras do Sr. Deputado Jaime Jorge que muito bem disse o seguinte: “Eu estava preocupado com o impacto deste diploma, mas as palavra do Sr. Secretário Regional da Presidência descansaram-me”.

Também me descansaram, porque apresentou números claros. Senão vejamos: nós temos a garantia de que há uma atribuição de um bolo financeiro, no âmbito destas novas medidas, que é idêntico àquele que foi atribuído no ano de 2005.

Nós temos os números que agora são mais esclarecedores relativamente aos órgãos de comunicação social, particularmente escrita, porque também são aqueles que levam uma maior parte deste bolo e que nos indicam que aquilo que são os apoios ao papel têm um peso relativo reduzido no bolo geral dos apoios atribuídos a esses órgãos de comunicação social nestas ilhas.

Portanto, a conclusão imediata é que ficará um bolo maior para todas as outras acções que estão previstas neste diploma. Isto é fácil de entender e neste momento, Sr. Secretário Regional, estou esclarecido e votarei favoravelmente este diploma, não por uma questão de disciplina partidária, mas porque concordo com ele, na certeza, porém, de que estou certo que o Sr. Secretário Regional garantirá o acompanhamento deste diploma e eu, enquanto deputado de ilha, também o farei ao longo dos próximos meses.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Mariana Matos.

(*) **Deputada Mariana Matos (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção é só para fazer um pequeno esclarecimento ao Sr. Deputado Pedro Gomes.

A minha intervenção na área cultural nos Açores, nomeadamente em S. Miguel e no meio da comunicação social, é feita da mesma maneira que eu vivo a minha vida desde há 30 anos, desde que me conheço.

Eu digo sempre aquilo que penso e sempre que achar que assim deve ser.

Portanto, neste momento eu considero que o PROMÉDIA é uma boa reforma para a comunicação social e vai trazer benefícios ao meio da comunicação social da Região.

Sr. Deputado Pedro Gomes, embora eu participe no suplemento de cultura do Açoriano Oriental, vou votar favoravelmente o PROMÉDIA, sem atenção a qualquer tipo de disciplina político-partidária.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Respondendo ao desafio do Sr. Deputado Pedro Gomes, não vou só pronunciar-me sobre o PROMÉDIA.

De manhã falou-se de teatro, há tarde acho que se fez um bocado de teatro nesta casa.

Deputado Mark Marques (PSD): Está a ofender o Sr. Secretário.

A Oradora: Como tal, responderei à sua deixa, e não numa de disciplina partidária, dizendo e recorrendo a uma cena do Club dos Poetas Mortos “*oh captain my captain*”.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, o senhor vai ter que me explicar, em primeiro lugar, muito bem explicadinho, muito devagarinho, como se eu fosse do PSD,...

(Risos das bancadas do PS e do Governo)

... o que é que o senhor quis dizer quando lembra que eu fui colaborador de jornais? Fui e sou.

Quero que o senhor me explique e explique a esta câmara o que é que o facto de eu ter sido colaborador de jornais tem a ver com a opinião que eu tenho sobre esta matéria?

Se eu, por acaso, vendi alguma vez a minha consciência a algum jornal, o que é que o senhor quis insinuar? É porque à fraca argumentação, o PSD, dentro de um velho vício estético, entra na forte insinuação e isso eu não lhe admito, nem a si, nem a ninguém. Não lhe admito que à falta de argumentação venha dizer: “o senhor já foi jornalista”. Já fui, “colaborador de jornais”, ainda sou e significa que eu conheço os jornais dos Açores muito melhor do que o senhor e continuo a escrever.

Agora, o senhor vai ter que dizer o que é que isso tem a ver com a minha opinião, porque eu não lhe admito insinuações.

À falta de argumentação o PSD é sempre a mesma coisa, o PSD não aprende.

Fiquem os senhores sabendo que este grupo parlamentar que aqui está, para eles a disciplina é uma coisa natural, porque pensam pela sua cabeça, porque criticam, levantam as questões, porque somos um grupo parlamentar e um partido plural. Para nós, a disciplina partidária é uma coisa natural.

Os senhores não podem olhar para aqui e verem-se ao espelho. Isto que fique absolutamente claro hoje e sempre.

Em relação a argumentação este debate foi muito útil, porque à falta de argumentos veio a insinuação,...

Deputado Mark Marques (PSD): Insinuação de quê?

O Orador: ... a demagogia, a pesca à linha, a demagogia de que os senhores jornalistas vão ser despedidos. Só faltou cantarem os famélicos da fome, mas ainda hão-de lá chegar.

Ficou claramente aqui posta duas posições absolutamente distintas: o PSD é ainda o partido soviético, paternalista e pequenino que fez dos Açores uma economia soviética e protegida; o PS não foi, veio para o Governo para não ser e vai continuar a não ser.

Que fique também aqui claro, já que os senhores param para fazer de cangalheiro de Luck & Luck e ficarem sentados numa pedra a ver quando é que um jornal morre, que nos Açores já morreram muito jornais, já nasceram muito outros, vão continuar a morrer e vão continuar a nascer. Isto é a vida, isto é a sociedade, também é a procura cultural, isto é um

mercado e assim vai continuar a ser. Isto não é drama nenhum e o Partido Socialista, o seu Governo e o seu Grupo Parlamentar não estão absolutamente nada preocupados com isso. Que fique também aqui claro este facto.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Das palavras do Sr. Deputado Francisco Coelho, eu concluiria: viva a economia de mercado e também viva a liberdade dentro da disciplina partidária, aliás, eu sou o melhor exemplo disso, e é nesse sentido que vou apelar à liberdade dos Srs. Deputados do Partido Socialista para a proposta modesta que apresentei, mas que tem a ver com essas dúvidas que nos são colocadas.

Não é tanto saber se o processo foi feito à pressa, que não foi, porque já vem há algum tempo, mas que entrará em vigor à pressa e isso julgo que ninguém o pode negar.

Portanto, julgo que será uma medida de bom senso, será até a primeira das medidas de acompanhamento e que o melhor dos efeitos é saber gerar expectativas e os meios de comunicação social se prepararem durante estes meses para um novo ano.

Julgo que é uma medida de bom senso aprovar este diploma e não se põe sequer qualquer questão, com o devido respeito à posição do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, de não poder fazer esta alteração, porque aquilo que o artigo 23º, nº 2 do Estatuto da Região diz é que não pode haver aumento de despesas, o que não é o caso.

Não há um aumento de despesa, há uma manutenção de despesas para além de que o PROMÉDIA também estava orçamentado, mas mesmo que assim não fosse, aqui estava.

Mas, a nota principal era certamente para me associar ao “viva ao mercado e viva a liberdade partidária”.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do governo:

Apenas para clarificar um aspecto e que tem a ver com o seguinte:

Reafirmo, e já o disse aqui, a questão do Governo Regional acompanhar os efeitos desta reforma, mas há algo que nós temos que distinguir e que o Governo Regional estará bastante atento a distinguir com base num número, nos montantes e no impacto dos apoios que existem, de acordo com a actual legislação.

Uma coisa são efeitos do PROMÉDIA, outra coisa são decisões de gestão das empresas proprietárias de comunicação social. Não queria deixar passar esta oportunidade sem que isto fique muito claro na câmara: uma coisa são efeitos do PROMÉDIA, outra coisa são decisões de gestão que mentes mais perversas até podiam considerar que poderiam ser tomadas com a desculpa do PROMÉDIA.

O Governo está alertado para isso, mas continuará, e reafirmo, a acompanhar os efeitos desta reforma.

Muito obrigado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): *Muito bem!*

Presidente: Ainda há mais Srs. Deputados inscritos, mas agradezia ao Sr. Secretário da Presidência e aos Srs. Líderes parlamentares que viessem aqui à mesa para fazermos um ponto da situação dos nossos trabalhos.

(Pausa)

Srs. Deputados, vamos prosseguir com os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco Coelho, a sua intervenção, para além de ser breve na parte do PROMÉDIA, foi apenas para afirmar a convicção dos argumentos aduzidos por parte do PSD, pela inteligência que todos os membros do PSD colocam quanto à avaliação política de qualquer iniciativa legislativa ou de qualquer outro acto político.

A outra vertente, essa mais penhorada e surpreendente para mim, é pessoal.

Sr. Deputado, o senhor sabe que, na questão relativa à sua condição de colaborador de imprensa, eu apenas repeti uma informação que recebi, a de que tinha sido jornalista. Não

estava, nem nunca esteve associado a esta declaração, qualquer insinuação. Não é meu timbre na acção política, e pelo fair-play e lealdade que coloco nos combates políticos, exercer a insinuação pessoal a quem quer que seja.

Portanto, que o Sr. Deputado não admita em geral a insinuação sobre a sua pessoa, está muito bem, agora que a impute à minha pessoa e à expressão que eu aqui usei para apelar à sua sensibilidade quanto às preocupações que o próprio jornal “A União” levanta sobre o seu futuro, com a aplicação do PROMÉDIA, penso que foi dramático e injusto para com o meu argumentário.

Sr. Deputado Francisco Coelho, considerando a sua pessoa, nunca fiz, em relação a si, nem em relação a qualquer dos seus colegas deputados, a insinuação que o senhor acabou de fazer relativamente aos meus colegas deputados.

Eu considero a inteligência dos meus pares, considero a inteligência do Sr. Deputado e dos seus pares.

Portanto, é este exercício de lealdade que eu quero reafirmar, em relação ao combate político que faço ao Governo, em relação ao combate político que faço à maioria e em relação ao debate que posso protagonizar pessoalmente com o Sr. Deputado.

Para que fique claro, não está subjacente em nenhuma das minhas declarações qualquer insinuação à sua independência, às suas convicções ou às suas posições políticas.

Deixe-me também dizer-lhe que o Sr. Deputado dramatizou injustamente, e procurou, numa espécie de contra ataque, atingir a honra desta bancada, no que diz respeito à minha capacidade de explicação ou à capacidade de compreensão dos meus colegas.

A informação que eu recebi era no sentido de ter sido, em tempos jornalista do Jornal “A União” e apelei quanto à continuidade de um jornal para o qual o senhor colaborou. Nada disso tem a ver com insinuações sobre o que quer que seja.

Sr. Deputado, creia que aquela reacção não tinha cabimento e não se justificava. Desminto que tenha feito qualquer insinuação. Se compreendeu assim, pode crer que não é a compreensão correcta da minha intenção.

Por outro lado também, sem tibiezas, quanto ao combate político que ambos podemos protagonizar, o respeito e estima pessoal, política e intelectual, não está em causa com qualquer divergência de opinião que mantenhamos.

De forma serena digo-lhe que não insinuei nada e não posso, por isso, aceitar qualquer ofensa que o senhor possa ter relativamente à minha declaração, como também não posso aceitar que um contra ataque possa raiar a deselegância quanto à minha inteligência ou a inteligência dos meus colegas.

Muito obrigado.

Deputados Mark Marques e Jorge Macedo (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar e relativamente à última intervenção do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, digo-lhe que aceito pessoalmente o seu esclarecimento e tenho este episódio como sanado.

Tenho obviamente que pensar, mas isso acontece a todos, que essa ligação que, objectivamente, acabou por fazer foi infeliz, mas infelicidades acontecem a todos.

Também há-de permitir-me, ao nível político, que sensibilidade é uma coisa, opinião política é outra. Sensibilidade relativamente à comunicação social eu tenho.

Não tenho contradição absolutamente nenhuma com a defesa deste diploma e com aquilo que eu penso sobre a comunicação social açoriana.

Sr. Deputado Paulo Gusmão, a sua proposta, simpática e económica, merece-me o seguinte comentário: vem um pouco tarde, porque nós já pensámos muito sobre esta matéria, já a analisámos e não podemos ficar sentados numa pedra com angústias. A política deve ser reflectiva, deve ser pensada e depois de pensar e reflectir é preciso agir. Nós sabemos pensar, reflectir e ponderar. Sabemos agir quando é o momento e mesmo depois da acção continuamos, de forma contínua e permanentemente, a avaliar, a controlar e estamos sempre dispostos também, se preciso for e nas circunstâncias precisas em que o forem, a mudar de rumo ou de atitude.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma última nota a propósito do ficar sentado numa pedra.

Vim tarde, porque este é que é o momento em que posso apresentar uma proposta. Já o tinha feito em sede de Comissão, e penso que o Sr. Secretário Regional se lembrará, e neste momento apresento a proposta, que não é propriamente uma inovação, há quem já o defendesse e julgo que nunca é tarde para melhorar. Foi com esse propósito que apresentei a proposta.

Já percebi que o seu voto não será favorável, mas continuo a apelar à liberdade de voto dos Srs. Deputados do Partido Socialista que poderão, eventualmente, ter outra opinião.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar este diploma na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, o diploma foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos passar à especialidade.

Creio ter ouvido o Sr. Secretário Regional da Presidência ter dito que queria pronunciar-se sobre um artigo na especialidade. Pode indicar-me qual o artigo.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): É sobre o artigo 11º.

Presidente: Assim sendo, vou pôr à votação os artigos 1º até ao 10º inclusive.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 26 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Artigo 11º.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para clarificar uma questão que foi levantada pelo Sr. Deputado José Manuel Bolieiro em relação ao artigo 11º.

O artigo 11º efectivamente reforça os apoios, porquê? Reforça os apoios pelo seguinte:

Na actual formulação estes apoios são apenas para jornais e o que esta proposta faz é alargar estes apoios para todas as publicações.

Alarga-se também o apoio à expedição postal a qualquer publicação para assinantes no arquipélago. Estou a reforçar a ideia que referi anteriormente.

Em relação àquilo que o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro disse é sobre o nº 2 que se traduz no seguinte:

Neste nº 2 materializa-se a ideia de complementaridade em relação ao sistema de apoios nacional. Porquê? Porque existem publicações na nossa região que estavam excluídas deste apoio nacional, em virtude das suas tiragens.

Aquilo que nós fazemos aqui, em sede do PROMÉDIA é consagrar apenas para estas publicações o recurso a verbas regionais para cobrir esta matéria.

Podem perguntar-me: então os outros deixam de ter este apoio? Não deixam, porque continuam a poder recorrer a este apoio a nível nacional.

Portanto, há aqui esta complementaridade em que todas as publicações da Região Autónoma dos Açores ficam cobertas, umas ao nível nacional e outras com este sistema regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para um esclarecimento.

Na verdade o diploma actualmente em vigor suporta este mesmo custo em 100% e esta proposta assegura este apoio nos valores de 60 ou 95%. Obviamente que há uma redução, em relação ao actualmente em vigor.

Foi este o argumento que eu aduzi para dizer que havia uma redução, especificamente no apoio, antigamente chamado “Porte Pago” e agora designado como despesas de correio relativas à expedição postal.

Esta é uma redução matemática e não há interpretações possíveis quanto a ela. Foi um argumento quase de ordem silogística, ler e compreender o que está escrito.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos votar o artigo 11º.

Os Srs. Deputados que concordam, por mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 11º foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar agora desde o artigo 12º até ao artigo 26º.

Os Srs. Deputados que concordam, por mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 26 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração para o artigo 27º., apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Os Srs. Deputados que concordam, por mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 26 votos a contra do PS, 14 votos contra do PSD e 1 voto a favor do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar o artigo 27º.

Os Srs. Deputados que concordam, por mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 27º foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD e 1 voto contra do Deputado Independente.

Presidente: Vamos passar agora à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, em votação final global, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De forma ponderada, esclarecida e absolutamente livre esta Assembleia Legislativa, por maioria absolutamente clara, aprovou este diploma.

Pensamos que este diploma traz muitas virtualidades. É uma reforma importante e significativa no apoio aos órgãos de comunicação social açorianos.

É também um estímulo a uma maior racionalidade, a uma melhor gestão, a uma maior criatividade no aproveitamento dum conjunto de apoios ao investimento e à inovação tecnológica.

Percebemos que é normal em democracia e nesta casa plural que hajam opiniões diversas. Assim é, e assim deve ser.

Registamos que, com excepção do prazo de vigência, não houve apresentação de propostas de alteração substantivas a este diploma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O regime actualmente em vigor de apoios à comunicação social dos Açores decorrem da nossa realidade insular, decorrem da nossa realidade em termos culturais. A dimensão de títulos de comunicação social dos Açores é uma riqueza patrimonial que não deve ser, de forma alguma, posta em causa.

A nossa realidade insular, em termos geográficos, é da dispersão, o que justifica e fundamenta, de forma clara, que tenham existido apoios, designadamente, como foi aqui bem explicitado, em relação ao papel, ou seja, a nossa realidade insular, açoriana, cultural e geográfica justifica os apoios que existiram até hoje com a aprovação deste diploma.

Com a aprovação deste diploma ficou claro que muitos estão contra ele, nomeadamente alguns jornais, os que são directamente afectados, os jornalistas que vêem, com esta aprovação, o seu posto de trabalho em perigo, e o próprio Presidente do Governo com declarações suas de há três anos atrás. Muitos estão contra e estou ciente de que mesmo alguns deputados do PS não estão a favor deste diploma, conforme manifestaram no seu voto.

Deputado Osório Silva (PS): O senhor pensa por si.

O Orador: O PSD, estando contra, fez aquilo que a sua consciência ditou e, sobretudo, fez aquilo que julga que é melhor para a preservação da realidade e da riqueza cultural que são alguns títulos da comunicação social açoriana.

Dando sequência a isso, o PSD vai apresentar, como já anunciou, a sua proposta para regular estes apoios.

Em coerência com esta posição, o PSD já apresentou um diploma que também visa regular a relação dos poderes públicos com a comunicação social dos Açores relativamente à publicidade institucional.

Porque o Governo também tinha isso anunciado nesta Assembleia, o PSD, de uma forma legítima e leal de agir em termos legislativos, aguardou que o Governo apresentasse a sua proposta. O mesmo o Governo não fez em relação ao PROMÉDIA.

Por isso, esperemos que, quando todas as posições sobre esta matéria estiverem em discussão, se chegue, finalmente, a uma posição correcta e respeitadora da comunicação social dos Açores.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: O Sr. Deputado Francisco Coelho pede a palavra para?

Deputado Francisco Coelho (PS): Para defesa da honra.

Presidente: Tem a palavra para a defesa da honra. Agradeço que explicita essa ofensa.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu sei que a hora vai adiantada, que estamos a trabalhar desde manhã e é natural que nalgumas coisas o discernimento de todas as partes, admito, não seja o melhor, mas há, apesar de tudo, coisas - e quero dizê-lo com toda a serenidade - que não são admissíveis e que não são correctas.

Não é correcto, por exemplo, depois do Grupo Parlamentar do PSD, que pelos vistos gosta deste desporto, ter feito um apelo à cessação e à divergência no Grupo Parlamentar do PS, tenha tido, com toda a naturalidade e toda a bonomia, as respostas, quer individuais, quer colectivas, que teve do Grupo Parlamentar do PS, quando se acabou de favor uma votação expressa, não é admissível que o líder do Grupo Parlamentar do PSD, na sua declaração de voto, venha lançar suspeições de que, se calhar, até alguns deputados do PS... . Os

deputados do PS manifestaram por todas as formas que bem quiseram e de forma bem expressa também qual é a sua opinião.

Eu não posso admitir que os deputados do Grupo Parlamentar do PS, depois de várias insistências dessa parte e de forma muito benigna, muito calma e muito lúcida, tenham reagido da melhor forma a esse atrevimento.

Depois disso e depois duma votação expressa, vem o líder do Grupo Parlamentar do PSD insinuar novamente que as pessoas estão aqui ameaçadas, que votam com medo. Isto não é admissível.

Isto é, efectivamente, uma ofensa pessoal às pessoas que aqui estão e eu, como líder, não posso obviamente admitir isso e penso que é uma infelicidade grande que, apesar do adiantado da hora, não posso deixar passar em claro e quero que isto fique registado.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Passemos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Ante-Proposta de Lei que diz respeito a uma alteração ao Decreto-Lei 43/2006, de 24 de Fevereiro, que equipara, entre o Continente e as Regiões Autónomas, os preços de venda ao público de publicações não periódicas e de publicações periódicas de informação geral.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes para apresentar o diploma.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata apresentou nesta Assembleia Legislativa uma Ante-Proposta de Lei visando a alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei nº 43/2006, de 24 de Fevereiro.

Este regime legal, que está em vigor, revogou o Decreto-Lei 284/97 e a Lei 41/96 que, em nome do princípio da continuidade territorial no acesso a bens culturais, nomeadamente a livros e publicações periódicas e não periódicas, disciplinavam um regime, segundo o qual os açorianos pagavam o acesso a esses bens culturais em igualdade de circunstâncias em relação aos portugueses que residem no território continental.

Portanto, através deste Decreto-Lei e desta Lei, o estado pagava os custos de transporte de modo a que o acesso a estes bens fosse ao mesmo preço nos Açores e no continente.

O Decreto-Lei 46/2006, aprovado por este Governo, veio revogar esses dois diplomas e veio pôr em causa este princípio. Isto é: hoje, com excepção daquilo que se passa com os manuais escolares, os açorianos pagam mais caro os livros nos Açores e pagam mais caro os jornais periódicos que consomem nos Açores.

Isto significa também que este diploma veio revogar um conjunto de medidas que atenuavam a distância, que combatiam a geografia, que promoviam a divulgação da cultura, que promoviam o acesso à imprensa, que estimulavam a leitura e que nos colocavam em pé de igualdade com outros cidadãos, também portugueses, residentes no território nacional.

A revogação desta legislação é não só injusta como discriminatória, pondo em causa um direito consagrado e um direito que foi bandeira política do Partido Socialista na República e nos Açores, fazendo parte de uma das mais emblemáticas medidas da então designada “Nova Autonomia”.

Em sede de audição parlamentar, esta Assembleia, por unanimidade, aquando da pronúncia quanto a este projecto, na altura Decreto-Lei, pronunciou-se no sentido de ser incluído neste Decreto-Lei a salvaguarda dos direitos já consagrados, nomeadamente quanto ao preço dos livros, dos jornais e das revistas, ou seja, das publicações periódicas e não periódicas.

Também em sede de audição, tanto quando é público, o Governo Regional não acolheu integralmente a solução que este Decreto-Lei consagra, do ponto de vista legal.

A Assembleia, na sua última sessão plenária, aprovou por unanimidade um voto de protesto contra a entrada em vigor deste Decreto-Lei nº 43/2006.

Chegou a altura de, nesta câmara, após a tramitação processual, legislativa habitual, se votar a iniciativa do Partido Social Democrata.

Esta iniciativa visa tão só repor em vigor *qua tale* a solução legislativa anteriormente existente, ou seja, a iniciativa do Partido Social Democrata visa alterar, por apreciação parlamentar, este Decreto-Lei nº 43/2006, repondo em vigor todo o acervo legislativo que ele visou revogar, porque entendemos que esta medida legislativa é injusta, é discriminatória e viola deveres já consagrados e porque entendemos também que todos os açorianos, tal qual outros portugueses residentes no território continental, têm o direito de aceder, em condições de igualdade e ao mesmo preço, aos livros e publicações periódicas e não periódicas, como se vivessem no território continental.

Esta é a essência da proposta que o Partido Social Democrata apresenta nesta câmara e espera que seja aprovada conforme a apresentou.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(* **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Por aquelas que foram as posições, do passado recente, assumidas nesta casa, é de consenso que os cidadãos residentes na Região Autónoma dos Açores e da Madeira tenham o direito a poder usufruir das publicações periódicas e não periódicas em igualdade de condições com os restantes cidadãos do território nacional.

É entendimento desta casa, já reiterado nas posições passadas, que não é aceitável a exclusão do regime de reembolso das publicações especializadas, colocando em causa os objectivos que tiveram na génese da criação do regime de reembolso.

É nesse sentido que surge a iniciativa do PSD. Foi nesse sentido que a Assembleia se pronunciou, aquando da pronúncia, no âmbito dos da audição aos órgãos de governo próprio, quando a iniciativa do Governo da República teve nesta casa. Foi nesse sentido também o voto de protesto votado recentemente neste plenário.

Entende o Partido Socialista que essa distinção entre publicações especializadas e de informação geral não faz qualquer sentido e foi com esse entendimento que, em sede de Comissão, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou uma proposta de substituição na generalidade, proposta essa que também já tivemos oportunidade de apresentar um requerimento na mesa ao Sr. Presidente, subscrevendo-a e assumindo-a aqui neste debate na generalidade.

Contudo, o Grupo Parlamentar do PS entende que a questão relativa ao eventual reembolso da expedição dos designados produtos que acompanham essas diversas publicações não é tão pacífica quanto isso, é uma questão que motivou nos últimos tempos um aumento da despesas relativamente a este regime de reembolso e, por isso, o essencial, o fundamental, aquilo que o regime visava salvaguardar que era o acesso da generalidade dos cidadãos do território nacional às publicações periódicas e não periódicas em igualdade de custos, é salvaguardado pela supressão da distinção entre publicações de carácter especializado ou de informação geral.

É isso que fazemos com a nossa proposta de substituição e é essa proposta de substituição que subscrevemos, conforme já disse, para ser votada na generalidade, conjuntamente com a iniciativa do PSD, requerendo também que a mesma sirva de base ao debate que se seguirá na especialidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para realçar que, naquela que é a perspectiva do Governo em relação a esta matéria, esta proposta vem de encontro àquela que é e que foi a posição expressa pelo Governo Regional, naquilo que tem intenção de repor o regime anteriormente existente, aquando do processo de consulta por parte do Governo da República relativamente à legislação actualmente em vigor.

O Governo Regional manifestou-se contra esta distinção, em especial contra a distinção entre publicações generalistas e publicações de informação especializada.

Em função daquilo que é o relatório e a proposta actualmente presente sobre a mesa, o Governo Regional entende que é substantivamente mais equilibrada, razoável e que vem efectivamente de encontro àquelas que são as preocupações, quer que presidiram à legislação actualmente em vigor, quer à predestinação e à tutela dos direitos dos açorianos. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes** (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

A matéria pode parecer confusa e um pouco árida, mas há aqui duas opções fundamentais que estão em confronto e isso ficou claro depois da intervenção do Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Há a iniciativa legislativa apresentada pelo PSD que repõe integralmente o regime que vigorava até à publicação do Decreto-Lei 43/2006.

Para que fique claro, repõe este regime, quanto ao livros, seja qual for a sua natureza, sejam eles livros de natureza pedagógica, técnica, científica, literária, informativa ou recreativa, e esta é a redacção do Decreto-Lei 284/97, bem como repõe também a equiparação do preço das publicações periódicas e não periódicas.

A proposta que o Partido Socialista aqui apresenta é substancialmente diferente em dois aspectos:

Primeiro deixa de fora a equiparação quanto aos livros. Hoje o Decreto-Lei 43/2006 prevê apenas e tão só uma equiparação do preço quanto aos manuais escolares. A proposta do Partido Socialista não prevê a equiparação quanto aos livros em geral, com excepção feita dos manuais escolares.

Em segundo lugar deixa de fora todo aquele acervo que é designado por os subprodutos que são, para tornar a expressão mais simples, os livros, os CD's, os DVD's e outros produtos que acompanham hoje em dia uma parte dos jornais.

Nós não estamos a propõe nada de novo. O Partido Social Democrata não está a propor nada de inovador, está apenas a reivindicar e a propor a manutenção do regime que o Decreto-Lei 43/2006 veio revogar.

Assim sendo, faço a seguinte pergunta:

Podendo esta Assembleia apresentar uma iniciativa legislativa junto da Assembleia da República reivindicando a manutenção do que já existia, por que é que se há-de contentar com menos, quando pode pedir mais? Esta é a questão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que o Partido Social Democrata estranha esta posição do Partido Socialista. Respeitamo-la como respeitamos, em democracia, outras opiniões que não coincidem com as nossas, mas não deixamos de estranhar, sobretudo quando o Partido Socialista se bateu, e bem, em 96 pela aprovação desta lei e posteriormente, em 97, pela aprovação deste Decreto-Lei que, aliás, foi um Governo do Partido Socialista que a faz aprovar e, por isso mesmo, pensávamos que esta era uma batalha para a qual o Partido Socialista estaria empenhado, conjuntamente com o PSD, em defesa apenas dos interesses dos açorianos e em defesa do acesso aos bens culturais. É tão simples quanto isto.

Não esperávamos que o Partido Socialista, entre os interesses dos açorianos e as conveniências de Lisboa, preferisse estranhamente as conveniências de Lisboa.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A única diferença relativamente às duas iniciativas, à iniciativa originária e a iniciativa de substituição do Partido Socialista, não é apenas a questão dos subprodutos.

O Partido Socialista entende, e é isso que resulta da sua proposta de substituição, que todas as publicações periódicas e não periódicas, independentemente da sua natureza, devem ser abrangidas pelo regime de reembolso. Duma forma muito clara é isso que resulta da proposta do Partido Socialista. Não é isso que constava do regime anterior, não é isso que consta da iniciativa originária do PSD.

O Partido Socialista entende que não deve existir a distinção entre publicações periódicas de informação geral e de informação especializada, promovendo as necessárias alterações no diploma nacional.

Não corresponde à verdade que os livros fiquem excluídos deste âmbito. Os livros como publicações não periódicas, que o são, estão abrangidos pelo regime de reembolso e o artigo 4º, alínea c) estabelece como é que é feito esse reembolso.

Para melhorar também a redacção do artigo 4º do Decreto-Lei, o Partido Socialista já fez chegar à mesa uma proposta de alteração.

A questão dos subprodutos divide-nos efectivamente. Essa era uma questão que não se pôs nem se punha na altura que o regime foi criado. Não era esse o objectivo da iniciativa quando foi aprovada em 1996 e é entendimento do Partido Socialista que o objectivo do regime não é reembolsar o transporte desses subprodutos que vêm associados às publicação periódicas e não periódicas.

Esta é a nossa posição, é uma posição que assumimos claramente, defendendo aquilo que é o essencial, não distinguindo quaisquer tipo de publicações pela sua natureza, garantindo o reembolso de todas essas publicações no transporte que venham a ter para a Região Autónoma dos Açores.

Não concordamos que subprodutos associados a essas publicações sejam efectivamente reembolsados no seu transporte.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Umhas breves palavras para uma argumentação final e para dizer o seguinte:

Em caso de dúvida, pró-autonomia, eu repito: em caso de dúvida, pró-autonomia.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: A interpretação que o Sr. Deputado Hernâni Jorge faz em nome do Partido Socialista não é a interpretação que o Partido Socialista, o PSD e esta Câmara fizeram em Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho e cito:

“Não é aceitável a proposta de exclusão do regime de reembolso dos livros e publicações periódicas especializadas”. Fim de citação. Está no relatório.

A Proposta de Decreto-Lei mantém *ipsis verbis* a solução que veio a parecer e quero lembrar à câmara que o conceito de publicações periódicas e não periódicas é um conceito associado à lei de imprensa, a Lei 29/99 e passo a citar muito brevemente, sem querer ser maçador:

“Artigo 9º, nº 1:

Integram o conceito de imprensa, para efeitos da presente lei, todas as reproduções impressas de textos.

Artigo 10º:

As reproduções impressas, referidas no artigo anterior, designadas por comunicações, classificam-se como periódicas e não periódicas”. Fim de citação.

As lei de imprensa não se aplica nem engloba os livros.

Esta é a questão e não podemos, nem devemos correr riscos nesta matéria.

Andou bem a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores quando em sede de audição deixou claro que a equiparação do preço dos livros devia constar do Decreto-Lei? Não especificou isso.

O Governo da República, ao arrepio da intenção deste Parlamento e da posição do Governo Regional, não acolheu a sugestão formulada pelos órgãos de governo próprio da Região.

Esta é a altura para corrigir a situação, repormos a verdade, mantermos um direito que está consagrado que nunca deveria ter sido revogado e para não haver dúvidas retomemos a fórmula que estava na legislação revogada, porque essa é absolutamente inequívoca.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como todos sabemos e sabem especialmente os juristas, e o Sr. Deputado Hernâni Jorge é-o também, esta interpretação que a Assembleia fez em sede de audição faz parte da história do percurso legislativo deste Decreto-Lei, serve de elemento interpretativo e significa que em Janeiro de 2005 esta Assembleia assumiu que esta solução legislativa que, infelizmente,

veio a ser publicada e tomou forma de lei, não consagrava a equiparação do preço dos livros entre o Continente e a Região Autónoma.

Portanto, nós só temos uma maneira de resolver isto que é incluir com toda a clareza na Ante-Proposta de Lei, que esta câmara deve aprovar, que o preço dos livros também é equiparado entre os Açores e o Continente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Pedro Gomes traz à colação o debate tido na reunião da Comissão, de Janeiro passado, e ao trazer esse debate aqui, cumpre-me fazer um esclarecimento:

A proposta de redacção que o relator apresentou em sede de Comissão para esse relatório foi, e vou ler: “Não é aceitável a proposta de exclusão do regime de reembolso das publicações periódicas especializadas”.

O Partido Socialista, nessa altura, sempre disse que não interpretava a proposta do artigo 4º como excluindo os livros.

Por proposta do PSD e o PS magnânimo, como sempre, disse: “à cautela e já que insistem, apesar de não ser a nossa interpretação, acrescente-se a questão dos livros”.

Isto foi, para precisarmos, o que efectivamente se passou em 16 de Janeiro passado em reunião da Comissão e que resultou neste parecer que aqui está.

A prática e a interpretação que continuamos a fazer e aquilo que efectivamente acontece é de que os livros estão abrangidos no âmbito das publicações não periódicas e o artigo 4º é claro nessa matéria, mas para clarificarmos a redacção, que tem algo de confusa, o Partido Socialista já entregou na mesa, conforme já referi há pouco, uma proposta de alteração da ordem das alíneas b) e c) do artigo 4º precisando a sua redacção e na alínea c) do nº 1, do artigo 4º, do Decreto-Lei é dito que: “Junto do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas deve ser requerido o reembolso no caso das expedições das restantes publicações não periódicas, com excepção dos manuais escolares e outros recursos didáctico-pedagógicos impressos” incluindo, naturalmente os livros.

Isto é o que resulta de forma clara da redacção, redacção inclusivamente idêntica àquela que vinha da norma idêntica do diploma de 96.

Portanto, não restam quaisquer dúvidas que o reembolso da expedição dos livros está garantido e assegurado nos termos do regime actual e nos termos da proposta de substituição, apresentada pelo Partido Socialista.

Para clarificar a redacção das alíneas do nº 1, do artigo 4º, o Partido Socialista apresentou na mesa da Assembleia essa proposta de alteração.

Não sobram quaisquer dúvidas, e vou repetir mais uma vez para que fique registado: não sobram quaisquer dúvidas que os livros estão abrangidos pelo regime de reembolso deste diploma.

Presidente: Srs. Deputados, creio que estão esclarecidas as posições.

Assim sendo, vamos votar em primeiro lugar, na generalidade, a Ante-Proposta de Lei, apresentada pelo Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Ante-Proposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos agora votar o texto de substituição, apresentado pela Comissão e subscrito pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de substituição foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 1 voto contra do Deputado Independente e 14 abstenções do PSD.

Presidente: Importa agora saber qual o documento que segue para o debate e votação na especialidade. Estamos a trabalhar com base no artigo 136º, nº 5 que diz que a Assembleia delibera qual o que segue para a especialidade.

Tem sido prática nesta casa que, em função da maioria, neste caso é a proposta de substituição que segue para o debate na especialidade.

Assim sendo, está aberto o debate na especialidade sobre esta proposta de substituição e se não houver intervenções, vamos votar o artigo 1º e ao fazê-lo estamos a alterar os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 8º e 9º do Decreto-Lei, mas uma vez que há uma proposta de alteração para o artigo 4º do Decreto-Lei, vamos votar o artigo 1º que altera os artigos 1º, 2º, 3º, 5º, 8º e 9º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(* **Deputado Pedro Gomes (PSD)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em penso que é mais simples, se calhar, fazermos da seguinte maneira:

Como o Partido Socialista apresentou uma proposta de alteração à sua própria proposta de alteração, eu penso que se votarmos a alteração global, com esta incorporada no local certo, temos tudo resumido.

O Partido Socialista como apresentou uma proposta de alteração à sua alteração aprovada em comissão, a qual eu subscreveria, votando o artigo 1º, votaríamos o “bolo” todo.

Presidente: Considerando a proposta de alteração.

O Orador: Era muito mais simples.

Presidente: Não é muito mais simples, mas nesta altura também dá jeito. Finalmente resolveram facilitar o trabalho da mesa.

Assim sendo, vamos votar na especialidade a proposta de substituição total, incluindo a proposta de alteração para o artigo 4º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de substituição foi aprovada, na especialidade, com 26 votos a favor do PS, 14 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos fazer agora a votação final global do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a Ante-Proposta de Lei foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 14 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional - “Alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 4/2006/A, de 16 de Janeiro”**.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(* **Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação ao pedido de urgência quero dizer muito rapidamente o seguinte:

Tendo em conta aquela que é a alteração e não havendo qualquer mudança substancial do diploma, sendo claramente perceptível o que é que se pretende e quais as razões que levam a esta alteração, o Governo Regional solicita o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, porque considera que a alteração é claramente perceptível.

Presidente: Não há mais intervenções sobre o pedido de urgência, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à **Proposta de Decreto Legislativo Regional - “Alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 4/2006/A, de 16 de Janeiro”**.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A alteração prende-se apenas com uma mudança no artigo 1º do Decreto Legislativo Regional nº 4/2006/A, de 16 de Janeiro, que altera a designação da “Sociedade de Natureza Viva” para “Sociedade de Promoção e Gestão Ambiental, SA”. Isto teve a ver com o problema de admissibilidade de firma no Registo Nacional de Pessoas Colectivas.

É este o motivo pelo qual se solicita esta alteração.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes. Já sei o que é que vai dizer.

(*) **Deputado Pedro Gomes** (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

V. Exa., Sr. Presidente, deixou-me curioso quanto aos seus dons de adivinhação, mas não sei se saberá o que vou dizer.

Em primeiro lugar eu queria dizer que o Partido Social Democrata se vai abster em relação a esta matéria, sobretudo por uma questão de coerência, tendo em atenção a posição que tomou aquando da votação do diploma que agora se quer alterar.

Em segundo lugar para dizer que convém assinalar a circunstância da distração, para não lhe chamar outra coisa e ou outra designação mais forte, do Governo Regional.

Como comumente se sabe e como saberão os juristas, a quem o Governo pagou para proceder a este trabalho, a admissibilidade da firma é a primeira coisa que se faz quando se

quer constituir uma sociedade e obter do Registo Nacional de Pessoas Colectivas o certificado de admissibilidade da firma e o cartão provisório de pessoa colectiva.

O que hoje lamentamos é que o Governo apressadamente tenha feito este processo sem cuidar deste aspecto legal que mais do que uma formalidade, é um procedimento legal necessário à constituição de uma sociedade.

Este tipo de sociedades não tendo constituição por escritura pública, bastando para tal o acto legislativo, está demonstrado que a pressa nem sempre é boa conselheira.

Presidente: Devo-lhe dizer, Sr. Deputado Pedro Gomes, que adivinhei completamente. São muito anos de advocacia.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(* **Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Pedro Gomes, se quiser, arranja sempre maneira de enriquecer.

Secorrendo-me da mesma experiência de advogado que o Sr. Pedro Gomes tem e que o Sr. Presidente da Assembleia também demonstrou ter, o Sr. Deputado reconhece que esta é uma questão que pode acontecer e acontece, às vezes, até mesmo em termos de formação de sociedades por escritura pública.

Portanto, não é daqui que se pode inferir as conclusões que o Sr. Deputado Pedro Gomes retirou.

Não sei se há algum problema em relação ao nome, mas não havendo, o Governo não se revê nas suas críticas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(* **Deputado Pedro Gomes** (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É apenas para introduzir uma nota de bom humor nesta noite.

Depois da SPRHI, o Governo deu o nome da SPRA. No futuro teremos, com certeza, uma “SPRE”, uma “SPRO” e uma “SPRU”.

Cá esperaremos por elas.

Presidente: Srs. Deputados, vamos votar na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente e 14 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos à votação na especialidade.

Pergunto à câmara se posso pôr estes três artigos à votação?

(Pausa)

Parecendo haver anuência da Câmara vou pôr, em conjunto, os três artigos à votação na especialidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovado com 26 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente e 14 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos agora à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional, em votação final global, foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Deputado Independente e 14 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora o **Relatório relativo pedido de autorização para prestar depoimento, como testemunha, a Sra. Deputada Maria Fernanda Mendes.**

Os Srs. Deputados que concordam com este relatório que se pronuncia pela audição, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O relatório foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora a outro **Relatório relativo pedido de autorização para prestar depoimento, como testemunha, o Sr. Deputado Cláudio Lopes.**

Os Srs. Deputados que concordam com este relatório que se pronuncia pela audição, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O relatório foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passo a ler uma Proposta de Deliberação:

A mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Abril.

Está aberto o debate sobre esta Proposta de Deliberação.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, muito obrigado e uma boa Páscoa para todos.

(Os trabalhos terminaram às 21,00 horas)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Abílio Lopes Pereira

Jorge Alberto da Costa Pereira

Deputado Independente (Ind.)

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Fernanda Correia Garcia Trindade

Nuno Alexandre da Costa Cabral Amaral

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes dos Reis

O Redactor, *José Rodrigues da Costa*